INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA – CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS – VOL. 16 – Nº 8 – 15 DE AGOSTO DE 1996 – R$ 6,00

AGROANALYSIS

A REVISTA DE ECONOMIA AGRÍCOLA DA FGV

EAESP/FGV
Biblioteca Karl A. Boedecker
PERIODICOS

Renda agrícola decepciona

Esperança para a safra 1996/97

Proálcool gera polêmica

Mercado futuro do milho

ISSN 0010-4298
08

FUNDAÇÃO Getulio Vargas
IBRE

AGROANALYSIS

100 MAIORES DO AGRIBUSINESS

RESERVE JÁ O SEU ESPAÇO

Na edição de outubro, *Agroanalysis* apresentará, pela terceira vez no Brasil, a análise do desempenho do setor agroindustrial, apontando as 100 maiores empresas do agribusiness brasileiro.

PARA ANUNCIAR LIGUE:
Rio de Janeiro (021) 536-9269 - (021) 252-8720 — São Paulo (011) 524-1174 — Brasília (061) 577-3874 — Região Sul – RS/SC/PR (048) 234-5083

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

Redescobrindo a agricultura brasileira



Roberto Rodrigues

Anos de trabalho como líder do setor agrícola deram a Roberto Rodrigues, ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira e da OCB e ex-secretário de Agricultura de Abastecimento de São Paulo, uma certeza: se não soubermos quem é o agricultor brasileiro, qual seu perfil e principalmente quais as tendências para o futuro, não conseguiremos chegar à formulação de uma política agrícola consistente e harmoniosa.

Incansável em suas convicções, sempre pronto a transformar idéias em algo concreto, Rodrigues lançou oficialmente no final de julho o Instituto de Estudos do Agribusiness, uma entidade que vem sendo pensada e estruturada desde meados da década de 80 mas que só agora encontrou o cenário ideal para sua estréia. Lançado durante o encerramento do seminário "Hoje é amanhã, o novo agricultor brasileiro", realizado pela RBS, emissora gaúcha que pretende lançar um canal de tevê voltado para o agribusiness, o instituto iniciou suas atividades com um projeto ambicioso: fazer uma pesquisa nacional e abrangente dos agricultores brasileiros, descobrir seu perfil, seu modo de produzir, suas alternativas e problemas e, a partir disso, elaborar um projeto de política agrícola baseado na realidade e não em diagnósticos e prognósticos de gabinete. "Agora o instituto decola e vamos trabalhar para um projeto nacional, de interesse da nação e não de um ou outro setor", afirma Rodrigues.

CORTESIA DA EDITORA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Em entrevista à Agroanalysis, *Rodrigues fala das origens do instituto, do atual momento pelo qual passa a agricultura brasileira e da necessidade de reformas estruturais para que a produção brasileira tenha competitividade. "Não podemos continuar a exportar impostos e importar subsídios", reafirma ele nesta entrevista, onde descarta as teorias catastróficas de que a atual alta dos preços internacionais sinalizaria um novo patamar de preços nestes níveis para o futuro.*

■ *O que é o Instituto do Agribusiness e qual a sua finalidade?*

— A origem desse instituto remonta a 1987, quando conseguimos montar a Frente Ampla para a Agricultura, com a OCB, a CNA e a Sociedade Rural Brasileira. Naquela época, éramos presidentes das entidades, o Alysson Paulinelli pela CNA, na Rural o Flávio Telles de Menezes e eu na OCB. A Frente Ampla tinha como objetivo básico unificar os discursos e as reivindicações em termos de uma política agrícola do complexo agroindustrial, tanto que a Frente teve uma característica única: foi a primeira vez que o setor convocou para as discussões de política agrícola entidades que não eram agrícolas como a Anda, Andef, Abrasem, Abiove, Abia, Febraban. Na verdade, a Frente Ampla, que era algo informal, se constituiu na semente de uma organização de agribusiness no Brasil.

No início da década de 90, o Ney Bittencourt já trabalhava conosco, era o presidente da Associação de Milho e Sorgo. Tínhamos um grupo de assessores técnicos liderados por Alberto Veiga, chefe da assessoria econômica da OCB, e mais Mauro Lopes, que estava na CFP, que depois veio a ser a Conab, Amílcar Gramacho, Ignez Lopes, Guilherme Dias, da USP, Ivan Wedekin e Luiz Antonio Pinazza, que estavam na Agroceres, e alguns outros estudiosos. Ficou claro que nos faltava uma base acadêmica consistente para que o posicionamento do setor agrícola e do agribusiness fosse harmonioso, consistente e legítimo. Isso porque a proliferação das entidades de classe levou a um descompasso de idéias e proposições para o setor. A partir dessa constatação, imaginamos montar um instituto privado de estudos de agribusiness, que permitisse formar essa base científica e acadêmica para o discurso das lideranças, uma base única, de tal forma que teríamos um discurso unificado. Nessa época, em uma reunião, balizamos o projeto de montar o Instituto de Estudos Superiores de Agribusiness, um pouco nos moldes do Instituto de Desenvolvimento de Estudos do Sistema Industrial (Iedi), que funciona em São Paulo e é dirigido por Paulo Cunha, do Grupo Ultra.

Esse era o projeto: uma estrutura muito enxuta, que não tivesse corpo técnico ou científico fixo, mas que coordenasse instituições de agribusiness e da área acadêmica como o Pensa, da USP, a Unicamp, a FGV, a Embrapa, o IEA, entre outros, de forma a encontrar uma unidade de princípios e de propósitos. A idéia era preparar trabalhos que servissem de base para as propostas do complexo agroindustrial brasileiro e encontrar os meios técnicos e, eventualmente, o suporte financeiro para a realização desses trabalhos.

■ *Esse instituto então é uma idéia antiga que agora está sendo resgatada?*

— Exatamente. A própria Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), que surgiu em 1993, era originariamente o projeto do Instituto de Estudos do Agribusiness. Agora estamos resgatando a idéia desse instituto e recebi a incumbência de coordená-lo. Nossa meta inicial é um projeto de pesquisa, com a grandeza que ele merece, sobre quem é o agricultor brasileiro. No total, o orçamento do projeto gira em torno de R$1 milhão, e já temos quase R$500 prometidos. O que pretendemos é montar um consórcio em que a FAO, o Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA), a FGV, o governo, via Ministério da Agricultura, a Embrapa e a Abag, via Instituto de Estudos do Agribusiness, e várias outras entidades ligadas ao setor trabalhem juntas.

Estamos em um momento em que um projeto como este é essencial. Estamos todos trabalhando por uma política agrícola para o Brasil. Todo mundo está falando sobre isso, mas falta um diagnóstico mais rigoroso sobre quem é o agricultor brasileiro hoje. É uma coisa que preocupa muito: como dirigente de classe, cada vez sei menos quem é aquele que represento. Suas disparidades culturais, tecnológicas, edafoclimáticas se acentuaram muito e são problemas ligados à competitividade. O cliente dessa política agrícola é cada vez mais uma questão que se faz presente. Coloquei essa questão para a Embrapa, da qual sou conselheiro, explicando que achava necessário que se investisse mais fortemente num trabalho de pesquisa e investigação para identificar quem é ou quais são os vários perfis de agricultores hoje, porque fazemos prognósticos e não sabemos para quem. Estamos tateando a esmo. E a Embrapa gostou da proposta, levou-a à Fundação Getulio Vargas, e foi montado um projeto de pesquisa vigorosíssimo destinado a fazer uma grande investigação para localizar e posicionar o agricultor brasileiro no final do século XX e começo do século XXI. Esse projeto ficou pronto. A Finep aprovou recursos ainda insuficientes destinados a ele. Estamos negociando com o Maara e com a FAO. Temos certeza de que conseguiremos os recursos necessários.

Ficou claro que nos faltava uma base acadêmica para que o posicionamento do setor agrícola e de agribusiness fosse harmonioso, consistente e legítimo.

■ *Qual será a abrangência dos estudos e projetos que poderão ser tocados por esse instituto? E por que a idéia do instituto ficou tanto tempo na gaveta?*

— Quando a Frente Ampla foi constituída a partir de 1987, ficou claro que precisávamos desse arcabouço acadêmico para que se avançasse em termos da formulação de uma política agrícola. Mas depois desse período houve uma certa dispersão, o que fez com que a Frente perdesse um pouco sua consistência. No princípio dos anos 90, essa idéia de que era preciso entender melhor o agribusiness brasileiro voltou com força. O Ney Bittencourt passou a comandar o movimento. Lançamos um livro sobre o assunto em 1991, e daí começou a montagem de uma associação de agribusiness que acabou culminando com a criação da Abag em 1993. Nessa época, fui eleito presidente da Sociedade Rural Brasileira. Começamos a trabalhar juntos e decidimos criar esse instituto de estudos, que inicialmente era algo isolado, como um componente acadêmico da Abag. Definiu-se estatutariamente que um vice-presidente da Abag seria responsável por seu funcionamento.

O instituto, entretanto, acabou ficando parado por questões de prioridades políticas. Começaram as crises que atingiram a agricultura, as grandes mudanças na política brasileira e tudo o que ocorreu de 1993 para cá e que acabou inibindo a ação efetiva do instituto. Problemas adicionais — como o do Agrishow 95, que deixou um grande prejuízo, apesar de ter sido um sucesso — criaram constrangimentos. Mesmo assim, foi montado um conselho de integração acadêmica que tem funcionado desde então. A morte de Ney Bittencourt, um episódio trágico, não foi superada ainda por todos nós.

Agora conseguimos resolver uma boa parte dos problemas da Abag, com a realização do Agrishow 96, outro grande sucesso, embora não tenhamos conseguido pagar tudo o que ficou para trás — o que não era o nosso compromisso, embora seja nosso propósito. É um momento em que nos enchemos de coragem para reencetar, para retomar as ações da Abag. Agora o instituto tem uma diretoria composta pelos estudiosos Décio Zylbersztajn, Marcos Jank e Ivan Wedekin. Há ainda um conselho de integração acadêmica, organismo da Abag.

■ *Mas o que determina que esse Instituto de Estudos do Agribusiness vai decolar agora?*

— É que simultaneamente começaram a acontecer outras coisas. Há muito venho questionando o instrumental de política agrícola, menos pelo instrumental em si, do que pela sua eficácia, em função da grande insegurança de todos sobre a identidade do agricultor brasileiro hoje. Já existe consciência disso e da necessidade de pesquisas e estudos sobre o assunto.

■ *Você chegou a fazer, inclusive, uma espécie de classificação dos agricultores brasileiros, como os inseridos no mercado, os de transição e aqueles fora do mercado há uns dois anos.*

— Fiz, mas era uma constatação empírica. O que eu quero agora é

ter maior clareza sobre isso. É um negócio grande fazer uma pesquisa nesse sentido. E no meio de toda a nossa agitação para retomar os trabalhos da Abag surgiu um fato novo: a RBS, emissora gaúcha ligada à Rede Globo, resolveu investir em agribusiness e fazer um canal de tevê, o Rural Sat, com 18 horas de duração diária, para promover o agribusiness em todo o país, inclusive junto ao público urbano. Para criar uma expectativa com relação ao lançamento desse canal, a RBS quis fazer um grande seminário sobre política agrícola no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, no final de julho, chamado "Amanhã é hoje, o novo agricultor brasileiro", cujo tema central foi o cenário da concorrência para o agribusiness brasileiro sob a égide da globalização da economia. E o encerramento do seminário foi feito justamente com o lançamento oficial do Instituto de Estudos do Agribusiness.

O interessante é que, quando se preparou o programa do seminário, em janeiro deste ano, ninguém sabia o que seria feito da Abag, se o Agrishow seria um sucesso ou não. Era uma incógnita, mas quisemos recuperar o instituto aproveitando a oportunidade e tendo em vista que a RBS estaria bancando algo nessa área. As coisas confluíram, os fatores tornaram a ocasião favorável. De um lado, temos a Abag se recompondo, e, de outro, um projeto de comunicação rural muito profissional tocado pela RBS a partir de São Paulo. Então lançamos o instituto, já com um projeto inicial, que é essa pesquisa. E já começamos a trabalhar. Queremos lançar projetos de interesse nacional e não de nenhum segmento em especial, e estarão envolvidos, além da Abag, a Embrapa, a FGV, o Ministério da Agricultura, a FAO, o IICA, as universidades e várias outras entidades.

■ *Esse projeto parece caminhar para a união do segmento agrícola e de agribusiness em torno de propostas comuns dentro do contexto de cadeias produtivas, que também é algo que você vem pregando há algum tempo.*

— Sem dúvida. Esse projeto caminha justamente para a definição de políticas agrícolas dentro do contexto da cadeia de produção. E essa questão é muito complicada na prática, porque o modelo brasileiro de desenvolvimento sempre foi cartorial. Cada um dos segmentos da economia, seja a agricultura ou qualquer outro, buscou proteção e algum tipo de atuação política governamental diretamente junto ao Executivo. Isso fez do Brasil um país fechado do ponto de vista mercadológico e fez dos diversos setores da economia ilhas, ou de prosperidade ou de marginalidade, no contexto da economia como um todo. Setores que tinham maior capacidade de organização, lideranças mais fortes, cresceram mais que outros, sem que se levasse em consideração o mercado. De maneira que a renda do complexo agroindustrial ficou sem uma vinculação realista com o mercado. Nessa linha de raciocínio, é perfeitamente admissível que o eixo da cadeia produtiva, que é o agricultor, por não ter conseguido se articular bem, seja pela extensão do Brasil, seja pelas dificuldades, seja pelas profundas modificações que o setor sofreu nos últimos anos, não tenha conseguido uma defesa consistente, enquanto outros segmentos da cadeia de produção acabaram se saindo melhor.

O que nos falta é um diagnóstico mais rigoroso sobre quem é o agricultor brasileiro hoje. Como dirigente de classe, cada vez sei menos quem realmente é aquele que eu represento.

Acredito que esse instituto tem pelo menos condições acadêmicas, não sei se práticas, de realizar estudos das cadeias de produção e identificar as margens de cada elo, e dessa forma fornecer ao Estado elementos para a formação de políticas públicas que corrijam distorções de concentração de renda, harmonizando os componentes da cadeia em benefício do consumidor final. Que é, do meu ponto de vista, o mais importante nessa terceira guerra mundial que está declarada, uma guerra por mercados, cujo senhor absoluto é o consumidor. Se não estudarmos elo por elo das cadeias produtivas, e encontrarmos os gargalos, os erros, os desvios, não vamos ter como atender esse consumidor em termos de qualidade e competitividade. Espero que o instituto consiga avançar nesses estudos, que oferecem grandes dificuldades.

■ *O país continua sem uma política agrícola ou agroindustrial, mas este ano há mais otimismo no setor. O que mudou?*

— Sou um otimista normalmente. Embora em 1994 tenha sido um arauto do pessimismo. Cartas minhas e de várias lideranças do setor foram entregues ao futuro governo em dezembro de 1994, antes mesmo da posse do presidente. Predissemos tudo o que de fato aconteceu. Mas desde o ano passado vínhamos dizendo que em 1996 as coisas seriam diferentes. Os estoques mundiais de alimentos, seja em função da queda de produção norte-americana, seja em função da quebra das safras latino-americanas em conseqüência de políticas econômicas, seja em função da mudança da política da União Européia, ou da entrada de grandes países compradores, como a China e a Rússia. Todos os indicadores do ano passado sinalizavam uma redução nos estoques mundiais e o aumento dos preços das commodities.

■ *Mas este seria um movimento regular de mercado, um movimento cíclico, ou o sinalizador de um novo patamar de preços mundiais de mercado?*

— Trata-se de um movimento pendular. Não é algo que tenha sustentação indefinida. Tanto que o governo brasileiro — que parece ter-se dado conta de haver prejudicado a agricultura em 1995, que foi o setor âncora do Real no ano passado — tomou providências interessantes este ano, entre as quais a securitização, que demorou 11 meses, um verdadeiro parto de elefante, mas está caminhando. Lançou um pacote de políticas agrícolas em junho, e só o fato de ter sido em junho já é um avanço. Já houve pacotes editados em setembro, outubro. O deste ano foi positivo, com

taxas de juros reduzidas em 25%, de 16 para 12%; embora seja pouco, é melhor que nada. Os preços mínimos subiram muito pouco, menos que a inflação, mas subiram, e acho que isso foi um sinal da boa vontade do governo. E este ano, de qualquer forma, os preços de mercado estão acima do mínimo. Há recursos. A soma dos fatores, então, indica uma retomada de posição por parte do governo em relação à agricultura.

Não acredito, entretanto, em crescimento elevado de patamar dos preços internacionais, pelo menos não nos números que temos hoje, porque, assim como o Brasil, outros países estão ou estarão tomando providências dentro de seus respectivos cenários. Mas é possível que dois fatores interajam na direção de um certo crescimento do patamar dos preços. O primeiro é o resultado das políticas de estabilização nas economias dos países de Terceiro Mundo. A inflação está acabando no mundo inteiro, e isso permite a inserção no mercado de grandes contingentes que antes estavam marginalizados. O segundo é o crescimento de mercados antes fechados, como a China. É possível que se tenha uma demanda mais forte, que leve a um aumento no patamar de preços. Em compensação, há áreas imensas de terras cultiváveis, que podem ser conquistadas para a agropecuária, e isso num lapso de tempo digamos de cinco a sete anos, o que pode voltar a equilibrar a questão da demanda e oferta.

Além disso, países que hoje reduziram sua produção, como a Rússia e as antigas repúblicas da URSS, tendem a crescer de produtividade. Não acredito num crescimento duradouro de preços nos patamares que aí estão. Acho que vai haver um certo recuo nos níveis atuais dos preços e sua estabilização em patamares mais elevados que os da década anterior.

■ *Mas em termos de política brasileira, o que se tem hoje é apenas mais um pacote agrícola e não uma política agrícola que venha ao encontro da resolução dos problemas estruturais da agricultura, não é?*

— Claro, é apenas mais um pacote. Melhor do que o do ano passado, mas que não atinge o estrutural. A caixa de surpresas deste ano foi positiva, só isso. O fato de sair em junho e com essas vantagens permite aos agricultores fazer um planejamento, dá mais folga para trabalhar e negociar a próxima safra, o que é positivo. Mas insuficiente, porque temos problemas estruturais, na área tributária, na área cambial, na área monetária e o custo-Brasil; são problemas que não podem ser resolvidos pelo Executivo isoladamente, mas têm a ver também com decisões do Legislativo e com ações do setor privado. Daí a importância que pode alcançar o instituto.

Imagino que o modelo agrícola brasileiro esteja esgotado. Não é possível ao agricultor sobreviver com a renda advinda da venda da matéria-prima. Ou se agrega valor à produção ou essa renda só tende a cair. Temos os instrumentos clássicos, como o cooperativismo ou integrações com as agroindústrias. O instituto pretende estudar essa questão em profundidade.

O projeto do instituto caminha para a definição de políticas agrícolas mais dentro do contexto da cadeia de produção, questão muito complicada na prática, já que o modelo de desenvolvimento brasileiro sempre foi cartorial.

■ *O projeto de redução do ICMS, a reforma tributária do ministro do Planejamento, Antônio Kandir, é uma ação no sentido de resolver parte dos problemas estruturais?*

— Exatamente, é algo fundamental. Se conseguirmos eliminar a tributação sobre as exportações de produtos agrícolas, damos um salto de competitividade de 15%. Isso é importante, porque não há como competir exportando impostos e importando subsídios como fazemos hoje. O fato de termos este ano um cenário mais positivo, com preços internacionais favoráveis a nós, não significa que no ano que vem o pêndulo não fique novamente desfavorável para a agricultura. Precisamos das reformas estruturais e é aí que pretendemos atuar de uma forma realmente agressiva, pragmática, induzindo a mudanças.

■ *Voltando um pouco à questão da agricultura ter sido a âncora do Real em 1995, o senhor acha que os custos disso poderão trazer conseqüências ao próprio plano de estabilização?*

— Acho que não haverá comprometimento com relação à diferença de preços deste ano e do ano passado, porque o espaço de manobra do governo é muito grande, há fatores inflacionários, cambiais que podem ser manejados de tal forma que se absorva essa diferença de preços. Os preços internos ainda não comprometem a estabilidade econômica. Temos estoques governamentais grandes. Mesmo no caso do trigo, por exemplo, que terá importação massiva, o impacto será pequeno. Mas, para o ano que vem, vejo um cenário mais grave. O governo não poderá contar com os estoques que tem hoje. Os estoques mundiais serão menores ainda do que este ano e os preços tendem a explodir. Estamos vendendo soja para o ano que vem a mais de US$14,00 a saca. Então o que preocupa é a nossa produção. O governo está falando em 80 milhões de toneladas para a próxima safra. É pouco. E é risco. Trata-se de uma margem muito estreita com que o governo terá de trabalhar. Daí a necessidade urgente de ações tópicas e imediatas do governo, como um programa de calcário, por exemplo. É preciso um programa específico para isso, para aumentar a produção já, com financiamento à indústria de calcário, inclusive, e incentivo ao uso pelos produtores. Hoje os custos do calcário são absurdos nas regiões de fronteira agrícola. Há um mercado interno crescente e é preciso aumentar a produção. Nesse contexto, ações como essa são vitais. Senão, qualquer programa de estabilização estará comprometido.

Entrevista de Patrícia Carvalho

CARTAS

Novo endereço do Ibraf

O Instituto Brasileiro de Frutas (Ibraf) está instalado em novo endereço e telefone, a saber: Rua Doutor Franco da Rocha, 137, conjunto 42, Perdizes — São Paulo — SP, telefone/fax: (011) 65-7855.

Não gostaríamos de perder seu contato.

Fernando B. Almeida
Instituto Brasileiro de Frutas

Nota

Realizaram-se em Fortaleza, Ceará, entre os dias 2 e 7 de junho último, o II Congresso Brasileiro sobre Tabagismo e o I Congresso Latino-Americano sobre Tabagismo, para os quais foram convidados a participar, como conferencistas, os economistas Fernando Roberto de Freitas Almeida e Irene Raguenet Troccoli, da equipe de articulistas de *Agroanalysis*. As participações aconteceram nas discussões sobre legislação e economia e na mesa-redonda sobre a economia do tabaco, com as palestras intituladas: "Dados da economia do tabaco" e "O Brasil nos mercados latino-americano e mundial", decorrentes de estudo que está sendo realizado pelo Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas, a pedido do Serviço de Controle do Tabagismo, do Instituto Nacional do Câncer/Ministério da Saúde.

Separatas Agroanalysis

Aquele artigo que lhe agradou especialmente pode ser reimpresso sob sua encomenda. Utilize-o para apoio a aulas, palestras, educação continuada de funcionários etc. Solicite através do telefone: (021) 536-9269, do fax: (021) 536-9207, do e-mail: adelaide@sede.fgv.br ou através do correio para o endereço: Praia de Botafogo, 190, sala 813 — Rio de Janeiro — CEP 22253-900.

As cartas dos leitores devem ser dirigidas a *Agroanalysis* — Praia de Botafogo, 190, sala 813 — Rio de Janeiro — CEP 22253-900 — Fax: (021) 536-9207.

É permitida a reprodução total ou parcial dos índices e matérias desde que seja citada a fonte.

AGROANALYSIS

Revista mensal de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia

Fundador:
Julian M. Chacel

EXPEDIENTE

Chefe do CEA/IBRE:
Ignez Vidigal Lopes

Redator-chefe:
Regis Alimandro

Equipe de redatores:
Eliana C. B. L. Viglio (arroz, feijão, meio ambiente, tomate, mandioca, caju), Fernando R. de Freitas Almeida (cereais de inverno, oleaginosas, frutas, vinho), Guilherme Soria Bastos Filho (cacau, açúcar, algodão e índice FGV/Abag), Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Tito B. B. Ryff (meio ambiente).

Redação:
536-9213, 551-7995 e 536-9475

Colaboradores:
Adib Jamil Amim, Lucio Junqueira Campos (estatísticas de preços), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Márcio Bueno, Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico), Jurandi Soares Machado.

Coordenação de editoração:
Maria Adelaide Amorim Oliveira

Técnicos em processamento:
Bruno da Silva Júnior, Deise Jaffar de Lima.

Estagiários:
Ednéia da Silva Bezerra, Maria das Graças Soares, Rakel Lima dos Santos, Renê Bertin, Rogério Ferreira de Souza.

Secretaria e apoio administrativo:
Claudia Ana Marques, Maria Cecília Barbosa, Antonio Getúlio Corrêa de Oliveira.

Gerente comercial:
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda

Publicidade:
Belo Horizonte — MG: Tel. e fax: (031) 224-9534; Brasília — DF: Tel. e fax: (061) 577-4883; Região Sul (RS, SC, PR): Tel.: (048) 234-5083 ; Recife — PE: Tel. e fax: (081) 465-1851; Rio de Janeiro — RJ: Tels.: (021) 252-8720; 252-9074 e 536-9269 — Fax: (021) 221-5984; Salvador — BA: Tel. e fax: (071) 351-1784; São Paulo — SP: Tel. e fax.: (011) 524-1174.

Editora FGV

Editora executiva: Alzira Alves de Abreu
Coordenação editorial: Cristina Mary Paes da Cunha
Editoria de arte: Denilza da Silva Oliveira, Eliane da Silva Torres, Jayr Ferreira Vaz, Marilza Azevedo Barboza, Osvaldo da Silva, Simone Ranna.
Revisão: Aleidis de Beltran, Fatima Caroni.
Produção gráfica: Helio Lourenço Netto, Joel Alves.
Gerente comercial: Carlos Hamilton Rocha.
Assinaturas: José Milton Gondim
Livrarias — Rio de Janeiro: Livraria J. Carneiro Felipe — Praia de Botafogo, 188 — Tel.: (021) 536-9105
São Paulo: Livraria Faria Lima — Av. Nove de Julho, 2.029 — Tel.: (011) 281-7875.
Editora Fundação Getulio Vargas — Serviço de Vendas: Praia de Botafogo, 190 s/607 CEP 22253-900 — ou Caixa Postal: 62.591 — CEP 22252-970 — Rio de Janeiro, RJ — Tels.: (021) 551-0698 e 536-9196.

FUNDAÇÃO Getulio Vargas

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Presidente fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen
Diretora-geral: Celina Vargas do Amaral Peixoto

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen
Vogais: Celina Vargas do Amaral Peixoto, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos, Roberto Paulo Cezar de Andrade.
Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Daniel Dantas, Eugenio Emílio Staub, Gilberto Dupas, Oswaldo Antunes Maciel, Pedro Leitão da Cunha.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio
Vice-presidente: Armando Klabin (Klabin, Irmãos & Cia.)
Vogais: Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S.A.), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Crédit Commercial de France S.A., Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Félix de Bulhões (S.A. White Martins), Gustavo de Sá e Silva (Estado de São Paulo), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), José Ephim Mindlin, Marcos A. Magalhães (Philips do Brasil Ltda.), Mário Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S.A.), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragaz S.A.), Sergio Franklin Quintella, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro, Theodoro Arthou.
Suplentes: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco — União de Bancos Brasileiros S.A.), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Garantia S.A.), Lineu de Paula Machado (Banco Boavista S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga (Icatu Empreendimentos e Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes — Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco da Bahia Investimentos S.A.), Roberto Duailibi (DPZ Propaganda S.A.)

CONSELHO CONSULTIVO

Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Eliezer Baptista, Gilberto Duarte Prado, Paulo de Tarso Leal, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais).
Instituto Brasileiro de Economia
Diretor: Antônio Salazar P. Brandão
Banco de Dados-IBRE
Salomão L. Quadros da Silva
Centro de Estudos Agrícolas
Ignez Vidigal Lopes
Centro de Estudos das Empresas
Sergio Gustavo S. da Costa
Centro de Estudos de Economia e Governo
Lia Valls Pereira
Centro de Estudos de Preços
Paulo Sidney de Melo Cota
Centro de Estudos Tendenciais
Eden Gonçalves de Oliveira
Revista Conjuntura Econômica
Lauro Vieira de Faria

Nesta edição

1 **Entrevista com Roberto Rodrigues**

5 **Cartas**

7 **Capa: Renda bruta das lavouras — preços impedem recuperação**
Maria José Cyhlar Monteiro

12 **Estudo: Proálcool — do sucesso à polêmica**
Eduardo Luiz Correia

17 **Plano de safra 1996/97: Chegando ao fim do túnel?**
Luiz Antonio Pinazza

20 **Especial: A visão do Worldwatch Institute**
Lester R. Brown

24 **Conjuntura do agribusiness:**

24 **Frutas**
Fernando Roberto de Freitas Almeida

26 **Mandioca**
Disonei Zampieri, Milton G. da Silva e Methodio Groxko

27 **Milho**
Irene Raguenet Troccoli

29 **Índice FGV/ABAG**

30 **Oferta e demanda**

32 **Estatísticas agropecuárias**

38 **Legislação agrícola**

43 **IBGE — Síntese estatística**

45 **Panorama agropecuário**

50 **Panorama internacional**

52 **Janela aberta**

As razões da queda na renda das lavouras

A renda das principais lavouras cai pelo segundo ano consecutivo, segundo estudo que *Agroanalysis* apresenta nesta edição. A renda bruta dos produtores de grãos cresce muito pouco, contrariando as expectativas de que a queda acentuada da área desse grupo de produtos seria fator determinante na recuperação do valor da produção. O setor de alimentos apresenta queda persistente desde 1986. As razões para esse tipo de comportamento transcendem os limites das crises ou causas setoriais. Vale a pena refletir sobre essas causas de modo mais abrangente.

Se a renda das lavouras, alimentos e grãos vem declinando desde 1986, contribuíram para isso fatores que estamos habituados a analisar de forma individualizada. Aqui, no entanto, serão discutidos em conjunto, ainda que brevemente.

Um desses fatores foi a queda do câmbio real. A taxa de câmbio real tem sofrido um persistente processo de queda, acentuado no passado recente, ou seja, do final da década de 80 para cá.

Outro fator, a indisponibilidade de recursos para o crédito rural, acarretou falta de recursos para financiar a comercialização. Os instrumentos tradicionais perderam fôlego — principalmente os empréstimos do governo federal.

O câmbio defasado reduziu a competitividade da agricultura no mercado externo e trouxe desestímulo ao setor produtor. Outras formas de tributação atuaram na mesma direção, a saber: a tributação nas exportações, a incidência de ICMS em cascata no produto agrícola, a proteção aos insumos industrializados e as políticas de proteção industrial. Uma conseqüência de todas essas formas de tributação tem sido, ao longo do tempo, seu reflexo negativo sobre a renda da agricultura.

Um outro fator foi a abertura comercial. Fator de estímulo potencial à competitividade do setor a médio prazo, na verdade representou um obstáculo intransponível à capacidade de o setor competir de forma eficiente. Além de exportar impostos, o Brasil passou a importar subsídios, como bem o notou Roberto Rodrigues em sua entrevista nesta edição. Não foram conduzidas as reformas tendentes a melhorar a eficiência do setor — tais como a redução do custo-Brasil, a desoneração completa das importações de insumos e máquinas, tudo isso apesar da agricultura brasileira ter feito um grande ajuste na sua política agrícola (com a redução dos recursos para o setor, na área de gastos públicos setoriais e no crédito rural).

Não houve, nesses anos 90, grandes progressos na área de tecnologia — um fator, de resto, essencial à eficiência da agricultura em um regime de comércio aberto, livre e desgravado. Pensa-se na reconversão produtiva e esquece-se de que a agricultura precisa eliminar as políticas públicas que oneram e drenam os recursos e a renda do setor. O que os gráficos de renda mostram é uma constatação de que a reforma parcial das políticas públicas está penalizando fortemente o setor e transferindo renda da agricultura para o setor urbano industrial.

Renda bruta das lavouras Preços impedem recuperação

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Saudada em 1995 como supersafra e "âncora verde", a produção agrícola foi também considerada um problema por certos analistas. A queda dos preços e o acúmulo de estoques seria um peso sobre o orçamento do governo, já sobrecarregado. Assim, a redução da área plantada para a safra de verão 1995/96 ofereceria uma oportunidade para que os preços se recuperassem, o mercado absorvesse a colheita e o governo se afastasse da comercialização.

Boa parte da safra foi colhida. No mercado internacional, as cotações de importantes commodities atingem níveis sem precedente, mas o agricultor brasileiro tem pouco a comemorar. Entre 1995 e 1996, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas — os chamados grãos — reduz-se talvez de 7% no conceito de produto real (as expectativas quanto à retomada do plantio de trigo aumentam, neste ano, as incertezas em torno de um dado ainda preliminar), enquanto a renda bruta auferida por seus produtores deverá crescer modestos 2%. Portanto o resultado econômico previsto para este ano será um dos piores dos anos 90 e se situará bem abaixo dos números registrados na década de 80.

No mercado internacional, as cotações de importantes commodities atingem níveis sem precedente, mas o agricultor brasileiro tem pouco a comemorar.

Se ampliarmos o leque de produtos examinados para incluir as 19 principais lavouras, o resultado é ainda mais decepcionante. A produção declina 1% e a renda bruta dos agricultores se reduz em cerca de 7%. A colheita de alimentos básicos (arroz, batata-inglesa, cebola, feijão, mandioca, milho e trigo) cai 4%, e a renda bruta diminui 7%.

A explicação da queda da safra é bem conhecida: os preços baixos obtidos na safra anterior, uma política agrícola desestimulante e a abertura do mercado, que permitiu a entrada de produtos nem sempre mais baratos mas adquiridos em condições atraentes de prazo de pagamento e custo financeiro, levaram os agricultores a reduzir a área plantada em 3% (6%, no caso dos grãos).

A falta de reação dos preços é mais difícil de ser explicada, tendo em vista a queda da colheita. Mas pode-se afirmar que as dificuldades encontradas pelos agricultores para obter financiamentos de comercialização a custos compatíveis com a atividade devem ter exercido um papel relevante. Outro fator pode ter sido um crescimento insuficiente da demanda de alimentos básicos. Boa parte do aumento de renda registrado após a implantação do Plano Real foi dirigida para a compra de bens duráveis e outra parcela para o consumo de produtos mais sofisticados, como queijos, iogurtes, biscoitos, em grande parte atendido por importações. Como exemplo desse fato, a imprensa noticiou, recentemente, que em 1996 a produção interna de massas deverá crescer cerca de 6%, enquanto as importações deverão aumentar 20% no mesmo período.

Do lado dos produtos voltados para a exportação, o setor agrícola também não encontrou uma situação favorável. Dos produtos tradicionalmente exportados, apenas as cotações da soja e do suco de laranja registraram aumentos significativos no mercado mundial. No caso da soja, contudo, o preço mais elevado permitiu um aumento de 10% na renda bruta, mas os benefícios poderiam ser maiores, caso a colheita não tivesse caído 10%. Quanto à laranja, embora os preços internacionais tenham regido na média de 1996, há dificuldade de encontrar novos mercados. A safra norte-americana tem-se recuperado e o Japão é ainda um mercado fechado ao produto brasileiro. Ponto positivo desta conjuntura é que a indústria começou a se voltar para o mercado interno.

A safra de café subiu em 1996, mas os preços no mercado internacional recuaram 12% nos primeiros meses do ano. As cotações do açúcar também se reduziram, o que está levando os usineiros a retomar a produção de álcool. A crise do cacau continua com preços baixos e produção igualmente baixa.

Quanto às estrelas das bolsas de commodities — o milho e o trigo —, são produtos em que o Brasil se situa como importador. Na Bolsa de Chicago, o milho aumentou 47% nos últimos meses, sendo noticiados sucessivos recordes de alta. No mesmo mercado, o trigo aumentou 26%. Em ambos os casos, a média dos preços observados em 1996 é a mais alta do período 1980-96.

Embora tenham sido noticiadas pequenas exportações eventuais de milho, as cotações internas aumentaram 15%, diante de uma redução de 13% na quantidade colhida, de forma que a renda do agricultor cresceu modestos 2%. Para o trigo, prevê-se substancial recuperação da área plantada, em torno de 60%, o que poderia permitir uma recuperação da renda bruta do triticultor da ordem de 116%.

Sintoma do quadro de dificuldades enfrentado pelos produtores rurais foi o acirramento da questão da dívida agrícola para com os bancos. Essa dívida — resultado do descasamento entre índices de correção monetária de financiamentos (mais alta) e de preços mínimos (mais baixa) ocorrido nos planos Cruzado, Verão e Collor e da controvérsia quanto à forma de renegociação de encargos, que se acumularam de forma exponencial — se arrastou ao longo dos anos. Em fins de 1995, foi finalmente votada a Lei nº 9.138, de 29 de novembro, que regulamentou a securitização das dívidas dos produtores rurais pela Resolução nº 2.220, de 6 de dezembro, do Banco Central do Brasil. Até junho deste ano, os prazos de encerramento foram sucessivamente prorrogados, e os protestos dos agricultores se fizeram ouvir.

As vendas de máquinas para a agricultura registraram nos primeiros meses de 1996 um dos piores desempenhos dos últimos anos: caíram 62%. As vendas de fertilizantes cresceram em torno de 3%.

A renda bruta das lavouras, em 1996, mostra algumas mudanças interessantes quanto à participação dos diferentes produtos no resultado geral. A renda do algodão participou com 2% do total (nos anos 80, essa participação era de mais de 4%), sobretudo em função da queda na quantidade colhida relativamente ao ano anterior (-18%) ao tempo em que os preços recebidos diminuíram em torno de 5%. É uma situação preocupante do ponto de vista social, uma vez que se trata de uma das culturas que mais empregam mão-de-obra.

Outro produto cuja participação se reduziu significativamente no conjunto da renda agrícola foi o arroz, que registrou queda de 12% na quantidade e de 2% nos preços.

A participação do café registrou ligeira recuperação, contribuindo com 8,7% do total, depois de ter atingido um mínimo de 7% no período 1990-94. Nesse caso, a quantidade colhida aumentou 20%, enquanto os preços caíram 15%.

Dos produtos cuja participação na composição da renda bruta aumentou em 1996, destacam-se, também, a cana-de-açúcar, o fumo em folha e a soja. Nos dois primeiros casos registraram-se aumentos tanto da quantidade colhida quanto dos preços. A maior participação da soja no agregado da renda bruta foi determinada pela recuperação dos preços, que conseguiram compensar a menor produção. A renda bruta gerada pelo milho manteve estável sua participação no conjunto.

Um balanço geral da situação da agricultura, do ponto de vista da renda gerada pelo setor, não deveria deixar de lado a parte animal, que contribui com cerca de 40% do PIB da agropecuária. As estatísticas existentes quanto às quantidades produzidas são contudo mais precárias e se torna difícil fazer estimativas atualizadas. Pode-se contudo afirmar que o quadro não é muito mais favorável do que aquele traçado para as lavouras. Os preços dos produtos de origem animal registraram redução ainda mais intensa do que os dos vegetais, e os aumentos das quantidades, embora expressivos, não deverão ser suficientes para compensá-los.

Em 1996, a queda da safra não causou problemas de abastecimento para o mercado interno, porque os estoques remanescentes de 1995 asseguraram a disponibilidade e a contenção de salários impediu maior expansão do consumo. Contudo, perspectivas de continuação na alta dos preços das commodities no mercado mundial e agricultores pouco capitalizados exigem grande atenção para com a próxima safra.

Apesar do caráter auspicioso do anúncio antecipado do plano para a próxima safra de verão, faz-se urgente um esforço para uma solução mais duradoura da questão agrícola. Se se deseja que a agricultura fique cada vez menos dependente do governo, é necessário que o setor privado encontre meios para garantir um financiamento mais adequado do plantio e formas mais fluidas de comercialização da safra.

Nota metodológica

A estimativa da renda bruta da agricultura foi feita a partir dos dados de produção das lavouras do IBGE (levantamento de maio de 1996) para um conjunto de 19 produtos (algodão em caroço — arbóreo e herbáceo —, amendoim em casca, arroz em casca, banana, batata-inglesa, cacau, café em coco, cana-de-açúcar, cebola, feijão em grão, fumo em folha, laranja, mandioca, milho em grão, pimenta-do-reino, soja em grão, tomate, trigo em grão e uva). Os preços recebidos pelos agricultores foram deflacionados de acordo com o método proposto pelo CEA (*Agroanalysis*, nov. 1995. p.18-21). A renda bruta da agricultura é o produto de preços médios anuais e quantidades.

Para se estabelecer o resultado agregado da quantidade colhida dos produtos observados, usou-se o conceito de produto real, isto é, produção anual vezes preços levantados no Censo Agropecuário de 1985.

Os dados relativos a 1996 tomam como base o Levantamento Sistemático da Produção de maio de 1996 e os preços médios recebidos do período de janeiro a maio. Nas comparações entre 1995 e 1996, usaram-se para esses dois anos os preços do período janeiro-maio.

Desempenho dos preços de alguns produtos

Algodão — A queda do valor da produção em 1996 foi resultante de uma forte retração na área colhida. Os produtores, mesmo com preços melhores que os da safra passada, encontram-se bastante desestimulados diante da conduta política do governo. Não se concretizou a aplicação de medidas compensatórias contra o produto importado, e com isso a indústria recuou na sua proposta de garantir a aquisição de parte da safra nacional. A queda da renda só não foi maior porque a produção se reduziu em proporção menor que a área plantada, graças à recuperação nos níveis de produtividade. A região Centro-Oeste em parte responde por esse incremento na produtividade, uma vez que adota um elevado grau de tecnificação no cultivo do algodão. A colheita mecanizada reduz significativamente os custos de produção e viabiliza a competição com o importado.

Cacau — A renda bruta gerada na safra 1995/96 de cacau foi a menor dos últimos 26 anos, em conseqüência direta de uma crise instaurada devido a graves problemas fitossanitários e econômicos. A desunião dos produtores não permite que preços melhores sejam acordados com a indústria. Desestimulados, os produtores estão abandonando a cultura, trocando-a pela pecuária extensiva ou outras mais intensivas como o café.

Cana-de-açúcar — Foi a segunda maior renda gerada na safra 1995/96. No entanto, tanto em área colhida como em produção não houve crescimento significativo. Alguns problemas na colheita, como a seca e a incidência de uma doença, o "amarelinho", resultaram em perdas de produtividade. Para a safra seguinte, com a desregulamentação do setor, espera-se uma nova fase.

GUILHERME S. BASTOS

Café — Em 1989, as cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café foram suspensas. Estoques mundiais elevados pressionavam as cotações, tanto no mercado formal, submetido às regras do acordo, quanto no mercado livre, mercado de não-membros. Em 1990, no dia da posse do novo governo brasileiro, o IBC foi sumariamente extinto e o lado vendedor do mercado externo de café perdeu, em cerca de seis meses, suas principais referências: o acordo e a liderança comercial exercida pelo Brasil.

As conseqüências são conhecidas: uma guerra de preços entre os países exportadores aviltou as cotações internacionais. Como tradicionalmente ocorre, as grandes empresas torrefadoras não repassaram de forma integral ao consumidor final o efeito da queda de preços da matéria-prima, pedindo reação significativa da demanda, e as receitas cambiais dos países produtores caíram em proporção quase igual à queda dos preços.

Foram necessários cerca de três anos para que as principais nações exportadoras se compusessem em torno da Associação dos Países Produtores de Café (APPC), a qual logrou algum nível de organização da oferta. Mas foi a geada de 1994 que reconduziu os preços externos a patamares remuneradores. O Brasil não se beneficiou como poderia dessa fase de preços mais altos, pois foi incapaz de equacionar os conflitos entre os quatro segmentos da cafeicultura e acabou por limitar em demasia sua oferta ao mercado externo.

A produção mundial de café está próxima de se normalizar, o que é evidenciado pela própria tendência baixista que já prevalece no mercado externo. E os países exportadores pouco avançaram nas negociações com vistas a definir instrumentos capazes de compensar o poder de mercado das grandes empresas internacionais compradoras de café.

REGIS C. ALIMANDRO

Arroz — Há alguns anos o mercado desse cereal vinha sendo pressionado por safras cheias, preços internacionais favoráveis às importações e condições de financiamento muito facilitadas para as compras externas. A situação em 1996 é diferente: a safra nacional reduziu-se (em função dos próprios fatores de desestímulo citados), o mercado internacional entrou em alta (em função da redução dos estoques mundiais) e o governo impôs a obrigatoriedade do pagamento à vista nas operações comerciais com o exterior, inclusive Mercosul. Mesmo assim, a comercialização este ano não chegou a ser excepcional. Em termos regionais, o Rio Grande do Sul registrou o melhor desempenho dos preços no nível do produtor em relação ao ano passado. As importações este ano deverão ser bem elevadas novamente, no mínimo acima de 1 milhão de toneladas.

Feijão — Em linhas gerais, a comercialização em 1996 transcorre de modo mais favorável ao produtor rural. A oferta como um todo é equilibrada. A safra paranaense, a principal da época das águas, foi apenas convencional. É interessante observar que a cultura do feijão passa por transformações não propriamente estruturais, mas importantes do ponto de vista do abastecimento: parece estar havendo um processo de expansão do cultivo, intensificando a produção de áreas não-tradicionais, a tal ponto que uma quebra como a que ocorreu este ano em Irecê (praticamente se perdeu tudo) não afetou o mercado. Este permaneceu abastecido, embora trabalhando em patamares de preços levemente superiores aos do ano passado. As safras, antes mais nitidamente divididas em três, sucedem-se sem interrupção ao longo de todo o ano.

ELIANA C. L. VIGLIO

Milho — A comercialização da primeira safra em 1996 redundou em maiores preços aos produtores do que os observados em 1995, devido à menor produção obtida que, por sua vez, derivou do desestímulo dos agricultores após as baixas cotações do ano passado. Quadro semelhante deve verificar-se quando da venda do grão referente à segunda safra.

Por outro lado, embora se possa dizer que vem ocorrendo um aumento na renda bruta dos agricultores neste ano, isso se verifica exclusivamente no comparativo com o exercício anterior, quando a oferta do produto atingiu recorde histórico. Quando cotejado com o preço médio do qüinqüênio 1990-94, ainda se observa uma defasagem da ordem de 20%.

Laranja — À medida que aumenta a produção brasileira de laranjas, os agricultores vêm registrando sucessivas quedas nos preços pagos pelas indústrias produtoras e exportadoras de suco, até porque o mercado internacional está cada vez mais ofertado com o avanço da produção norte-americana da fruta. A situação revela-se ainda mais grave, na medida em que as empresas esmagadoras decidiram repassar aos produtores o encargo de colherem e transportarem a laranja até as unidades de processamento, o que significa, na remuneração dos citricultores, uma sobra líquida de valor muito menor do que indica o preço recebido.

IRENE R. TROCCOLI

Soja — A sojicultura brasileira desenvolveu-se, historicamente, em função da oportunidade de conseguir ofertar na entressafra do maior produtor mundial, os EUA. Este ano, o mercado internacional da soja tem estado bastante ativo. Algumas razões para isso: os problemas climáticos na safra norte-americana; o fato de a produção mundial — que caiu 10%, em 1995/96, relativamente a 1994/95 — ter de atender a uma demanda em crescimento e, também, a pressão exercida pelas altas das cotações dos cereais, notadamente trigo e milho. Destaque-se que o estoque inicial internacional era de 23,29 milhões de toneladas, em 1995/96, e o estoque final, de 16,89 milhões. Por esses motivos, além de a safra brasileira ter sido menor do que a de 1994/95, os preços internos subiram, permitindo melhores ganhos aos sojicultores, que se depararam com maior interesse das indústrias.

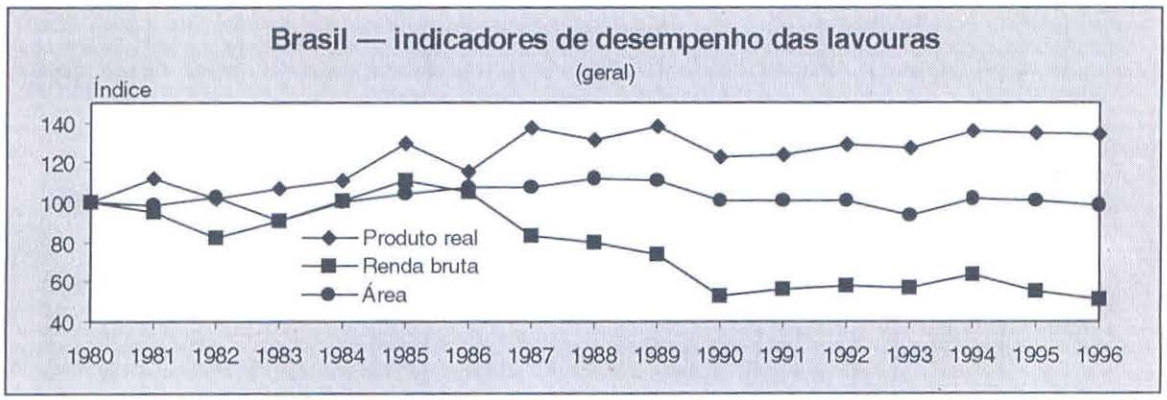
Trigo — Os preços recebidos pelos triticultores brasileiros recuperaram-se, em 1996, em função de as lavouras do país virem conseguindo oferecer produto de melhor qualidade, a partir de safras cada vez menores, em um contexto de grande ansiedade quanto ao suprimento mundial do trigo. A safra mundial 1995/96 iniciou-se com estoques de 117,38 milhões de toneladas e se encerra com 101,15 milhões. Para 1996/97, os organismos internacionais esperam um estoque final de 114,76 milhões de toneladas, a partir de produção mundial superior; no entanto, essas estimativas estão sendo questionadas, pois é possível que ocorram novas frustrações e a demanda asiática se expanda aceleradamente. A safra brasileira deste ano, atualmente em plantio, deverá ser bem superior à precedente, mas se espera que a remuneração dos agricultores permaneça favorável, pois a quantidade produzida ainda será bastante insuficiente para fazer frente à demanda local e o mercado externo deve continuar com a configuração de "mercado climático", que lhe dá acentuada instabilidade.

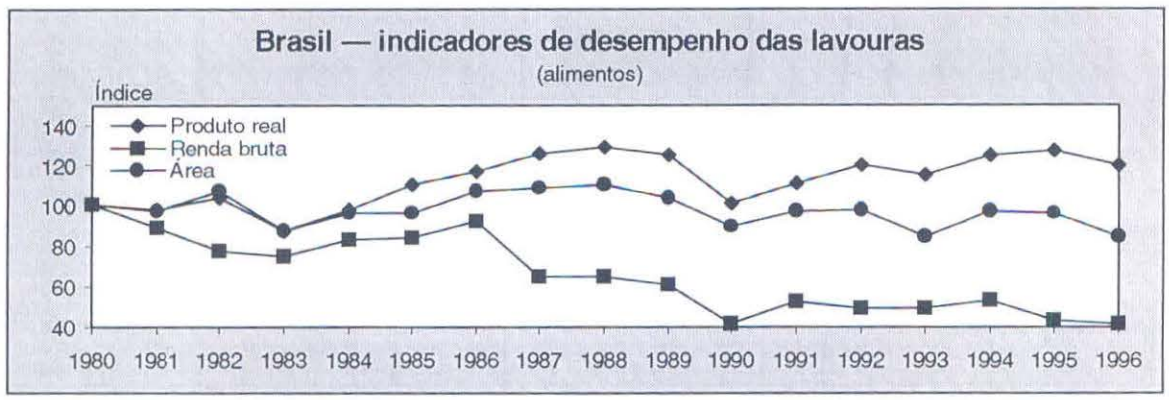
FERNANDO R. F. ALMEIDA

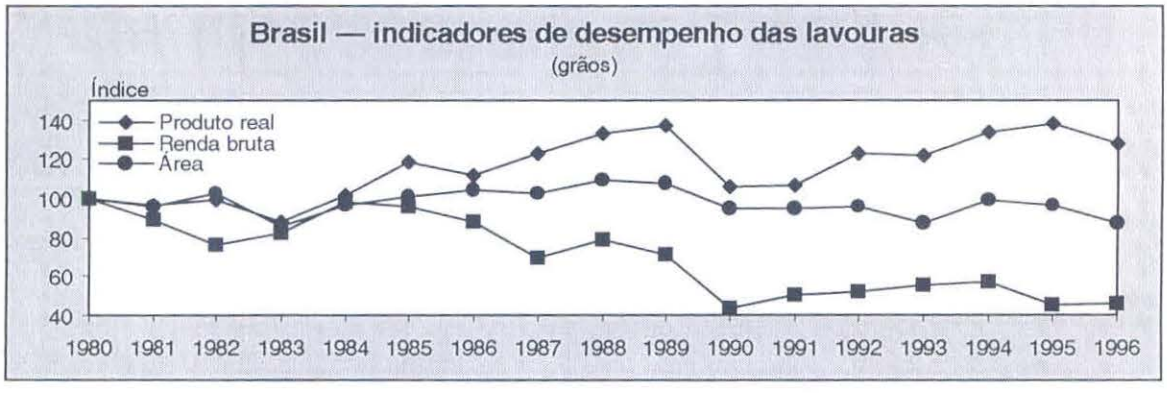
Brasil — indicadores de desempenho das lavouras

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Geral																	
Produto real	100	112	102	107	111	130	115	137	131	138	123	124	129	127	136	135	134
Renda bruta	100	95	82	91	101	111	105	83	80	74	53	56	58	57	64	55	51
Área	100	98	103	91	100	104	108	108	112	111	101	101	101	93	102	101	98
Alimentos																	
Produto real	100	98	104	87	98	110	117	126	129	125	101	111	120	115	125	128	120
Renda bruta	100	89	77	75	83	84	92	65	65	61	42	52	49	49	53	43	42
Área	100	97	107	87	96	96	107	109	110	104	90	97	98	85	97	96	85
Grãos																	
Produto real	100	97	99	88	102	119	112	123	133	137	106	107	123	122	134	138	128
Renda bruta	100	89	76	82	98	96	88	70	79	71	43	50	52	55	57	45	46
Área	100	96	103	86	97	101	104	103	109	108	95	95	96	87	99	97	87

Fontes: Produção, IBGE; e preços, CEA/IBRE/FGV. Elaboração: CEA/IBRE/FGV.
Alimentos = arroz, batata-inglesa, cebola, feijão, madioca, milho e trigo.
Grãos = algodão, amendoim, arroz, feijão, milho, soja e trigo.
Produto real é o resultado da produção anual das lavouras ponderada pelos preços médios coletados no Censo Agropecuário de 1985.





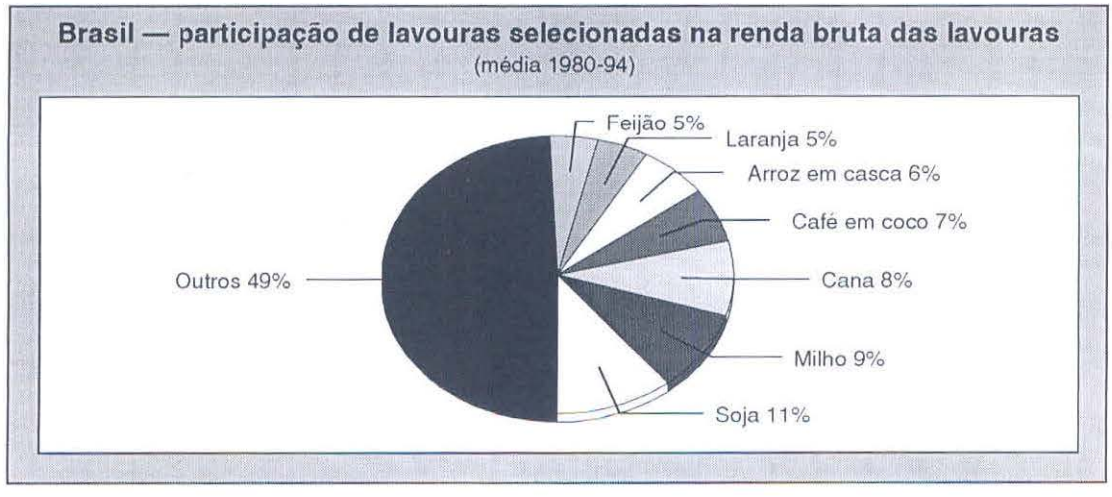


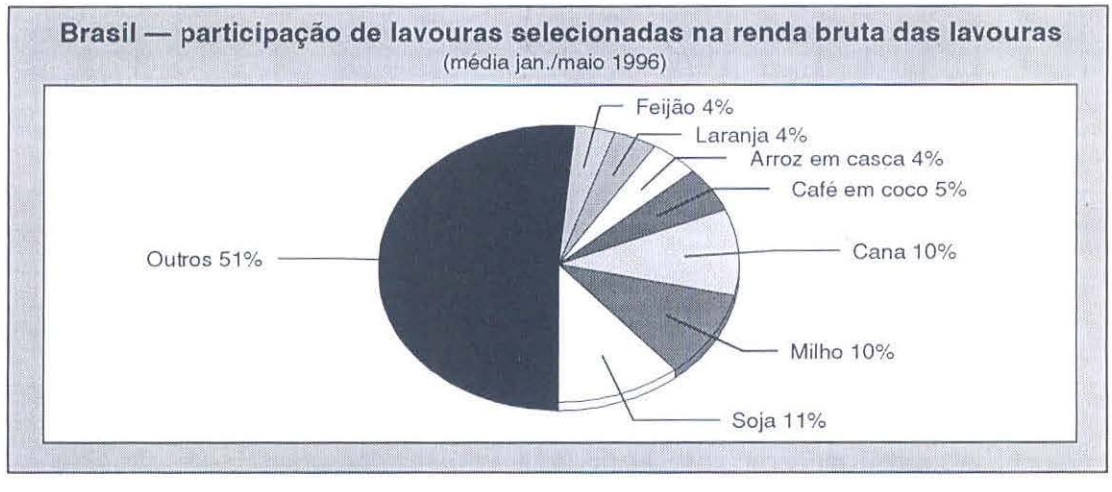
Brasil — renda bruta

Médias anuais em milhões de R$ de maio de 1996

Procuto	1980-84	1985-89	1990-94	1995	1996
Algcdão em caroço	2.167	1.928	850	694	562
Amendoim em casca	251	133	67	64	50
Arroz em casca	5.023	4.036	2.546	2.205	2.002
Banana	190	191	178	297	207
Batata-inglesa	1.401	1.170	885	862	604
Cacau	1.361	1.326	407	312	287
Café em coco	4.487	5.983	2.117	2.388	2.325
Cana	6.416	5.413	4.150	4.159	4.504
Cebola	563	498	428	436	265
Feijão	4.038	2.584	2.116	1.567	1.649
Fumo em folha	807	822	1.105	831	978
Laranja	2.817	3.519	2.662	2.811	1.800
Mandioca	298	230	168	206	206
Milho	7.184	6.007	4.742	4.507	4.498
Pimenta-do-reino	126	304	59	58	9
Soja	7.701	7.766	5.094	4.559	5.002
Tomate	1.084	1.154	994	1.148	1.108
Trigo	1.140	2.513	470	240	420
Uva	354	338	262	364	293
Grãos	27.504	24.966	15.885	13.834	14.184
Total	47.407	45.915	29.300	27.706	26.769

Fonte: Produção, IBGE; e preços, CEA/IBRE/FGV. Elaboração: CEA/IBRE/FGV.
Grãos = algodão, amendoim, arroz, feijão, milho, soja e trigo.





Proálcool — do sucesso à polêmica

EDUARDO LUIZ CORREIA

O Proálcool tem sido considerado o mais ambicioso programa de energia renovável não-tradicional do mundo, permitindo ao Brasil a substituição de mais de 10 milhões de metros cúbicos por ano de gasolina (180 mil barris/dia) a partir de meados dos anos 80. É um exemplo de projeto em grande escala que tem servido como objeto de estudos no domínio da substituição de energias fósseis. A crise pela qual passa esse programa nos remete a uma análise do Proálcool em nossos dias e à reflexão sobre o futuro do álcool carburante no Brasil.

Uma análise aprofundada de todas as inter-relações provenientes do Programa Nacional do Álcool (Proálcool) seria uma tarefa árdua e demandaria um longo tempo de estudos. Tentando responder às questões cruciais sobre este programa, descrevemos algumas precondições e características históricas, os argumentos favoráveis à sua implantação e continuidade e análises críticas destes argumentos, bem como uma avaliação dos efeitos do Proálcool em várias dimensões.

Traços da história do álcool carburante no Brasil

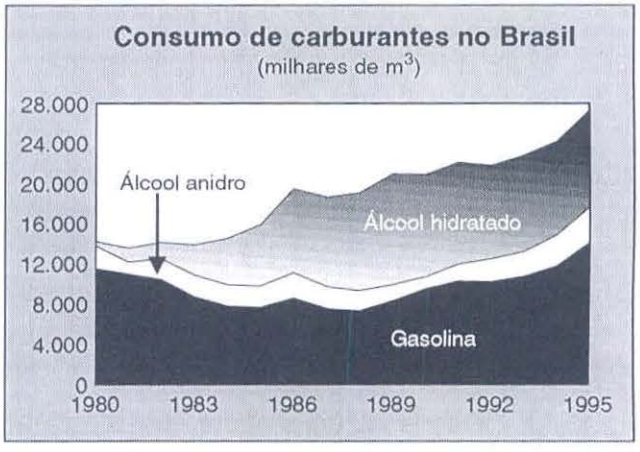
A utilização do álcool como combustível automotivo no Brasil data do início do século XX. Mas para os proprietários das usinas de açúcar, o álcool era ainda um subproduto, e havia somente pequenas destilarias de álcool hidratado. Após a Revolução de 1930, o novo governo estimulou a modernização industrial e financiou a implantação de destilarias para produzir álcool anidro. Em 1931, um decreto estabelecia que os importadores de gasolina automotiva (em 1938 também os produtores nacionais) eram obrigados a adicionar pelo menos 5% de etanol de origem nacional no volume total da gasolina.

Em 1974, ante a expansão da demanda internacional de açúcar, problemas de oferta nos países produtores fizeram subir os preços de modo inusitado no mercado internacional. A alta era porém conjuntural. Com a chegada de sucedâneos, o declínio do consumo nos países desenvolvidos e a normalização da oferta, os preços caíram de modo irreversível. A agroindústria açucareira, dependente das exportações, sentiu um forte impacto. A única via que se apresentava à expansão do setor era o aumento da produção de álcool.

Em novembro de 1975, foi criado o Proálcool, visando ao desenvolvimento acelerado da produção de álcool de cana, a ser utilizado seja como combustível, substituindo a gasolina, seja como matéria-prima para a indústria química. Através do Proálcool, o álcool carburante, mais que uma válvula de escape da indústria açucareira, se tornaria um meio de reduzir o impacto do choque do petróleo sobre a balança comercial e a dependência energética do exterior.

O governo brasileiro reduziu as importações de petróleo e estimulou as indústrias de álcool e metalúrgica, em resposta às necessidades dos produtores de açúcar e de álcool, justificando sua ação com argumentos sociais e econômicos. Ademais, o setor de bens de capital no Brasil já estava suficientemente desenvolvido em termos tecnológicos, perfeitamente capaz de assegurar a enorme demanda que se abria a partir da criação do Proálcool. A indústria automobilística estava tecnicamente apta a oferecer veículos adaptados a esse tipo de combustível, composto de gasolina e álcool anidro, já utilizado há bastante tempo.

Durante a primeira fase do Proálcool, a maior parte da produção de etanol foi concretizada graças à utilização da capacidade disponível existente nas destilarias anexas às usinas tradicionais de açúcar. Houve um forte aumento da utilização do álcool anidro adicionado à gasolina em todo o país. Essa fase do programa, porém, permitiu uma substituição de apenas 14% da gasolina em 1979, e aparece mais como uma necessidade dos proprietários das usinas, do que como uma inexorável política de substituição energética. A prioridade da política econômica era, antes de tudo, o crescimento do produto nacional.



Após o segundo choque internacional dos preços do petróleo, em 1979, começou uma nova fase das políticas econômica e energética no Brasil, e a prioridade passou a ser a necessidade de reequilibrar as contas externas.

Com a mudança de estratégia governamental, foi criado o Modelo Energético Brasileiro (MEB), de acordo com cujos objetivos foram implementados programas de substituição de derivados de petróleo. O Proálcool recebeu uma atenção especial. O governo estabeleceu a meta de produção de álcool em 10,7 milhões de metros cúbicos para 1985. Aumentaram os créditos e as subvenções à implantação de destilarias de álcool e viabilizou-se o mercado de álcool hidratado a partir de uma frota de veículos movidos pelo combustível. A indústria automobilística começou as vendas destes veículos em fins de 1979, por demandas do governo. Em 1980, as vendas de veículos movidos por etanol foram estendidas ao grande público. Subvencionou-se o preço do etanol e fixaram-se preços inferiores para os veículos a álcool. O preço da gasolina foi majorado em 42% em termos reais em 1980, enquanto o álcool era vendido a 52% do preço da gasolina, que incluía impostos para subvencionar os custos de transporte do álcool.

O consumo de álcool carburante, que era de 2,5 milhões de metros cúbicos em 1981, atingiu 12,7 milhões em 1989, o equivalente a 60,5% do consumo total de carburante automotivo no Brasil. É preciso ressaltar que esse programa era, desde o segundo choque do petróleo, prioritário para o governo, e as necessidades dos produtores de açúcar e de álcool não mais impulsionavam o Proálcool, movido agora pelas necessidades da política energética. A partir desse momento, podemos chamá-lo de Proálcool propriamente dito.

Com o contrachoque do petróleo em 1986, caíram também os preços da gasolina e do álcool no mercado interno, reduzindo a rentabilidade da produção de etanol no Brasil. Devido a uma política de preços desfavorável, mas de acordo com o comportamento dos preços do petróleo, as produções de açúcar e de álcool se estabilizaram, enquanto a demanda de etanol crescia rapidamente. A diferença estrutural entre as duas taxas de crescimento indicava séria crise de oferta num futuro próximo.

Assim que os preços do açúcar no mercado internacional começaram a aumentar, em 1989, os produtores voltaram suas safras para a exportação de açúcar, reduzindo a fabricação de álcool. Este foi o elemento conjuntural que detonou a crise do Proálcool. O problema de fornecimento de carburante imobilizou os veículos movidos a álcool por alguns dias, levando o país a importar etanol e metanol. Muitos veículos passaram a utilizar uma mistura (MEG) composta de metanol (máximo de 33%), etanol (mínimo de 60%) e gasolina (7%), ou mesmo, na falta do combustível, muitos adquiriam diretamente a gasolina C (mistura gasolina-álcool anidro) para adicionarem ao álcool hidratado. O uso de alguns tipos de álcool importado, com características diferentes do álcool de cana, acabou provocando problemas de funcionamento nos veículos. Houve também interdições ao uso do metanol por autoridades ambientais (Ibama), devido ao elevado grau de toxidade do produto, que causava riscos durante a manipulação. Dada a gravidade da crise de oferta, foram concedidas licenças para o uso do metanol, basicamente para a Grande São Paulo. Alguns veículos a álcool foram então convertidos para funcionar a gasolina.

Com a crise de oferta, o Proálcool perdeu credibilidade, caíram as vendas dos veículos a álcool e modificou-se pouco a pouco o perfil da frota automotiva e a estrutura do mercado de carburantes. De 1983 a 1988, as vendas de automóveis a álcool estavam compreendidas entre 88 e 96% das vendas totais; em 1990, essa proporção caiu para 13%, e no primeiro semestre de 1996 já era inferior a 1%.

Os argumentos pró-álcool

O Proálcool, que visava principalmente substituir uma energia importada por uma energia nacional, cumpriu um papel importante na redução da vulnerabilidade externa em termos de divisas. A economia de divisas obtida entre 1976 e 1994 pode ser medida pelo volume de gasolina substituído pelo álcool, multiplicado pelos preços de exportação da gasolina. O montante estimado para este período é superior a US$24 bilhões, a preços de 1994.

Entretanto, com o subdimensionamento da oferta *vis-à-vis* a demanda, após a crise do Proálcool, apenas em 1994, a importação de 1,87 bilhão de litros de álcool trouxe uma perda líquida de US$470 milhões (custo de importação do álcool deduzidas as receitas em exportação de gasolina equivalente), 37,5% da economia de divisas gerada no ano. Além de tudo isso, a produção nacional de petróleo é crescente, de grande potencial de expansão, a custos competitivos.

O Proálcool induziu o desenvolvimento tecnológico. A produção do álcool anidro reduziu seus custos a uma taxa anual de 3%, desde 1976, devido aos ganhos de eficiência e de produtividade na agroindústria da cana. Esses custos, de US$75/bbl no início do programa, chegaram a US$45/bbl em 1993. Há ainda um potencial de redução de cerca de 22%, empregando-se a tecnologia disponível hoje. No entanto, o preço médio pago ao produtor pelo álcool hidratado é atualmente de US$63 por barrindo uma margem de lucro de 10%, chegaríamos hipoteticamente a um custo de US$57 por barril. Mas não se conhecem exatamente os custos de produção de álcool, em razão das várias subvenções concedidas aos produtores.

A partir de 1975, com a expansão acelerada da produção de cana, houve uma progressiva melhoria de eficiência na produção de álcool. O rendimento agrícola nacional evoluiu em 16,2% entre 1977/78 e



1985/86, passando de 46,4t/ha a 53,9t/ha. O rendimento industrial, do mesmo modo, cresceu 23,2% no período mencionado, passando de 57,4 litros/t de cana a 70,7 litros/t.

Nos anos 70 e no início dos anos 80, acreditava-se que o álcool poderia se tornar competitivo em relação à gasolina em termos de custos. Mas o contrachoque do petróleo ampliou brutalmente a diferença entre os custos dos dois. Sustentar que o progresso tecnológico e a conseqüente redução dos custos vão ainda tornar o álcool competitivo, num futuro não muito distante, pressupõe que os baixos preços atuais do petróleo não são sustentáveis a longo prazo, por duas razões: a retomada do crescimento econômico mundial, que exercerá uma pressão adicional da demanda sobre o preço da energia, e uma provável taxação dos combustíveis de origem fóssil. Entretanto, se compararmos os custos do álcool aos custos técnicos totais para produzir petróleo nos campos gigantes da bacia de Campos (inferiores a US$10/bbl), concluiremos que a melhor opção ao petróleo importado é atualmente o petróleo nacional, e que o álcool está ainda longe de ser competitivo à gasolina.

A redução do custo do álcool depende também da valorização dos seus subprodutos, principalmente do bagaço de cana. O bagaço, há algum tempo considerado resíduo indesejável, é utilizado atualmente como energia nas caldeiras das usinas de açúcar e das destilarias, na ração animal e na geração de eletricidade. Em 1993, 90% da energia elétrica consumida pela agroindústria da cana era gerada a partir do bagaço, podendo atender quase 100% e até produzir excedentes durante o período de safra, que coincide com o período de baixo nível de águas para o sistema hidrelétrico. A produção de eletricidade por bagaço em 1994 foi de 2,3TWh, o que representava 0,9% de toda a produção nacional, ou 260,7TWh. O bagaço pode também ser utilizado para produzir celulose, matéria-prima para a fabricação de papel.

Por uma resolução da Comissão Nacional de Energia (CNE) de julho de 1980, foi fixado um limite superior para o preço do álcool hidratado em 65% do preço da gasolina. A proporção corresponde à relação entre os poderes caloríficos do álcool e da gasolina, e não à relação entre o rendimento dos motores, o que estimula o uso do álcool carburante. Entretanto, visando incitar os consumidores a comprar veículos a etanol, uma relação máxima de preços de 59% foi estipulada até maio de 1984, quando passa a 65%. Em 1989 o preço do álcool atingiu 75% do preço da gasolina, aumentando até 81% em 1994, equivalente ao rendimento dos motores a álcool em relação àqueles a gasolina.

Estratégia e meio ambiente

Um argumento freqüente a favor do Proálcool alega que, uma vez que o país depende em 50% do petróleo importado, o álcool representa uma opção estratégica. A vulnerabilidade energética do país tem dois aspectos a considerar: o desequilíbrio das contas externas e seus impactos sobre a economia interna, e o risco de um eventual corte no aprovisionamento externo de petróleo, seja em conseqüência de conflitos no Oriente Médio, seja por problemas de crédito para as compras de petróleo.

Sustenta-se ainda que o álcool reduziu a vulnerabilidade do país, substituindo diretamente a gasolina e permitindo a ampliação da oferta de diesel, produto crítico na estrutura de demanda, uma vez que o parque de refino sofreu adaptações para produzir mais diesel e menos gasolina. Se nos primeiros tempos a substituição de gasolina por álcool foi vantajosa para o refino nacional, o porte desse projeto induziu a um grave desequilíbrio entre o esquema de refino e a estrutura de demanda, com excedentes de gasolina que deveriam ser colocados no mercado externo, quase sempre a preços desfavoráveis.

Estrutura da demanda e do refino de derivados de petróleo

Em % baseado em m^3

Produtos	Estrutura	1978	1985	1993
Gasolina	Refino	22,7	16,9	20,8
	Consumo	21,6	12,5	14,5
Diesel	Refino	26,4	30,4	33,5
	Consumo	25,4	33,0	36,7

Fonte: Petrobras.

O Proálcool permitia uma redução da dependência externa ao petróleo, criando ao mesmo tempo uma dependência do país ao mercado americano de gasolina (o mercado que absorve os excedentes de gasolina do Brasil).

Após a crise do Proálcool em 1989, a demanda de gasolina vem crescendo a uma taxa média anual de cerca de 10%, enquanto o consumo de álcool hidratado cai em média a 2% ao ano. A continuidade desse mo-

vimento pode acarretar desajustes entre oferta e demanda num futuro próximo. Se o país não deseja tornar-se dependente de suprimentos externos, serão necessários investimentos no parque de refino para ampliar a produção de gasolina (principalmente em unidades de craqueamento catalítico — FCC) e em destilarias de álcool anidro, uma vez que o parque existente é voltado para a produção de hidratado.

Vários estudos afirmam que os veículos a álcool emitem menos gases tóxicos. Trata-se de uma questão controvertida, pois os resultados dependem dos métodos e das hipóteses adotados para medir as emissões. Se no lugar dos veículos-padrão utilizássemos novas tecnologias de controle de emissões nos veículos a gasolina, não haveria razão para esperar vantagens dos veículos a etanol em termos da emissão de monóxido de carbono e óxido de nitrogênio. Alguns automóveis brasileiros fabricados a partir de 1990 e os importados emitem menos gases que os automóveis a álcool. No caso da gasolina, existem emissões resultantes da oxidação das moléculas e, adicionalmente, do chumbo existente no aditivo antidetonante. Devido a seu alto índice de octanas, o álcool anidro, uma vez misturado à gasolina, permitiu dispensar o uso do chumbo, produzindo um efeito positivo incontestável sobre o meio ambiente.

Quanto ao efeito estufa, o álcool teria a vantagem de ser uma energia renovável, sendo o dióxido de carbono emitido pelos veículos a álcool reabsorvido pelas plantas de cana-de-açúcar, por fotossíntese, o que não aconteceria aos combustíveis de origem fóssil. Mas o ganho quanto ao dióxido de carbono emitido se perde com a emissão de outros gases de efeito estufa. Segundo os produtores de álcool no Brasil, a contribuição líquida da agroindústria da cana para a redução da taxa de dióxido de carbono é de cerca de 9,5 milhões de toneladas por ano de carbono a menos na atmosfera. Mas aqui se exigem ações positivas sobre outros parâmetros ambientais, como o controle de resíduos e melhor proteção da biodiversidade, sob pena de se perder o benefício.

Do ponto de vista ecológico, há sérios argumentos contra a utilização do etanol. Está provado que os motores funcionando com misturas de gasolina e etanol, se não produzem emissão líquida de dióxido de carbono, enviam em contrapartida outros gases tóxicos à atmosfera. A combustão incompleta do etanol provoca emissões de aldeídos, e se as compararmos com as dos motores a gasolina, essas emissões estão em ligeiro aumento. Recentes estudos foram feitos para medir os níveis de acetaldeídos e de formaldeídos nos três maiores centros urbanos do Brasil. A investigação indica que as taxas de concentração de aldeídos nestas cidades são bem mais elevadas que aquelas medidas em outras grandes cidades do mundo.

A produção de álcool provoca a concentração de resíduos industriais e de vinhoto de cana, lançados nos rios e lagos. O volume de vinhoto produzido é equivalente a 13 vezes a produção de álcool, ou seja cerca de 150 milhões de metros cúbicos por ano. Como esse resíduo é muito rico em matérias orgânicas e em elementos minerais, utilizam-no como fertilizante nas plantações de cana-de-açúcar. Entretanto, mesmo nesse caso, é conduzido aos cursos de água pela ação da chuva, poluindo as bacias hidrográficas.

O argumento social

A agroindústria da cana gera muitos empregos, por sua grande intensidade em mão-de-obra. A produção de álcool já teria gerado 625 mil empregos diretos em 1985 no país, e apenas em São Paulo, 290 mil. Há quem diga que criou 720 mil empregos diretos no setor rural. A economia da cana-de-açúcar era vista também como um instrumento de reequilíbrio das disparidades regionais, fixando os trabalhadores no campo, aumentando a renda rural e modernizando as relações de trabalho.

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — Ipea (1994) desqualifica a visão positiva do governo brasileiro sobre os resultados sociais do Proálcool. Segundo esse trabalho, o programa estimulou as disparidades regionais. A região Nordeste, a mais pobre, que produziu em 1975/76 37% da cana-de-açúcar do país, contribui apenas com 21% atualmente (safra de 1992/93). Por outro lado, o estado de São Paulo, o mais rico, que tinha 44% de participação, tem atualmente 61%. Esse fenômeno deriva de um processo de concentração provocado pela necessidade de um grande aporte de capital e tecnologia, fundamental para rentabilizar as usinas, ao contrário do que se passa com a cultura do café, que é mais extensiva e distribui mais renda, porque se baseia na exploração familiar.

Em uma abordagem antropológica, vemos que o número de empregados é considerável, mas os trabalhadores não podem viver nas fazendas, utilizando uma parte da terra para as culturas de subsistência, como nas plantações tradicionais. Ao mesmo tempo em que a expansão da cultura de cana-de-açúcar toma o lugar das florestas, das pastagens e das culturas alimentícias, desequilibrando o aprovisionamento alimentar, a sazonalidade da força de trabalho e a dissociação dos trabalhadores de suas pequenas propriedades estimulam o êxodo rural e acentuam o desemprego em massa durante seis/sete meses por ano, deteriorando a qualidade de vida nas cidades.

Pró ou contra?

Antes de defender a continuidade do Proálcool ou sua paralisação, é preciso ainda estudar melhor seus impactos reais.

Em primeiro lugar, é preciso considerar a existência de centenas de milhares de empregados que dependem da produção de álcool, além de alguns milhões

Economia de divisas pela utilização do álcool carburante no Brasil
1976-94

Anos	Volume de gasolina equivalente	Preços da gasolina Rotterdam	Índice de preços nos EUA	Economia de divisas	Economia de divisas acumulada
1976	172	15,47	38,3	44	44
1977	639	15,10	40,8	149	193
1978	1.506	18,50	43,9	399	592
1979	2.232	39,08	48,8	1.123	1.715
1980	2.600	42,03	55,3	1.242	2.957
1981	2.274	42,26	61,2	988	3.946
1982	3.377	38,21	64,9	1.251	5.197
1983	4.587	33,60	67,0	1.447	6.644
1984	5.788	30,48	69,8	1.590	8.234
1985	7.052	30,73	72,2	1.887	10.121
1986	9.244	17,20	73,7	1.357	11.478
1987	9.360	20,14	76,4	1.552	13.030
1988	9.871	18,97	79,5	1.481	14.511
1989	10.587	22,72	83,3	1.816	16.328
1990	9.490	29,91	87,9	2.032	18.360
1991	9.950	26,56	91,5	1.818	20.177
1992	9.829	23,78	94,3	1.560	21.737
1993	10.267	21,57	97,1	1.435	23.171
1994	10.677	18,68	100,0	1.254	24.425

Onde:

• Volume de gasolina equivalente é a soma do consumo de álcool anidro e de álcool hidratado multiplicado por seu coeficiente de rendimento relativo à gasolina (0,81), em milhares de m^3. Fonte: Balanço Energético Nacional.

• Preços da gasolina no mercado *spot* de Rotterdam, US$/bbl. Fonte: Petrobras.

• Índice de preços ao consumidor nos EUA. Fonte: FMI. *Estatísticas Financeiras Internacionais.*

• Economia de divisas é o volume substituído de gasolina multiplicado pelo preço *spot* da gasolina e corrigido pelo índice de preços americano — em milhões de dólares de 1994.

de usuários. Qualquer decisão deve evitar uma abrupta redução da produção, pois também não existem fontes externas suficientes de suprimento para garantir a oferta necessária de etanol no mercado interno. No balanço entre oferta e demanda, deve-se ainda considerar a situação do mercado de açúcar assim como o potencial de expansão do mercado internacional de etanol, devido à utilização crescente do produto como carburante misturado à gasolina, nos EUA e na França, por exemplo. Para garantir o aprovisionamento de álcool anidro no mercado interno, seria necessário investir em destilarias de álcool anidro e estabelecer um teor padrão de álcool na gasolina C, assegurável em termos de oferta e tecnicamente eficiente em termos de rendimento e de emissões. Esse teor deveria, em seguida, ser adotado para a gasolina utilizada pelos novos veículos movidos por essa mistura.

A continuidade ou a expansão do Proálcool não poderia seguir o modelo atual, que não integrou as preocupações ecológicas e sociais e estava baseado em forte subvenção do Estado. A política do álcool não pode ser concebida isolada do contexto social brasileiro, e deve sempre ter em conta os desequilíbrios sociais provocados pelo Proálcool, sobretudo aqueles ligados ao êxodo rural e à concentração de rendas.

Tendo em conta os preços atuais do petróleo, podemos constatar que o álcool não é competitivo. Apesar disso, é preciso eliminar os créditos e preços subvencionados, estimulando a evolução tecnológica, seja na cultura de cana-de-açúcar, seja na produção de álcool. O aumento da produtividade associado à valorização dos resíduos, como o bagaço de cana, poderá acelerar a redução dos custos do álcool, proporcionando maior competitividade no futuro.

Eduardo Luiz Correia é doutorando em economia da energia (Institut Français du Pétrole).

Chegando ao fim do túnel?

LUIZ ANTONIO PINAZZA

Há um cheiro de esperança nas principais regiões agrícolas do país e entre as empresas do agribusiness que oferecem produtos e serviços para o setor. Embora moderada, a expectativa é de que a agricultura está a caminho de sair de um túnel longo e escuro no qual, entre outras crises de renda e liquidez, enfrentou a tremenda débâcle *ocorrida em 1995. Depois de tanta dificuldade, será que dá para acreditar que a agricultura ainda pode enxergar um céu azul na próxima safra?*

Depois de um período tão conturbado e de sucessivos fracassos como o que vem de meados dos anos 80, fase em que muitos esforços e empreendimentos rurais foram frustrados, e em que pese a todo o lado negativo desse passado, o contexto atual mostra facetas bem diferentes. O próprio governo agora surpreende, ao antecipar a divulgação do Plano de Safra 1996/97. Junto com um discurso otimista em torno do segundo aniversário do Plano Real, o presidente da República fez seu anúncio em 28 de junho último, falando de uma produção próxima de 100 milhões de toneladas de grãos até o final da sua gestão, em 1999.

O governo surpreende, ao antecipar a divulgação do Plano de Safra 1996/97, falando de uma produção próxima de 100 milhões de toneladas de grãos até 1999.

Ambiente de recuperação

Um fato é inconteste: não se monta política agrícola duradoura em nenhum país do mundo sem equilíbrio nas variáveis macroeconômicas. Nesse sentido, o Plano Real vai superando os desafios para manter sob controle a economia do país, e as pesquisas de opinião mostram sua ampla aceitação por largo segmento da sociedade. Isso fortalece a posição do governo em relação ao plano, eliminando os sinais de instabilidade e mudanças de rumo no curto prazo.

Por outro lado, a comercialização da colheita de cereais e oleaginosas na safra 1995/96 mostrou uma salutar liquidez. Os preços da soja e do milho, por exemplo, chegaram a subir em plena safra. Não houve precipitação para a entrega dos grãos, com o mercado sofrendo a influência do quadro de menor oferta interna e a explosão das cotações na Bolsa de Chicago. Daí a tremenda redução na quantidade física e de recursos financeiros nas operações EGF — empréstimos do governo federal, quando se comparam os meses de janeiro a junho de 1996 com os de 1995.

O processo de securitização deverá trazer fôlego para o setor. A medida é mais do que justificada e representa uma compensação das penalizações sofridas com as políticas econômicas do governo que deram suporte ao Plano Real. É o caso típico do primeiro semestre do ano passado, quando o aperto na oferta e o aumento no custo do dinheiro foram um duro golpe contra a agricultura. Os produtores ficaram sem receita suficiente para remunerar os recursos próprios e pagar os recursos levantados junto a bancos, que tanto ajudaram na geração da safra recorde de 82 milhões de toneladas, a chamada âncora verde que o Plano Real teve para segurar a inflação.

Através da securitização, o agricultor pode renegociar sua dívida de até R$200 mil, para ser paga em equivalência-produto, no prazo de sete a 10 anos, com carência de 12 a 24 meses e juros de 3% ao ano. A meta é negociar 80% de uma dívida global da ordem de R$10 bilhões, dos quais:

• 52% estão pendentes no Banco do Brasil — De um total de 175,5 mil mutuários que solicitaram renegociação, mais de 75% já estão praticamente resolvidos. Os maiores problemas estão concentrados nos devedores com contas superiores a R$200 mil, cuja soma é bem expressiva.

• 18% envolvendo acordos do Banco Central (Bacen) com a Federação Brasileira dos Bancos Privados (Febraban) — Mais de 90% de um total de 52 mil mutuários já estão com as negociações concluídas. Cerca de 200 empresas participam das negociações, estando 55% do total concentrados em cinco bancos: Bradesco, Banespa, Bamerindus, Unibanco e Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

• 20% estão nos fundos constitucionais, tais como o Funcafé.

Desembrulhando o pacote

Para conseguir uma colheita de 80 milhões de toneladas na safra 1996/97, o governo promete que os agricultores terão R$5,2 bilhões para custeio e comercialização, que já estariam à disposição a partir da segunda quinzena de julho. Segundo estudos da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o volume necessário de dinheiro seria da ordem de R$6,97 bilhões. Independentemente dessa quantidade, necessária ou não, as fontes de recursos previstas são:

Compulsórios dos bancos	R$1,64 bilhão
FAT[a]	R$1,10 bilhão
Recursos externos	R$0,95 bilhão
Total	R$3,69 bilhões

[a] Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Nota-se que existe uma diferença entre o montante de recursos prometidos e as suas fontes. De concreto existe mesmo o compulsório dos bancos (aumento no percentual obrigatório sobre os depósitos à vista a serem aplicados na agricultura, de 17 para 25%, parcelados em acréscimo mensal de 1%, entre agosto e janeiro). A captação de recursos externos e do FAT dependem de outras negociações.

Aqui faz sentido o ditado que diz que gato escaldado tem medo de água fria. Afinal, na safra 1995/96, e portanto sob a administração deste próprio governo, apenas R$3,7 bilhões dos R$5,7 prometidos chegaram efetivamente ao campo.

Além do aspecto fundamental relacionado a recursos, há outros pontos relevantes do pacote a considerar:

Taxa de juros e limite de crédito — A nova taxa de juros para o crédito rural foi fixada em 12% ao ano, um decréscimo de 25% em relação à da safra passada, que era de 16% ao ano. A diferença entre o custo de captação do dinheiro pelo banco e a taxa do empréstimo ao produtor será paga pelo Tesouro Nacional.

Estima-se que a equalização (subsídio) de juros vai custar aos cofres públicos cerca de R$1,5 bilhão, incluindo-se também nesse valor os custos da política de preços mínimos. Em 1995, o Ministério da Agricultura gastou R$1,9 bilhão com pagamentos ao Banco do Brasil, o principal agente financeiro do setor, pela equalização dos juros cobrados do produtor e o custo de captação do dinheiro pelo banco e pela política de garantia dos preços mínimos.

O limite de crédito foi estipulado em R$150 mil por produtor para o plantio de arroz, feijão, milho, mandioca, e até R$300 mil para o cultivo do algodão. Na soja, continua o teto de R$30 mil por produtor. Já os pequenos agricultores terão R$30 mil para financiar qualquer atividade agropecuária.

A equivalência-produto, sistema pelo qual o débito poderia ser quitado com a entrega do produto, ficou extinta.

Pronaf — O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar contará com R$1 bilhão, uma quantia que é o quádruplo do ano passado, sendo R$200 milhões para o custeio e R$800 milhões para investimentos. Os juros são de 9% ao ano para o crédito de custeio até o limite de R$5 mil por produtor. Neste caso, a equivalência-produto continua.

A operacionalização do programa ficou mais descentralizada, e os bancos estaduais podem liberar os recursos para incentivar a produção familiar. Para se beneficiar do Pronaf, a área da propriedade não pode ser maior do que quatro módulos fiscais (até 120ha, dependendo da região); a atividade agropecuária deve responder por menos de 80% da renda familiar, e o produtor deve morar na propriedade ou nas suas proximidades.

Proagro — As taxas de seguros do Proagro caíram de 11,7 para 6,7% nas culturas de arroz e feijão, e de 7 para 3,9% em milho e soja. Nas culturas irrigadas, a alíquota diminui de 4,7 para 1,7%. Esses novos percentuais serão válidos somente para os agricultores que seguirem as recomendações do zoneamento agrícola.

A Embrapa fez estudos que indicam quais as regiões e os períodos mais adequados para cada cultura. As perdas cobertas pelo programa serão as causadas por seca, granizo, tromba d'água e vendaval (antes também protegia contra estiagens, pragas e doenças). Além disso, o governo prometeu fazer o pagamento de dívida do Proagro novo (aquele contratado a partir de 1991) ao produtor, que soma R$880 milhões.

Preços mínimos — O governo reajustou os preços mínimos dos principais produtos, que desde o lançamento do Plano Real, em 1994, estavam congelados. Na safra 1995/96, com o excesso de oferta no mercado nacional, os preços mínimos ficaram acima do preço de mercado. Neste ano, com a subida dos preços das commodities agrícolas nos mercados internacionais, bem como a menor disponibili-

dade interna, os reajustes foram necessários para estimular o plantio.

Os aumentos variaram de 5 para 16,67%. A majoração máxima ocorreu para o milho plantado no Acre e Rondônia, na tentativa do governo de recuperar seus estoques, que estão em níveis muito baixos. O mesmo produto plantado nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste (exceto Mato Grosso) e Bahia terá aumento de 11,67%.

Olhando para o futuro

Em princípio, não devem pairar dúvidas de que o pacote anunciado pelo governo trará benefícios para o setor a curto prazo. Resta saber se será efetivamente implementado. As autoridades governamentais estão conscientes da importância de sustentar o Plano Real, inclusive como respaldo à execução de reformas em diferentes áreas econômicas e políticas.

Segundo dados da Associação Brasileira de Supermercados, as vendas de alimentos cresceram 30% em 1995. Embora em menor intensidade, este ano haverá outro aumento. Para atender a essa demanda, as importações de bens agrícolas em 1996 deverão marcar um recorde histórico, tanto em quantidade como em valor.

Logo, uma expansão da safra nacional de cereais e oleaginosas, para 1996, será fundamental para fazer frente a consumo e custo domésticos de bens energéticos e protéicos. Ademais, constitui um risco muito grande ficar à mercê dos altos preços e dos baixos estoques das commodities agrícolas no mercado internacional. Tudo isso representa um forte argumento para que o governo olhe a agricultura com especial atenção.

Preços mínimos

Produtos	Unidade da Federação	Unidade/ quilo	Início	Valor R$/unidade
Algodão				
Caroço	BR	15	Fev. 97	6,50
Pluma	BR	15	Fev. 97	23,15
Arroz em casca				
Irrigado	BR	50	Fev. 97[a]	10,53
Sequeiro	S, SE, NE, CO	60	Fev. 97[b]	9,30
	MT e TO	60		8,97
	N	60		8,46
Feijão cores	CS	60	Nov. 96	25,20
	Rondônia	60	Abr. 97	24,00
Feijão-preto	CS	60	Nov. 96	25,20
Mandioca	CS	1.000	Jan. 97	7,40
Milho	AC, MT, RO	60	Fev. 97[c]	6,30
	Outros	60	Fev. 97	6,70
Soja	S, SE, CO	60	Fev. 97	8,88
	MT, PA, TO, NE	60	Fev. 97	8,43
	AC, RO	60	Fev. 97	7,98
Sorgo	S, SE, CO e BA-S	60	Fev.97	4,68

[a] Áreas irrigadas no N, NE e CO — set. 96; MS, PR e SP — jan. 97.
[b] Roraima — set. 96.
[c] SC e RS — jan. 97.

Total contratado em EGF até 30-6-1996

Produto	Volume contratado (mil t)		Quantidade contratada (R$ milhão)	
	1994/95	1995/96	1994/95	1995/96
Algodão	33,3	0,077	0,118	24,80
Arroz	1.500	113,7	391,1	23,3
Milho	5.136	291,7	688,4	30,7
Soja	2.828	39,9	582,4	5,8
Total	9.497,3	445,377	1.662,018	84,6

Diante de um horizonte temporal mais longo, porém, percebe-se que as medidas anunciadas ainda não são suficientes. Há uma grande caminhada a ser feita na revisão da estrutura fiscal das alíquotas de importação e exportação, bem como na implantação de mecanismos de *hedge*, dando suporte à regulamentação das operações internacionais da BM&F.

Luiz Antonio Pinazza é gerente administrativo de negócios da Agroceres.

A visão do Worldwatch Institute

LESTER R. BROWN

O Worldwatch Institute alertou o Banco Mundial e a FAO para que revejam as enganosas projeções da oferta de alimentos.

As projeções para as tendências da produção futura de alimentos, feitas pelo Banco Mundial e pela FAO, estão superestimadas, confundindo os líderes políticos. Isto pode levar a menor investimento na agricultura e no planejamento familiar, abrindo caminho para crises alimentares.

Essas projeções até o ano 2010, que são extrapolações de tendências passadas, diferem apenas em detalhes. Indicam que o mundo se deparará com um superávit na capacidade da agricultura até aquela data, com preços declinantes do arroz, trigo e outros grãos. Contudo, não levam suficientemente em consideração novos constrangimentos à produção, como a menor resposta ao uso de fertilizantes adicionais, a escassez de água, os efeitos cumulativos da erosão do solo, a alta das temperaturas e as estiagens a ela associadas.

As projeções até o ano 2010, extrapolações de tendências passadas, não levam em consideração problemas como menor resposta ao uso de fertilizantes adicionais, escassez de água etc.

Empregando 1990 como base, o Banco Mundial projeta que o crescimento na colheita de grãos será, em média, de 26 milhões de toneladas por ano, entre 1990 e 2010. A FAO projeta crescimento um pouco mais rápido, de 28 milhões de toneladas por ano, no mesmo período. Contudo, após quase triplicar, de 1950 a 1990, não houve aumento na colheita durante os anos 90. Como resultado, os estoques remanescentes dos grãos caíram a 48 dias de consumo, recorde de baixa, e os preços estão subindo.

As projeções do banco superestimaram a colheita desde 1990, com a discrepância ampliando-se de 50 milhões de toneladas, em 1992, para 225 milhões, em 1995. As da FAO, que aparecem no trabalho *World agriculture: towards 2010*, publicado em 1995, mostram um *gap* ainda maior. A cada ano que passa, aumenta a diferença entre o que os dois órgãos projetam para a produção e a tendência atual.

A falta de qualquer crescimento na colheita mundial, entre 1990 e 1995, pode não ser tomada como uma nova tendência, tanto quanto a tendência de 1950 a 1990 não deve ser considerada como se continuasse indefinidamente. No entanto, as razões para o não-crescimento no qüinqüênio devem ser cuidadosamente examinadas, para ver que efeito poderão ter sobre a produção no longo prazo.

O Banco Mundial é bastante explícito sobre o uso da extrapolação para projetar o crescimento futuro. No *The World Food Outlook*, estudo que contém as projeções agrícolas, os autores dizem: "Historicamente, os rendimentos físicos cresceram linearmente entre 1960 e 1990 e devem continuar no ritmo de crescimento passado".

Para justificar essa opinião, o banco argumenta que o passado é o único guia para o futuro e, conseqüentemente, a extrapolação é a técnica mais apropriada. Para projetar o rendimento físico por hectare, após 1990, seus economistas simplesmente extrapolaram a tendência histórica. Tomaram os rendimentos do trigo dos EUA em 1960 e 1990 e traçaram uma linha entre eles. Estenderam-na, então, para obter o rendimento de 2010. Apenas consideraram que a tendência histórica continuará pelos próximos 20 anos.

É verdade que a produção passada deve ser levada em conta, mas o passado recente também oferece evidências de que novos constrangimentos estão tornando mais difícil expandir rapidamente a produção. Um conjunto bem definido da literatura científica no campo da biologia da produção descreve as tendências dos processos de crescimento biológico em ambientes finitos. Essas tendências invariavelmente seguem o formato *S* das curvas de crescimento.

Os experimentos ginasianos em laboratório de biologia, com algas em placas de Petri, servem para ilustrar esse conceito. Se algumas algas são colocadas no recipiente com alimento suficiente, a

colônia crescerá, primeiro devagar e depois mais rapidamente, por um período; mas em algum momento o crescimento chegará a um ponto de estabilização. Nesse caso, porque a acumulação de resíduos limita a expansão. Se adequadamente conduzida, essa experiência rudimentar leva a uma curva em *S*.

A limitação da captura de peixes durante os anos 90 reflete tal curva. A pesca aumentou lentamente de 1900 a 1950 e acelerou após meados do século, subindo de modo acentuado nos anos 60, 70 e 80, antes do controle dos anos 90, resultando numa curva em *S*, já que a captura está limitada ao rendimento sustentável da pesca. Quer se esteja medindo o crescimento potencial das algas no recipiente, a capacidade dos oceanos em fornecer alimento ou o incremento no rendimento por hectare dos grãos, qualquer crescimento biológico em um ambiente finito eventualmente reduz a velocidade e retrocede. Com a agricultura, sem dúvida, os rendimentos aumentam através de avanços tecnológicos, mas esses esforços esbarram, vez por outra, nos limites impostos pela fisiologia das plantas, pela eficiência metabólica e pela taxa de fotossíntese.

A produção passada deve ser levada em conta, mas o passado recente também oferece evidências de que novos constrangimentos tornam mais difícil expandir rapidamente a produção.

Se o Banco Mundial, por exemplo, quer produzir projeções mais realistas para a produção de alimentos, precisará modificar a equipe de economistas que faz as projeções, adotando uma equipe interdisciplinar, que possa analisar as novas forças que estão definindo o panorama dos alimentos. Tal equipe deveria conter, no mínimo, um perito em hidrologia, um fisiologista vegetal, um agrônomo, um biotecnólogo e um meteorologista, além do economista. É necessária a contribuição econômica, sem que no entanto se excluam as demais contribuições.

O perito em hidrologia, por exemplo, é necessário para estimar a taxa de exaustão dos aqüíferos, calculando a data em que as reservas de água que estão superexploradas se esgotarão e como isso afetará o suprimento de água para irrigação. Com a redução das reservas de regiões produtoras importantes, como o sul das Grandes Planícies, nos EUA, vários estados da Índia (inclusive o Punjab, o celeiro do país) e a maior parte do norte da China, quaisquer projeções que não levem em consideração o esvaziamento dos aqüíferos superestimará os ganhos futuros na produção de alimentos.

Estritamente relacionada a este problema, está a necessidade de um planejamento urbano, que possa projetar as necessidades futuras de água das cidades e como elas serão satisfeitas. Em cidades tão diferentes como Los Angeles e Beijing, as necessidades crescentes de água estão sendo atendidas pelo desvio da água para irrigação.

A China agora reconhece oficialmente que 300 de suas maiores cidades estão enfrentando escassez de água. Dessas, uma centena, incluindo Beijing, enfrenta escassez aguda. Na primavera de 1994, o governo retirou os fazendeiros dos reservatórios nas regiões agrícolas ao redor de Beijing, porque toda a água disponível era necessária nas cidades. Essa experiência deve ser repetida centenas de vezes nas próximas décadas, nas regiões do mundo em que falta água.

As projeções confiáveis referentes aos alimentos exigirão estimativas de especialistas no uso da terra quanto às perdas de solos agrícolas para empregos não-agrícolas, particularmente na Ásia, que se está industrializando a uma taxa sem precedentes. Isso também inclui a perda de terras para urbanização e para o desenvolvimento de sistemas de transporte centrados em automóveis, como aqueles que estão sendo planejados para a Índia e a China. Este último país, por exemplo, planeja expandir sua frota de carros de 2 milhões, em 1995, para 22 milhões, em 2010. Tamanha expansão desafia a segurança alimentar futura, pois a terra agrícola será coberta por estradas, viadutos e estacionamentos.

Qualquer projeção do suprimento mundial de alimentos precisa incluir a contribuição de um fisiologista vegetal, que entenda os limites das variedades hoje existentes para absorverem nutrientes, o que restringe o uso de fertilizantes para aumentar os rendimentos físicos. Com milhões de agricultores já aplicando mais fertilizantes do que os atuais cultivares podem efetivamente absorver, a contribuição futura do fertilizante para maiores colheitas de grãos precisa ser reestimada.

Um biotecnólogo pode fortalecer as projeções, incorporando estimativas atualizadas da capacidade dos engenheiros genéticos de desenvolverem cultivares mais resistentes à seca, tolerantes à salinidade, ou resistentes a pragas. Embora a biotecnologia não tenha produzido uma só variedade de trigo, arroz ou milho, nas suas duas primeiras décadas, pode vir a fazê-lo algum dia.

Historicamente, os agricultores sempre tiveram de lidar com os caprichos do tempo, mas no futuro terão também que lutar com as conseqüências da mudança no clima. Os 11 anos mais quentes, desde que os registros começaram, há 130 anos, ocorreram desde 1979. Desses 11, os três mais quentes ocorre-

Mundo: produção de grãos efetiva e segundo o Banco Mundial e a FAO
1990 a 1995 e 2010 — em milhões de t

Ano	Produção efetiva	Cálculo do Banco Mundial	Diferença	Cálculo da FAO	Diferença
1990	1.780	1.780	0	1.780	0
1991	1.696	1.806	-110	1.808	-112
1992	1.776	1.832	-56	1.836	-60
1993	1.703	1.858	-155	1.864	-161
1994	1.745	1.884	-139	1.892	-147
1995	1.685	1.910	-225	1.920	-235
2010		2.305		2.346	

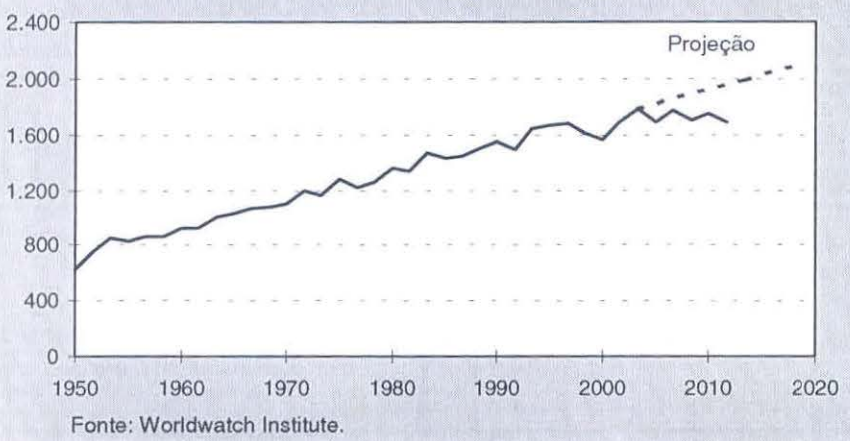
Fontes: USDA, Banco Mundial, FAO.

Gráfico 1
Mundo: produção de grãos e projeção do Banco Mundial
1950 a 2010 — em milhões de t



Fonte: Worldwatch Institute.

Gráfico 2
Mundo: produção de grãos e projeção da FAO
1950 a 2010 — em milhões de t



Fonte: Worldwatch Institute.

ram nos anos 90, com o recorde de todos os tempos registrado em 1995. Temperaturas ascendentes podem significar ondas de calor que fazem as lavouras definhar, como aconteceu na colheita de grãos de 1995, em importantes países produtores de alimentos, como os EUA.

Um meteorologista pode estimar o efeito da contínua elevação das concentrações atmosféricas de dióxido de carbono e de outros gases associados ao efeito estufa na freqüência e intensidade das ondas de calor. No passado, havia pouco motivo para preocupação quanto a alterações climáticas nas projeções agrícolas, mas com os níveis de dióxido de carbono subindo a cada ano, principalmente como resultado da queima de combustíveis fósseis, o mundo pode estar-se movendo para um regime climático bastante diferente daquele que prevaleceu desde que a agricultura começou, cerca de 10 mil anos atrás.

Sem um agrônomo para estimar o efeito das perdas de solos pela erosão pluvial e eólea sobre a futura produtividade da terra, as projeções superestimarão a futura produção de grãos. Como a erosão do solo é um processo gradual e porque faltam dados sobre as perdas das camadas superficiais, seu efeito sobre a produção de alimentos é simplesmente ignorado.

É também necessário um economista, que pode estimar a resposta da produção a preços mais altos, sob as condições cambiantes delineadas anteriormente, de preferência a apenas prever que acontecerá o mesmo que no passado.

Em meados dos anos 70, os agricultores investiram pesadamente em poços para irrigação. Em muitos países, porém, tal investimento, nos anos 90, apenas acelerará o esgotamento dos aqüíferos. Do mesmo modo, em meados da década de 70 os preços mais altos dos grãos rapidamente impulsionaram o uso de fertilizantes. Hoje, porém, investir em fertilizantes adicionais terá pequeno efeito na produção.

Há 20 anos, por exemplo, a duplicação dos preços dos grãos e o aumento correlato de todos os preços da alimentação levaram a investimentos adicionais em barcos pesqueiros, o que por sua vez impulsionou a captura mundial de pescado. Esse tipo de investimento adicional, nesta década, contudo, simplesmente precipitará o colapso da pesca oceânica. Em síntese, haverá resposta da produção a preços mais elevados para os alimentos, mas é possível que seja bem fraca, comparada àquelas do passado.

A falha de não se levarem em conta tendências como o esgotamento da água, a resposta minguante dos grãos aos fertilizantes, os efeitos cumulativos da erosão do solo sobre a produtividade da terra e os efeitos das cada vez mais freqüentes ondas de calor sobre os rendimentos das lavouras contribuíram para o alargamento do *gap* entre as projeções da produção de grãos feitas pelo Banco Mundial e pela FAO, desde 1990, e as reais tendências da produção mundial.

Até recentemente, o Worldwatch Institute estava quase sozinho no questionamento de que as projeções da FAO e do Banco Mundial eram enganosas, mas isso está começando a mudar. No final de 1995, o Ministério da Agricultura do Japão apresentou suas próprias projeções da oferta e demanda, mostrando que o futuro traria escassez, não-excedentes, e uma duplicação dos preços dos grãos. Com projeções similares às do instituto, o ministério, usando 1992 como base, projetou que, em 2010, o preço do trigo superaria até 2,12 vezes o nível de 1992 e, para o arroz, o multiplicador seria 2,05.

As diferenças de projeções precisam ser resolvidas o mais cedo possível, certamente antes da Cúpula sobre Alimentação Mundial, da ONU, marcada para novembro. A diferença entre as projeções do Banco Mundial e da FAO, por um lado, e as do Worldwatch Institute e do governo japonês, por outro, não são meramente de grau, mas de direção. Os primeiros dizem que os preços reais mundiais dos grãos continuarão seu declínio histórico de longo prazo, até pelo menos o ano 2010. Os outros argumentam que os preços subirão, mais do que dobrando, até 2010.

Se o instituto e o governo japonês estiverem mais próximos da verdade, e os agricultores não puderem restaurar rapidamente o crescimento sustentável na colheita mundial de grãos, a elevação acelerada dos preços reduzirá a demanda, até que ela se equipare à oferta. Nas cidades do Terceiro Mundo, em que centenas de milhões de pessoas ficarão presas entre níveis de renda de subsistência e a alta dos preços dos alimentos, haverá mais fome e instabilidade política. Numa economia global, que está mais integrada do que jamais esteve, instabilidade política em qualquer país ou região importante poderá afetar o comportamento da economia em todos os lugares.

Obs.: *Uma cópia deste relatório foi enviada para James Wolfensohn, presidente do Banco Mundial, e outra para Jacques Diouf, diretor-geral da FAO.*

Lester R. Brown, presidente do Worldwatch Institute, Washington D.C., EUA. Copyright The Worldwatch Institute, 1996.

Reprodução autorizada para Agroanalysis.

Tradução de Fernando Roberto de Freitas Almeida.

Frutas — tecnologia e vendas em baixa

O mercado interno cresceu, o câmbio valorizou a moeda nacional e as "ilhas de tecnologia", no dizer da direção do Ibraf, diminuíram. Resultado: as vendas ao exterior caíram fortemente no ano passado, e só se recuperarão se houver uma transformação na mentalidade dos produtores/exportadores brasileiros.

Em recente entrevista a *Agroanalysis* (maio de 1996), o presidente do Instituto Brasileiro de Frutas (Ibraf), Jean Paul Gayet, apresentou uma visão geral da fruticultura brasileira, procurando enfatizar que seus nichos de avanço tecnológico estão rareando. Além disso, mostrou sua admiração pelo espantoso crescimento verificado na demanda interna, depois que os índices inflacionários baixaram a patamares mais palatáveis.

Essa expansão das compras do mercado interno, porém, além de acarretar a promoção do país no *ranking* dos importadores mundiais (onde o caso da maçã é o mais notável, pois os brasileiros passaram a consumir toda a sua safra da fruta, de 450 mil toneladas, em 1995, e ainda se traz do exterior algo em torno de 180 mil), também levou a menores exportações.

A perda de posição brasileira no mercado externo deve ser lamentada, também, por representar oportunidade inigualável de se tentar atingir melhores padrões de qualidade. O mercado interno sempre foi descurado, em termos qualitativos, pelo baixo nível de exigência dos consumidores. As importações eram escassas e apresentadas apenas aos compradores brasileiros de maior nível de renda.

Além do maior consumo, a sobrevalorização cambial (em torno de 15%, comparando-se os IPA do Brasil e dos EUA) e a baixa qualidade vêm reduzindo as vendas externas das frutas brasileiras. De acordo com o DTIC, o país exportou apenas 228 mil toneladas de frutas frescas no ano passado, com um recuo de 130,5 mil toneladas relativamente ao vendido em 1994. Só de laranjas, exportaram-se 20% menos, mas grandes quedas ocorreram na banana e no melão.

Apesar da diminuição quantitativa, os preços das frutas aumentaram, o que evitou que a receita de exportação caísse na mesma proporção. Verificaram-se ainda aumentos nas vendas externas de algumas frutas de menor expressão na pauta.

Exigências e decisões

Com vistas a facilitar as exportações e importações de frutas do Brasil relativas a um de seus maiores mercados, os EUA — freqüentemente obstaculizadas por restrições fitossanitárias —, o Ministério da Agricultura e o setor do Departamento de Agricultura norte-americano (USDA) encarregado da vigilância sanitária (Aphis/PPQ) promoveram um encontro em Riverdale, Maryland, entre os dias 7 e 9 de fevereiro último.

A respeito das frutas brasileiras, decidiu-se o seguinte:

Maçãs — Aceitou-se o pedido brasileiro de que não se faça um programa de pré-inspeção, pois a Inspeção Vegetal do Ministério da Agricultura iniciou um tratamento a frio nos navios em trânsito há mais de três anos (o Aphis deu treinamento a 21 inspetores brasileiros em 1991 e 1993) e desde então houve poucos problemas.

Mamão papaia — O Serviço de Pesquisa Agrícola norte-americano (ARS) concordou com protocolo de pesquisa apresentado pela USP, em que se demonstra que as pragas *Ceratitis capitata* e *Anastrepha fraterculus* não infestam os papaias verdes até 1/4 da maturação.

Limão — Uma lista completa de pragas foi submetida ao Aphis em 1994, juntamente com uma pesquisa de doenças. Propõe-se exportar de uma área livre de pragas localizada no Piauí, geograficamente isolada e com clima desértico. Há uma quarentena no interior para a proteção contra o movimento dos cítrus e porta-enxertos de áreas infestadas com cancro no Sudeste (a distância entre essas áreas é de cerca de 3 mil quilômetros). A área é nova e foi desenvolvida desde 1991, com porta-enxertos inspecionados.

Mangas — Solicitou-se ao Aphis que aprovasse um galpão adicional para o tratamento de mangas por imersão em água quente (HWT), incluindo um inspetor TDY. Os norte-americanos concordaram em aprovar um galpão adicional de HWT para Cabrobó, Pernambuco, e mais um inspetor TDY para este galpão, que será utilizado já na próxima safra, em agosto de 1996.

No que diz respeito às frutas de procedência norte-americana, acordaram-se diversas formas de tratamento, com supervisão oficial, para a eliminação de pragas e doenças, até que se realizasse nova reunião entre os dois órgãos, em junho último. Os EUA dis-

Brasil — exportações de frutas frescas
1993 a 1995 — em toneladas e US$ mil

Fruta	1993		1994		1995	
	t	US$ mil	t	US$ mil	t	US$ mil
Laranja	89.888	20.234	140.276	27.208	114.060	29.092
Tangerina	6.061	1.539	7.900	1.920	7.933	3.243
Pomelo	1.857	470	2.168	559	1.160	360
Limão	124	80	267	177	173	68
Melão	67.075	30.501	69.797	31.492	36.766	16.475
Maçã	24.170	11.797	30.146	15.046	12.084	6.190
Figo	653	857	624	921	602	1.252
Caqui	73	80	114	127	66	86
Abacaxi	35.948	10.143	22.622	6.124	10.239	3.784
Manga	18.202	19.386	13.181	17.505	12.828	22.135
Papaia	5.604	3.274	5.916	3.766	5.272	4.020
Abacate	629	258	506	234	174	148
Lima ácida	4.016	1.979	2.497	1.492	1.007	558
Coco	399	154	207	116	250	113
Goiaba	189	177	103	93	122	169
Banana	89.646	14.937	51.792	10.702	12.492	3.907
Melancia	5.048	779	3.152	524	6.103	900
Morango	460	569	123	144	40	58
Outras	32	110	876	909	143	512
Total	362.627	132.342	359.359	127.583	228.300	103.193

Fonte: Instituto Brasileiro de Frutas.

cutiram os tratamentos dados a maçãs e peras, uvas, pêssegos e cítrus.

Na reunião de fevereiro, também se discutiu o que fazer com a infestação de mosca da carambola anunciada pelo governo francês, na fronteira entre a Guiana e o Brasil, praga também encontrada no Suriname. Segundo o Aphis, um projeto de erradicação já foi montado no noroeste do Suriname e o DDIV/Maara informou que instalou armadilhas em áreas de alto risco perto das fronteiras com os dois países. Como a praga é considerada de interesse de todo o continente sul-americano, será alertado o Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul (Cosave), e haverá reuniões com representantes do governo francês para a discussão do problema.

Técnicos do DDIV estiveram recentemente na Califórnia, reunidos com representantes de diversos níveis de governo, do USDA e da área privada, para conhecer as armadilhas ali empregadas no combate a diversas moscas que atacam frutas.

Este processo permanente de discussões exige atualmente que os representantes brasileiros informem a outra parte de que existem, também, exigências do Mercosul, cujos membros precisam ser informados, e será preciso consenso entre os países-membros, antes de se eliminar ou modificar qualquer requisito. Estas questões ganharão maior complexidade à medida que se ampliarem as associações à União Aduaneira, que já este ano estará tratando da aproximação com o Chile, importante exportador mundial de frutas.

A respeito da retração das vendas da fruticultura brasileira ao exterior, deve-se atentar para o que foi afirmado no mais recente boletim do Ibraf (jun./ago. 1996): "...é um erro pensar que com um desaquecimento do mercado interno poderíamos retomar o crescimento registrado nos últimos anos, voltando a atuar nos mercados externos regularmente. Um mercado se faz com regularidade, qualidade e produtos compatíveis com a demanda. Infelizmente, no Brasil, estas noções ainda não estão bem assimiladas pela maior parte dos empresários, muito embora sejam noções simples e lógicas".

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

Produção e comercialização para 1996/97

Fatores como escassez de matéria-prima e demanda crescente de produtos diversificados de alto valor agregado, originados de fécula e polvilho azedo, contribuem para a elevação dos preços e escassez da raiz de mandioca. A liberação dos estoques do governo, aliada à redução das compras de farinha e a chuvas regulares na região, deverá manter os preços equilibrados entre as diversas atividades produtivas.

No início de abril de 1996, os preços da mandioca em raiz, posta na fábrica, se situavam entre R$45,00 e R$50,00/t, com pagamento em 30 dias. Esses preços permitiam um equilíbrio saudável entre produtor e indústria, proporcionando um fluxo normal de mercado. Hoje, fatores como escassez de matéria-prima, demanda crescente de farinhas especiais, particularmente a amarela (PA) e *copioba* de cor creme (BA), alteraram o mercado. Produtos diversificados de alto valor agregado, originados de fécula e polvilho azedo, bem como a opção do empacotamento dos produtos, contribuem para a elevação dos preços da raiz e para torná-la escassa. A maioria das farinheiras encontra-se paralisada, e os preços estão deslocando o ponto de equilíbrio das atividades.

As flutuações operacionais, de emprego e de preços, provocadas pelos fluxos irregulares de mercado, vulnerabilizam sobretudo o estado do Paraná, destaque nacional nas atividades de produção, industrialização e comercialização de derivados, e a região Nordeste, principal consumidora desses produtos.

Raiz de mandioca — composição dos custos médios de produção

Sistema de produção modal — maio de 1996

Grandes regiões	Custo total (R$/t)	Custo variável (R$/t)	Produtividade média Ton./alq.	Ton./ha
Paranavaí	43,95	32,96	50	20,7
Araruna	42,70	32,03	50	20,7
Marechal Cândido Rondon*	30,98	23,24	60	24,8
Mato Grosso do Sul	42,58	31,94	50	20,7
São Paulo	39,78	29,84	50	20,7
Astorga	38,53	28,90	50	20,7

* As características de Marechal Cândido Rondon — solo fértil, sistema de produção, assistência técnica das indústrias e alta produtividade da mão-de-obra — justificam o excelente desempenho da atividade na região, tida hoje como uma das mais promissoras do Brasil.

A avaliação freqüente da situação das atividades nas regiões produtoras e formadoras de preço e de mercado aponta para a conveniência da continuidade do processo de parceria.

Perspectivas e tendências

Melhores perspectivas para o setor estão diretamente acopladas à possível liberação dos estoques governamentais de 140 mil toneladas de farinha para o Prodea e, paralelamente, 70 mil toneladas para os leilões convencionais. Nesses leilões, poderão ainda ser ofertadas cerca de 40 mil toneladas de fécula, uma vez que os estoques desse derivado totalizam 65 mil toneladas (AGF + EGF).

Tal liberação, aliada à redução das compras de farinha, principalmente por parte dos comerciantes do Norte e Nordeste, e a chuvas regulares na região, deverá manter os preços da mandioca em raiz equilibrados entre as diversas atividades produtivas.

Os custos médios de produção e os indicadores médios de receita indicam ao agricultor que, nas próximas safras, o melhor é operar com mandioca de dois ciclos, onde o giro líquido do capital é de R$1,84/dia (R$1,09/dia no caso da de um ciclo). Os cultivos de mandioca de um ou de dois ciclos se alternam periodicamente, e um número razoável de produtores julga que atualmente a mais oportuna é a segunda opção, por vários motivos:

a) custo de produção cerca de 33,2% mais baixo (R$35,16/t e R$26,40/t);

b) produtividade 30% superior (26,82t/ha e 20,66t/ha);

c) sistema de arrendamento fixo, ou 33 sacas de farinha/ha;

d) rentabilidade média 68,8% superior ao sistema tradicional.

Focalizando as regiões de Paranavaí, Araruna, Astorga, Marechal Cândido Rondon, Mato Grosso do Sul, Invinhema, Mundo Novo, São Paulo, Cândido Mota, Assis e Palmital, a equipe técnica da Seab-Deral e Conab-Dipla de Brasília, com a participação de produtores, cooperativas, associações de classe, empresários e técnicos, vem desenvolvendo um trabalho sobre custos de produção da mandioca em raiz e sobre as tendências da comercialização de seus derivados.

DISONEI ZAMPIERI, MILTON G. DA SILVA E METHODIO GROXKO

Tapioca flakes e *manioc puffs*

Nos últimos anos, com o recrudescimento do debate em torno da questão alimentar, a mídia tem destacado alternativas alimentares capazes de minimizar a carência nutricional de um contingente da população brasileira. Certas partes normalmente desprezadas dos vegetais, como farelo de arroz tostado, folhas de mandioca, folhas de batata-doce, folhas e sementes de abóbora, farinha mista de farelo de arroz e trigo, ervas daninhas (caruru, serralha etc.), podem ser valiosas fontes nutricionais. Positivas do ponto de vista cultural, essas propostas correm o risco de ofuscar o fato de que o real gargalo da questão alimentar não se localiza na oferta de produtos agrícolas e sim na capacidade de compra dos consumidores. Por que não incentivar então o consumo de produtos cuja oferta abundante condiciona preços mais favoráveis para a populaçãc? No caso da mandioca, a oferta anual é surpreendentemente grande: da ordem de 24 milhões de toneladas de raiz, mais que o dobro da oferta anual de arroz em casca e oito vezes mais que a produção anual de feijão (médias dos últimos cinco anos). Ou quase três vezes mais que o consumo de trigo no ano passado.

Um artigo recente, publicado na *Gazeta Mercantil*, cita as palavras do dr. Paulo de Tarso Alvim, cientista da área agronômica, que no início da década de 70 alertava: "Se a mandioca fosse americana, todo mundo estaria comendo hoje *tapioca flakes* e *manioc puffs*". Um mercado fortalecido de derivados sem dúvida teria colocado a cultura e a atividade agroindustrial a ela vinculada na rota do desenvolvimento. Mas hábitos alimentares fortemente influenciados pela cultura européia estancaram esse desenvolvimento.

Desde a década de 70, estuda-se como aproveitar melhor a raiz de mandioca. Mas a despeito do cultivo bem-adaptado às condições ambientais brasileiras, a acentuada perecibilidade da raiz limita seu aproveitamento industrial. Há também um limite tecnológico para a substituição parcial da farinha de trigo pela de mandioca na fabricação de pães. Misturadas com a água, as proteínas da farinha de trigo permitem que a massa aumente de volume, pela ação dos gases produzidos na fermentação e expandidos no assamento, sem se romper facilmente. Essa rede elástica, o glúten, é responsável pela estrutura macia e porosa do pão de trigo. A adição de outras farinhas ricas em amido, como as de mandioca e milho, altera a consistência da massa produzida, diluindo e enfraquecendo o glúten.

Alguns estudos feitos pelo Centro de Tecnologia Agrícola e Alimentar, da Embrapa, no entanto, concluíram que pães produzidos com até 15% de adição de farinha de raspas de mandioca apresentam características aceitáveis. O famoso pão de queijo nada mais é que um pão de mandioca, basicamente de polvilho azedo (fécula). Estima-se que os super e hipermercados (S&H) comercializam anualmente cerca de 1.520t de pães de queijo congelados, 393t de massa semipronta para pão de queijo e 4.208t de pré-mix (mistura de fécula ou farinha de mandioca com farinha de trigo para a fabricação de massas diversas). Em São Paulo, consomem-se cerca de 6 mil toneladas de polvilho azedo por ano, o que representaria em 1995 perto de 25% da produção nacional. Há oportunidades no mercado de pães de queijo congelados, com crescimento dinâmico e ausência de marcas fortes, assim como em seu uso como *fast food* nas lanchonetes e lojas especializadas.

A Sociedade Brasileira de Mandioca aponta a Yoki e a Hikari como dominantes na venda de produtos empacotados de fécula, polvilho azedo e pré-mix em S&H, além das empresas do mercado de congelados e biscoitos. Fora dos S&H, o fornecimento de polvilho azedo e de fécula é dominado pela Caribé do Brasil, mas também pode-se mencionar a boa imagem da Amafil, empresa do Paraná, estado onde se encontram as raízes mais baratas e a maior produção industrial a partir do "mais brasileiro dos alimentos".

ELIANA CONDE BARROSO LEITE VIGLIO

MILHO

Safrinha 12% menor

À medida que se inicia a colheita da safrinha de milho de 1996, o país vem refazendo as contas em relação à situação do abastecimento interno do cereal. Isso porque, enquanto o plantio esperado para a segunda safra fizera prever uma compensação às perdas da primeira colheita, as condições meteorológicas observadas durante a maturação da planta ao final do primeiro semestre foram adversas, obrigando a uma revisão baixista dos números. Prevê-se aumento da especulação no mercado do grão no último trimestre, embora a retração da demanda avícola atenue a subida de preços esboçada desde o final da colheita da primeira safra.

Em maio último, os dados levantados pelo IBGE previam a produção da safrinha em 3,7 milhões de toneladas, ou 6% acima da quantidade obtida no ano passado. No caso, estimava-se que as regiões Sudeste e Centro-Oeste viessem a produzir, respectivamente, 7,3 e 2,3% a mais do que um ano antes, enquanto o desempenho do Sul (representado apenas pelo estado do Paraná) estava previsto 11% abaixo.

É interessante notar a existência de dois posicionamentos distintos no que diz respeito à safrinha, pela ótica dos produtores. O primeiro é o de que, em se tratando de um plantio de alto risco, deve ser realizado com baixa utilização de tecnologia, de modo a minimizarem-se as perdas. Já o segundo é o de que, exatamente devi-

BIBLIOTECA KARL A. BOE

Brasil — milho — safra total e segunda safra

Área, produção e rendimento físico — 1992 a 1996 — em ha, toneladas e kg/ha

Ano	Área (ha)		Produção (t)		Rendimento (kg/ha)	
	Safra total	2ª safra	Safra total	2ª safra	Safra total	2ª safra
1992	13.363.609	863.295	30.506.127	1.460.219	2.283	1.690
1993	11.870.763	1.121.074	30.051.333	2.265.682	2.532	2.020
1994	13.747.739	1.422.399	32.487.400	2.316.828	2.363	1.630
1995	13.996.401	1.644.030	36.326.140	3.502.719	2.595	2.130
1996	13.131.554	1.761.289	31.501.591	3.719.536	2.330	2.110

Fonte: IBGE.

do ao forte risco, torna-se compensador realizar maiores investimentos, na medida em que o eventual resultado positivo da colheita pode se traduzir em altos preços no caso de uma comercialização esvaziada pelas perdas.

Seja pelo maior investimento neste segundo plantio, seja pelas coincidentes boas condições climáticas registradas durante o desenvolvimento do grão (ou pela conjunção de ambos os fatores), vem sendo observado, desde 1993, o avanço do rendimento médio da safrinha (à exceção do observado em 1994, quando a seca mais acentuada do que o normal prejudicou a lavoura).

Tudo leva a crer, porém, que esta colheita venha a ser revista para menos no presente exercício, na medida em que, ao longo dos meses de junho e julho, observou-se forte estiagem em várias regiões produtoras paranaenses — estado responsável por cerca de 40% desta segunda colheita — que passaram a esperar quebras localizadas de até 40%.

Preços devem pesar mais

De uma forma geral, caso a safrinha deste ano venha a se concretizar no patamar inicialmente previsto, a produção total de milho da temporada 1995/96, de acordo com o IBGE, seria de 31,5 milhões de toneladas, ou 12% inferior à precedente. Portanto, tendo em vista os últimos acontecimentos, a oferta total, que estava prevista para ser da ordem de 41,8 milhões de toneladas[1] (4,3% menor do que a oferta recorde de 43,7 milhões relativos à temporada 1994/95), certamente ficará abaixo desse montante. É de se prever, portanto, a agudização do ambiente especulativo no mercado do grão no último trimestre do ano, muito embora a forte retração da demanda avícola venha se encarregando de arrefecer o movimento altista dos preços desenhado desde o final da colheita da primeira safra.

No caso da avicultura de postura, entre janeiro e agosto a queda acumulada na produção de ovos já chegava a 12%, como resultado da queda sistemática do plantel de poedeiras verificada no período. Outra não poderia ser a conseqüência, após a baixa de 47% observada no preço médio real do produto recebido pelos produtores de São Paulo ao longo do ano passado, comparativamente ao patamar de 1994, forçada pelo aumento de 19% registrado na produção de ovos no período.

A ação dos avicultores de postura foi sentida na ponta do varejo, conforme o comprova o preço dos ovos verificado no comércio da cidade de São Paulo. No primeiro quadrimestre, sua média foi de US$1,12/dúzia, a maior do período desde 1991. Por seu turno, a média de R$0,53/dúzia dos preços recebidos pelos produtores paulistas no primeiro semestre foi 38% maior do que o mesmo indicador relativo a 1995.

No que diz respeito à avicultura de corte, o quadro não é muito diferente, com os produtores recorrendo à contração do alojamento de matrizes de corte para forçarem a elevação do preço do frango, de forma a compatibilizá-lo com os novos patamares do preço do milho. Segundo informações da Associação Brasileira de Produtores de Pintos de Corte (Apinco), no primeiro quadrimestre do ano o percentual médio de ociosidade na produção brasileira de pintos de corte ficou em 10,4%, o maior desde o mesmo período do ano de 1992 e praticamente o dobro do verificado nos primeiros quatro meses do ano passado.

Esta iniciativa tem redundado em ritmo produtivo de frangos de corte infinitamente menor do que o observado há um ano, conforme a mesma fonte. Afinal, os 2 milhões de toneladas de carne produzidos no primeiro semestre de 1996 representaram apenas 1,1% a mais do que um ano antes, enquanto a produção do mesmo período em 1995 revelava-se 23% maior do que a obtida no primeiro semestre de 1994, que foi de 1,6 milhão de toneladas.

De qualquer forma, a frustração esperada para a segunda safra afetará o estoque final do grão, que fora inicialmente previsto em 3 milhões de toneladas. Nesse caso, o país iniciaria o ano-safra 1996/97 com o equivalente a menos de um mês de consumo. Dado que tal situação seria temerária, em se tratando de insumo tão estratégico para a criação de aves e suínos, aparentemente não restará outra opção a não ser adquirir externamente, até a entrada da nova colheita de verão, quantidade maior do que a estimada em maio último no balanço de oferta e demanda da Conab (1,5 milhão de toneladas).

[1] Dados da Conab datados de maio último, que incluem produção total de 33 milhões de toneladas, estoque inicial de 7,3 milhões e importações de 1,5 milhão.

IRENE RAGUENET TROCCOLI

Olho na safra 1996/97

Em junho, o índice FGV/Abag registrou variação de 1,33% em relação ao mês anterior, percentual pouco superior ao de 1,22% do IGP-DI. Quanto aos fatores responsáveis por esse aumento, 97,8% se concentram no item alimentação no atacado. Os maiores aumentos nesse segmento do índice foram os do pepino (53%), mamão (39,9%) e coco-da-baía (34,3%).

Trata-se de itens sazonais, de modo que nos próximos meses deve-se esperar uma retração. O trigo no atacado teve seus preços reduzidos em 8%, o que pode representar uma acomodação do mercado, que em maio registrou alta de 19% para o item. As primeiras informações sobre o plantio do cereal dão conta de um aumento de cerca de 60% na área plantada, permitindo antecipar que em condições normais poderia verificar-se uma elevação de 87% na quantidade colhida. Como essa estimativa não inclui o Rio Grande do Sul, há margem para maior otimismo, o que poderia explicar o movimento dos preços.

No que se refere aos produtos de origem animal, observou-se uma variação de 11,8% nos suínos, talvez explicada pela perspectiva de um aumento da demanda em função de um inverno que se antecipa mais frio que nos anos precedentes.

Já com relação aos preços dos produtos originários do agribusiness no nível do consumidor, boa parte dos itens verificou modesta redução de preços, como resposta a um mercado retraído devido a contenção de salários e nível de emprego. Foram exceções os panificados, com aumento de 4,8%, e as aves e ovos, que tiveram seus preços acrescidos em 3,05%.

A partir de agosto, as expectativas do mercado quanto ao plantio da safra de verão 1996/97 devem tornar-se o grande balizador da evolução do índice FGV/Abag.

Estrutura

O índice FGV/Abag vem sendo calculado desde setembro de 1993 como resultado do convênio mantido entre a Fundação Getulio Vargas e a Associação Brasileira de Agribusiness. Seu objetivo é avaliar o impacto dos produtos semiprocessados, processados e *in natura* de origem agrícola, no atacado e no varejo, sobre a inflação. O índice é constituído por itens pertencentes ao índice de preços por atacado — disponibilidade interna (IPA-DI) — e ao índice de preços ao consumidor (IPC-BR). Em termos de grandes grupos, foram selecionados os integrantes do IPA-DI, classificados em alimentação e matérias-primas brutas, e produtos e serviços do IPC-BR, classificados em alimentação (gêneros alimentícios e alimentação fora) e bebidas alcoólicas e fumo.

Índice FGV/Abag — últimos resultados

	Índice FGV/Abag Total	Itens do IPA-DI	Alimentação	Matéria-prima bruta	Itens do IPC-BR	Alimentação	Gêneros alimentícios	Bebidas alcoólicas e fumo
Jan. 1996	3,07	3,27	7,31	0,52	3,42	2,89	3,36	0,53
Fev.	0,85	1,21	0,21	1,90	0,38	0,12	-0,15	0,26
Mar.	0,15	0,17	1,02	-0,40	1,66	-0,03	-0,11	1,69
Abr.	0,62	0,47	0,42	0,51	1,49	0,97	1,12	0,52
Maio	2,75	3,33	0,48	5,26	7,55	1,12	1,19	6,43
Jun.	1,33	1,92	4,92	-0,04	0,14	0,09	0,17	0,55
Acum. 1995	0,56	-3,87	-7,26	-0,03	10,21	8,40	6,39	33,86
Acum. 1996	9,07	10,78	14,99	7,89	5,68	5,25	5,67	10,25
Jun. 1995	0,87	1,13	2,87	-0,97	0,34	0,32	0,07	0,60

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO
MARIA DAS GRAÇAS SOARES

Costa do Marfim

Em conseqüência da menor produção no ano-safra 1994/95, as exportações da Costa do Marfim decresceram cerca de 2% ante às da temporada anterior, embora o país ainda se responsabilize por 41% do comércio internacional da *commodity*.

1992/93 a 1994/95 – em mil t

Item	1992/93	1993/94	1994/95
Produção	697,00	884,00	850,00
Esmagamento	95,00	110,00	110,00
Exportação[1]	724,20	869,20	849,00

Gana

A recuperação da safra ganense em 1994/95 não foi acompanhada por aumento das exportações frente a um ano antes, sinalizando um incremento no consumo interno.

1992/93 a 1994/95 – em mil t

Item	1992/93	1993/94	1994/95
Produção	312,00	255,00	309,00
Esmagamento	27,00	35,00	64,00
Exportação[1]	255,70	284,80	274,20

Brasil

O ritmo decrescente da produção brasileira se manteve na temporada 1994/95, quando a quantidade equivaleu a apenas 60% da média de 345 mil toneladas referente ao período 1987/88-1991/92.

1992/93 a 1994/95 – em mil t

Item	1992/93	1993/94	1994/95
Produção	309,00	270,00	208,00
Esmagamento	225,00	225,00	195,00
Exportação[1]	233,90	215,90	129,10

Indonésia

À semelhança dos países africanos e contrariamente ao Brasil, a maior parte das exportações indonésias dizem respeito à amêndoa, dado o pequeno parque industrial transformador da matéria-prima em subprodutos.

1992/93 a 1994/95 – em mil t

Item	1992/93	1993/94	1994/95
Produção	240,00	260,00	240,00
Esmagamento	45,00	50,00	52,00
Exportação[1]	228,20	244,90	223,40

Fonte: *ICCO Annual Report 1994/95.*

[1] Exportações líquidas de cacau em amêndoas mais exportações líquidas de produtos de cacau convertidos em equivalente em amêndoas, usando os seguintes fatores de conversão: manteiga de cacau 1,33; cacau em pó e em torta 1,18; pasta e licor de cacau 1,25.

Brasil — carne suína

O recorde previsto na produção para 1996 poderá não se concretizar, em função do desestímulo que vem caracterizando a atividade suinícola, cuja margem de lucro vem sofrendo compressão por força dos aumentos observados junto ao preço do milho.

1993 a 1996 – em mil t

Item	1993	1994	1995	1996[p]
Produção	1.215,00	1.251,00	1.450,00	1.550,00
Importação	0	0	0	0
Exportação	34,80	32,30	35,00	70,00
Disponibilidade	1.180,20	1.218,70	1.415,00	1.480,00
Consumo *per capita* (kg)	7,8	7,9	9,1	9,4

Fonte: Cepal/SC.
[p] previsão.

Brasil — carne bovina

Apesar da concorrência ditada pela carne avícola, a pecuária bovina de corte ainda detém a primazia do consumo *per capita* brasileiro, cujo patamar previsto para 1996 suplanta em 17% o nível do início da década.

1993 a 1996 – em mil t

Item	1993	1994	1995	1996[p]
Produção	4.987,00	5.200,00	5.400,00	5.608,00
Importação	49,00	195,90	275,20	250,00
Exportação	386,00	378,40	289,20	330,00
Disponibilidade	4.650,00	5.017,50	5.386,00	5.528,00
Consumo *per capita* (kg)	30,7	32,6	34,6	35,0

Fontes: CNPC, FNP Consultoria.
[p] previsão.

Brasil — carne de frango

O acirramento da concorrência no comércio mundial de carne de frango ocasionou a queda nas exportações brasileiras em 1995 frente às do ano precedente, e deverá continuar a dificultar o aumento destas vendas no atual exercício.

1993 a 1996 – em mil t

Item	1993	1994	1995	1996[p]
Produção	3.143,00	3.410,00	4.051,00	4.500,00
Importação	0	0	0	0
Exportação	433,50	481,00	433,70	450,00
Disponibilidade	2.709,50	2.929,00	3.617,30	4.050,00
Consumo *per capita* (kg)	17,90	19,10	23,20	25,70

Fontes: Apinco, Apa, Abef.
[p] previsão.

Brasil — carnes bovina, suína e de frango

O aumento acumulado de 25% registrado no consumo *per capita* brasileiro de carnes no quadriênio analisado deveu-se especialmente à carne avícola, cuja participação no agregado saltou, de 32% em 1993, para 37% em 1996.

1993 a 1996 – em mil t

Item	1993	1994	1995	1996[p]
Produção	9.345,00	9.861,00	10.901,00	11.658,00
Importação	49,00	195,90	275,20	250,00
Exportação	854,30	891,70	757,90	850,00
Disponibilidade	8.539,70	9.165,20	10.418,30	11.058,00
Consumo *per capita* (kg)	56,40	59,60	66,90	70,10

Fontes: Apinco, Apa, Abef, Cepal/SC, CNPC, FNP Consultoria.
[p] previsão.

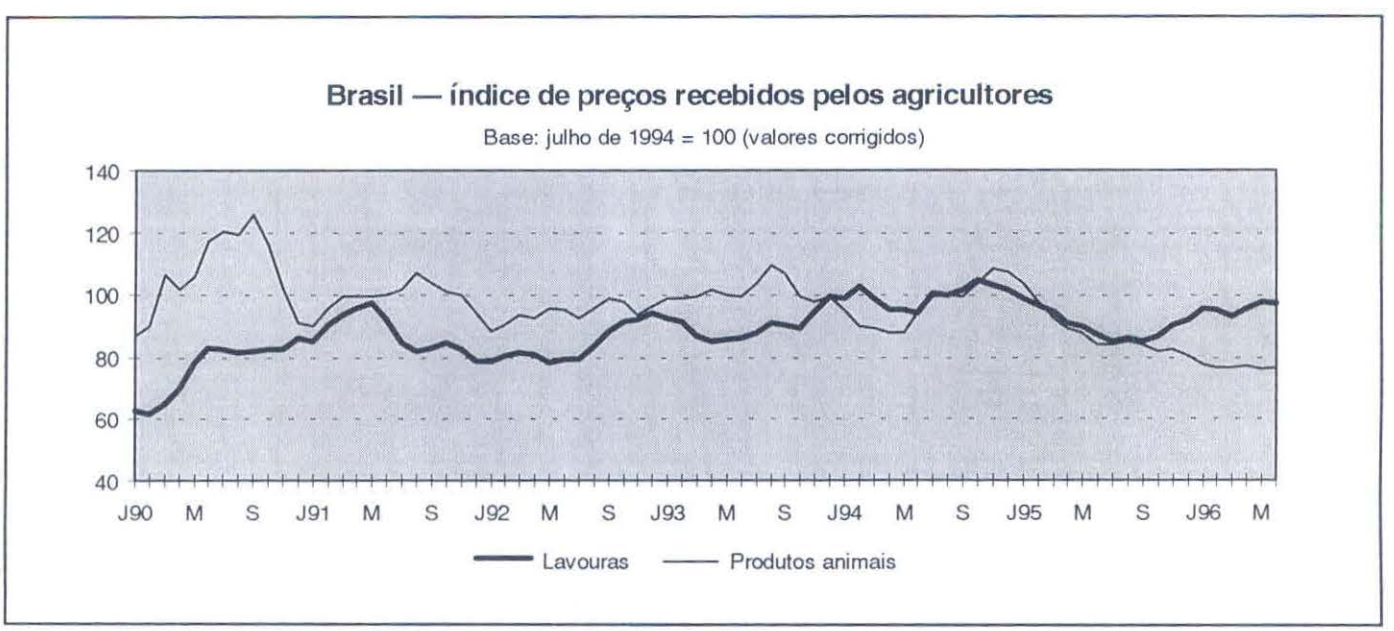
IRENE RAGUENET TROCCOLI

Brasil — índices de preços recebidos pelos agricultores — valores nominais (base: agosto de 1994 = 100)

Anos/Produtos	Lavoura	Produtos - PGPM[1]	Demais lavouras	Produto animal	IPR
1990	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1991	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
1992	0,11	0,14	0,08	0,12	0,11
1993	2,60	3,21	1,90	2,83	2,67
1994	70,49	73,19	66,86	70,14	70,35
1995	106,13	106,89	104,21	102,88	105,06
Jun. 94	72,98	76,82	67,74	73,15	73,03
Jul.	97,45	97,11	97,99	96,12	96,98
Ago.	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Set.	103,09	101,39	105,74	101,00	102,36
Out.	109,07	110,51	106,61	108,41	108,85
Nov.	110,43	114,42	104,11	115,87	112,34
Dez.	109,17	114,84	100,50	115,51	111,39
Jan. 95	107,85	113,18	99,64	112,68	109,56
Fev.	106,90	110,41	101,21	107,54	107,19
Mar.	106,08	104,65	107,55	103,85	105,38
Abr.	104,52	101,61	108,37	102,42	103,87
Maio	103,29	97,68	111,64	100,99	102,56
Jun.	103,29	97,94	111,18	99,68	102,10
Jul.	102,83	101,05	104,42	101,29	102,38
Ago.	105,65	105,75	104,17	104,27	105,26
Set.	103,39	104,69	100,09	102,09	103,03
Out.	105,39	108,15	99,88	99,75	103,50
Nov.	111,03	116,16	102,01	101,12	107,60
Dez.	113,37	121,44	100,31	98,86	108,25
Jan. 96	120,38	131,54	103,15	97,59	112,13
Fev.	120,19	128,81	106,13	96,64	111,64
Mar.	117,80	124,31	106,54	97,03	110,34
Abr.	122,42	129,68	110,04	98,41	113,71
Maio	127,24	136,53	112,06	98,50	116,66
Jun.	127,61	137,39	111,79	100,92	117,88

[1] Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

Apesar da recuperação dos preços de aves, suínos e ovos, o índice de preços dos produtos de origem animal não consegue reverter a trajetória declinante, em função da estagnação das cotações do boi gordo.



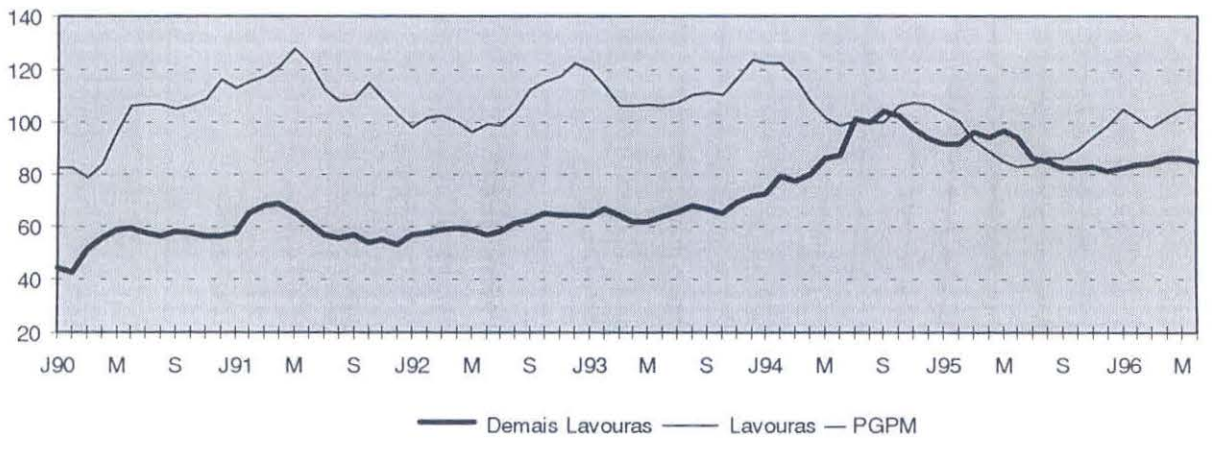
Brasil — índices de preços pagos pelos agricultores — valores nominais (base: agosto de 1994 = 100)

Anos/Produtos	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP-Brasil
1990	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1991	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01	0,02	0,01
1992	0,14	0,17	0,16	0,18	0,15	0,15	0,16
1993	2,91	3,06	3,18	3,38	3,26	3,01	3,11
1994	70,36	69,59	69,56	70,49	69,38	78,29	71,44
1995	107,53	111,21	105,20	118,39	101,83	193,85	125,84
Jun. 94	76,37	78,22	79,23	72,63	79,83	73,44	76,67
Jul.	97,50	98,63	99,94	96,46	99,93	95,07	97,84
Ago.	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Set.	99,64	100,00	99,18	102,26	100,00	111,17	102,31
Out.	102,53	100,78	99,95	105,58	100,00	122,93	105,70
Nov.	104,79	103,06	100,30	108,17	100,00	134,78	109,20
Dez.	106,70	102,54	100,30	106,99	100,00	149,65	112,02
Jan. 95	106,31	103,89	100,81	108,95	100,00	112,03	115,41
Fev.	105,95	104,45	102,15	110,67	100,00	169,46	116,80
Mar.	106,47	106,42	102,64	114,14	100,00	181,42	120,15
Abr.	106,14	108,58	104,11	115,12	100,00	186,27	121,85
Maio	105,84	108,30	104,06	118,55	100,00	199,20	124,70
Jun.	106,08	108,85	104,21	119,21	100,00	206,69	126,30
Jul.	107,75	108,73	105,51	121,69	100,00	208,65	127,35
Ago.	108,08	110,11	105,74	121,74	100,00	208,02	127,67
Set.	108,69	113,45	106,74	122,31	100,00	209,28	129,07
Out.	109,07	118,04	107,88	121,91	107,34	211,62	131,99
Nov.	109,61	120,98	108,74	122,75	107,34	215,83	133,84
Dez.	110,33	122,68	109,84	123,62	107,34	217,78	134,99
Jan. 96	111,23	124,80	110,55	124,58	107,34	222,21	136,72
Fev.	111,98	125,91	111,49	125,15	107,34	227,80	138,36
Mar.	113,23	127,16	111,59	126,21	107,34	230,69	139,58
Abr.	114,58	128,13	11,98	126,24	111,43	234,58	141,47
Maio	116,71	129,05	112,67	126,84	111,42	236,51	142,57

As altas dos preços de trigo, soja e milho permitiram a recuperação dos índices das lavouras amparadas pela política de garantia de preços mínimos. As demais lavouras continuam registrando cotações estagnadas.

Brasil — índice de preços recebidos pelos agricultores

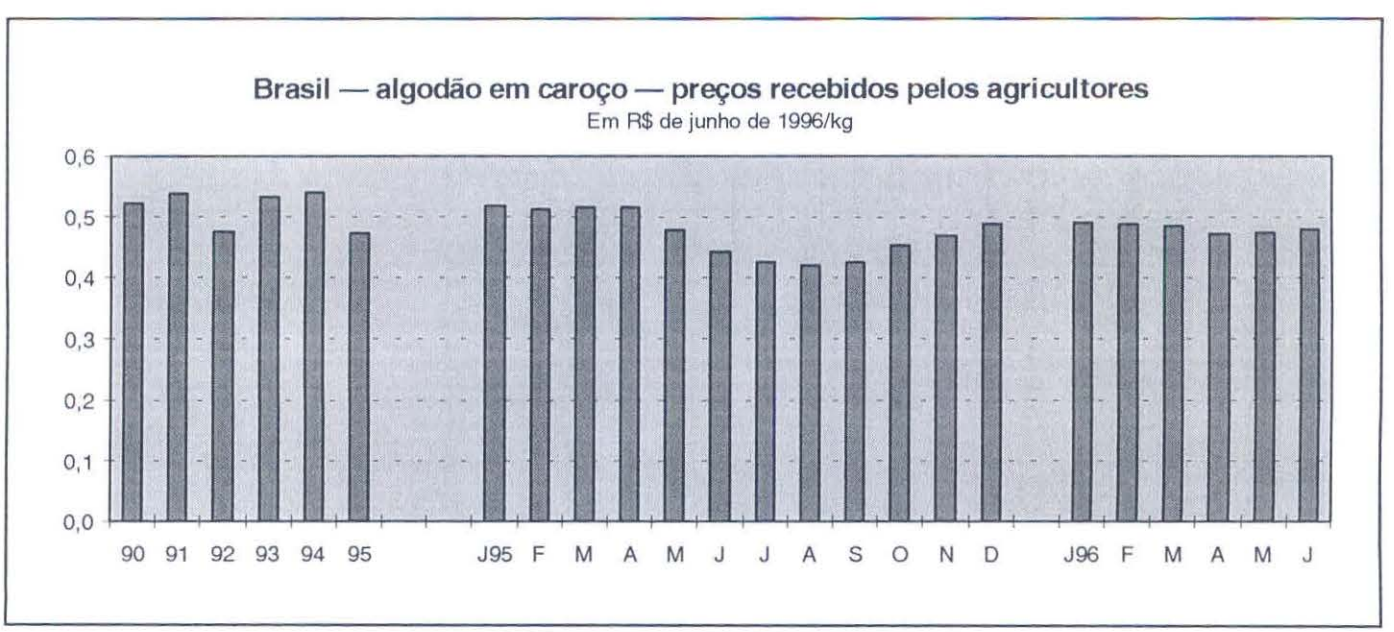
Base: julho de 1994 = 100 (valores corrigidos)



Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de junho de 1996/unidade)

Anos/Produtos	Algodão em caroço (kg)	Amendoim em casca (kg)	Arroz em casca (kg)	Banana (dúzia)	Batata-inglesa (kg)	Cacau (15kg)	Café em coco (kg)	Cana-de-açúcar (t)
1990	0,52	0,45	0,27	0,36	0,41	17,48	0,70	15,19
1991	0,54	0,53	0,34	0,36	0,44	19,80	0,66	16,24
1992	0,48	0,37	0,25	0,26	0,28	19,62	0,57	16,85
1993	0,53	0,47	0,25	0,28	0,31	17,33	0,72	15,05
1994	0,54	0,43	0,24	0,36	0,49	18,22	1,28	15,53
1995	0,47	0,38	0,20	0,53	0,36	16,85	1,16	13,96
Jun. 94	0,56	0,38	0,22	0,33	0,37	21,16	1,28	15,96
Jul.	0,56	0,42	0,23	0,35	0,42	19,91	1,87	15,75
Ago.	0,52	0,43	0,24	0,41	0,45	19,04	1,71	15,25
Set.	0,52	0,44	0,25	0,41	0,63	17,24	1,74	15,08
Out.	0,52	0,53	0,25	0,43	0,60	15,61	1,64	14,93
Nov.	0,52	0,54	0,25	0,44	0,55	15,64	1,46	14,39
Dez.	0,51	0,53	0,26	0,45	0,48	15,33	1,28	14,47
Jan. 95	0,52	0,49	0,25	0,48	0,48	16,27	1,21	14,05
Fev.	0,51	0,45	0,24	0,47	0,45	16,82	1,24	13,95
Mar.	0,52	0,35	0,21	0,50	0,42	19,09	1,34	13,71
Abr.	0,52	0,39	0,19	0,57	0,38	18,92	1,29	13,28
Maio	0,48	0,38	0,18	0,58	0,49	19,60	1,31	13,62
Jun.	0,44	0,38	0,18	0,61	0,60	18,05	1,19	13,56
Jul.	0,42	0,37	0,17	0,61	0,42	14,98	1,08	13,49
Ago.	0,42	0,33	0,18	0,59	0,27	15,34	1,12	13,80
Set.	0,42	0,34	0,18	0,50	0,23	15,17	1,08	13,85
Out.	0,45	0,36	0,18	0,49	0,19	15,21	1,05	14,60
Nov.	0,47	0,37	0,19	0,48	0,18	16,70	1,05	14,72
Dez.	0,49	0,37	0,20	0,46	0,17	16,10	0,99	14,84
Jan. 96	0,49	0,36	0,22	0,44	0,20	15,30	1,02	14,68
Fev.	0,49	0,34	0,22	0,45	0,18	14,96	1,12	14,64
Mar.	0,49	0,31	0,21	0,38	0,22	14,72	1,12	14,49
Abr.	0,47	0,33	0,21	0,41	0,27	15,16	1,07	15,23
Maio	0,48	0,34	0,20	0,39	0,31	16,41	1,06	15,34
Jun.	0,48	0,37	0,20	0,41	0,36	15,86	0,98	15,36

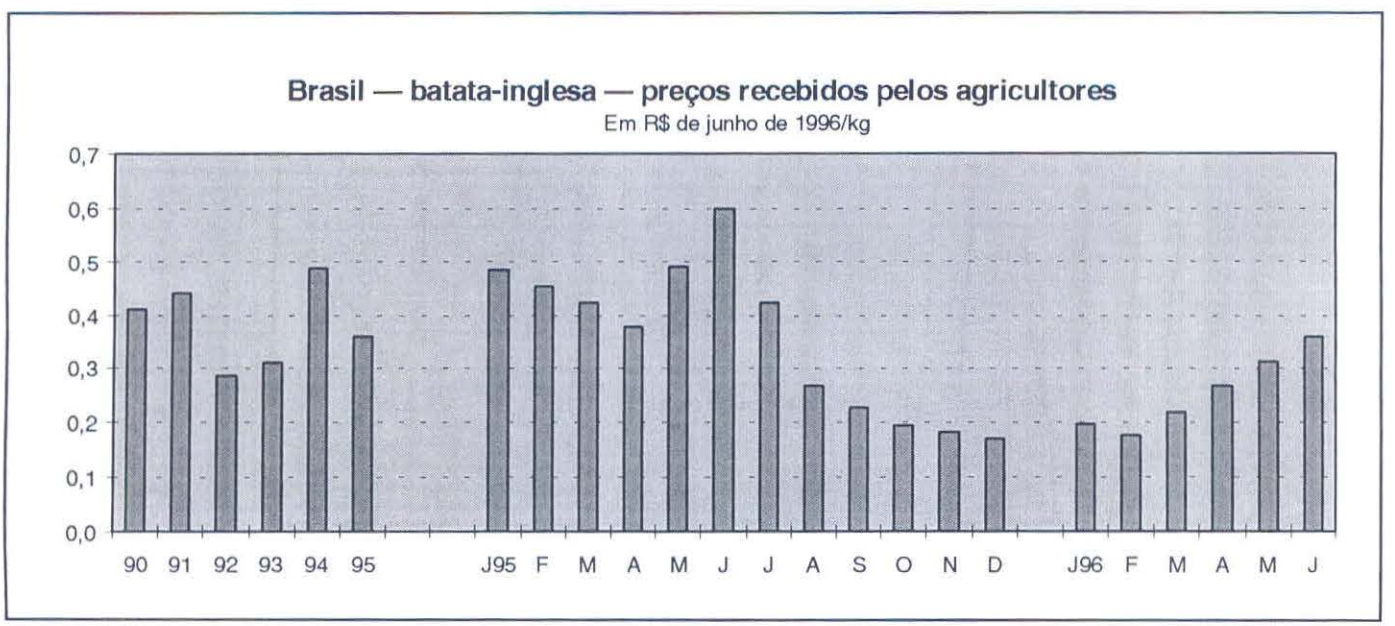
Restrições a importação de têxteis e queda de 18% na safra brasileira permitiram ligeira recuperação dos preços.



Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de junho de 1996/unidade)

Anos/Produtos	Feijão (kg)	Fumo em folha (kg)	Laranja (cento)	Milho (kg)	Mandioca (raiz — t)	Soja (kg)	Tomate (kg)	Trigo (grão — kg)
1990	0,81	1,79	3,73	0,18	54,02	0,22	0,49	0,17
1991	0,80	1,86	2,87	0,19	64,69	0,27	0,42	0,18
1992	0,62	2,58	2,82	0,17	73,12	0,28	0,39	0,21
1993	0,78	2,31	2,23	0,18	72,56	0,27	0,37	0,19
1994	0,94	1,98	3,02	0,15	52,12	0,24	0,47	0,16
1995	0,56	1,84	2,88	0,13	73,51	0,18	0,43	0,16
Jun. 94	0,68	2,10	2,37	0,14	39,79	0,26	0,23	0,16
Jul.	0,75	2,05	2,55	0,15	37,97	0,23	0,27	0,16
Ago.	0,68	1,98	2,51	0,14	48,69	0,22	0,46	0,16
Set.	0,67	1,91	2,82	0,14	50,03	0,22	0,76	0,16
Out.	0,87	1,87	3,13	0,15	49,52	0,21	0,77	0,16
Nov.	0,84	1,88	3,43	0,16	58,45	0,21	0,59	0,16
Dez.	0,75	1,87	3,78	0,16	61,70	0,21	0,48	0,17
Jan. 95	0,68	1,92	4,09	0,14	69,85	0,21	0,33	0,17
Fev.	0,67	1,91	3,43	0,13	72,38	0,20	0,43	0,17
Mar.	0,67	1,87	3,82	0,12	74,76	0,18	0,56	0,16
Abr.	0,63	1,84	3,79	0,11	72,30	0,16	0,66	0,16
Maio	0,58	1,85	3,41	0,11	75,66	0,15	0,67	0,16
Jun.	0,51	1,83	2,80	0,12	76,36	0,14	0,67	0,14
Jul.	0,49	1,79	2,45	0,12	74,37	0,16	0,35	0,14
Ago.	0,48	1,77	2,18	0,12	73,96	0,18	0,31	0,15
Set.	0,48	1,80	2,18	0,12	69,16	0,18	0,27	0,15
Out.	0,49	1,79	2,26	0,13	72,95	0,18	0,23	0,15
Nov.	0,50	1,77	2,20	0,14	72,43	0,20	0,30	0,17
Dez.	0,54	1,90	1,98	0,14	77,98	0,21	0,39	0,17
Jan. 96	0,61	2,05	1,83	0,15	78,94	0,23	0,44	0,17
Fev.	0,59	2,13	1,72	0,15	71,25	0,22	0,39	0,18
Mar.	0,58	2,06	1,70	0,13	70,86	0,21	0,45	0,19
Abr.	0,60	2,04	1,95	0,14	73,49	0,22	0,36	0,20
Maio	0,59	2,06	1,83	0,15	76,01	0,23	0,32	0,22
Jun.	0,61	2,04	1,80	0,15	79,06	0,22	0,37	0,23

Fatores sazonais impulsionam os preços do tubérculo que, ainda assim, está 45% mais barato que em igual período do ano anterior.

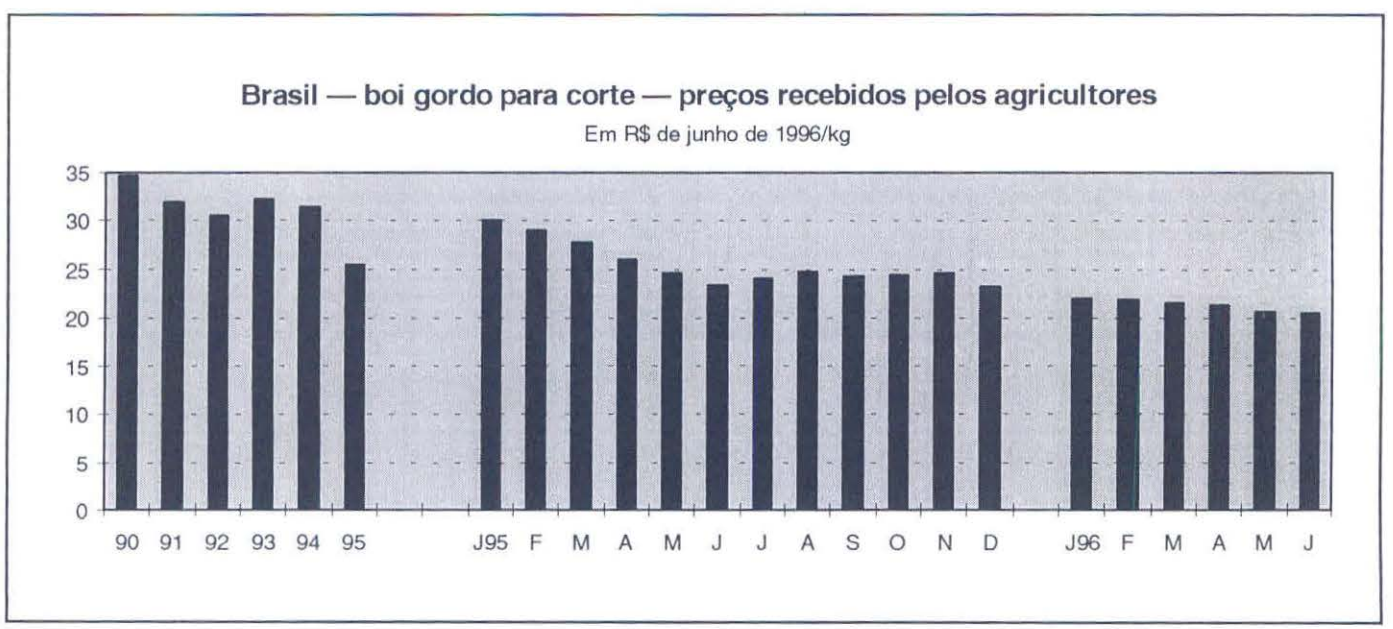


BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER

Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de junho de 1996/unidade)

Anos/Produtos	Cebola (kg)	Mamona (kg)	Pimenta-do-reino (kg)	Sisal (kg)	Uva (kg)	Bezerro (até 1 ano — cab.)	Boi gordo p/ corte (1@)	Vaca leiteira de raça (cab.)
1990	0,71	0,26	1,25	0,19	0,34	172,38	35,12	845,69
1991	0,42	0,21	1,03	0,19	0,29	152,69	32,37	681,93
1992	0,44	0,23	0,85	0,17	0,25	139,16	30,89	583,63
1993	0,45	0,26	0,92	0,18	0,51	149,99	32,74	622,92
1994	0,35	0,26	1,48	0,22	0,33	172,94	31,78	779,48
1995	0,49	0,26	1,75	0,27	0,45	152,98	25,84	858,66
Jun. 94	0,30	0,26	1,22	0,20		171,09	32,35	743,02
Jul.	0,39	0,23	1,67	0,19		179,02	29,94	792,01
Ago.	0,35	0,24	1,77	0,17		186,36	30,84	839,92
Set.	0,34	0,25	1,74	0,21		188,94	30,51	878,94
Out.	0,44	0,25	1,88	0,24		197,76	35,05	947,49
Nov.	0,42	0,25	1,91	0,26		197,00	36,88	991,33
Dez.	0,44	0,26	1,82	0,26		193,81	34,51	1.037,59
Jan. 95	0,43	0,27	1,69	0,25	0,63	183,65	30,43	981,30
Fev.	0,49	0,26	1,74	0,27	0,45	182,52	29,47	969,50
Mar.	0,47	0,27	1,82	0,29	0,53	175,09	28,11	938,72
Abr.	0,49	0,27	1,95	0,29	0,00	165,62	26,37	889,75
Maio	0,52	0,26	1,84	0,26	0,64	157,60	24,98	867,88
Jun.	0,76	0,27	1,82	0,26		146,06	23,66	835,21
Jul.	0,84	0,26	1,73	0,25		139,76	24,31	827,64
Ago.	0,60	0,25	1,68	0,25		139,93	25,12	815,61
Set.	0,50	0,25	1,74	0,26		139,51	24,52	808,16
Out.	0,34	0,26	1,70	0,28		138,31	24,65	808,41
Nov.	0,22	0,26	1,68	0,27		136,08	24,92	785,95
Dez.	0,19	0,27	1,61	0,26		131,58	23,59	775,81
Jan. 96	0,24	0,27	1,58	0,24	0,61	125,00	22,24	742,41
Fev.	0,28	0,28	1,60	0,23	0,44	121,49	22,07	731,09
Mar.	0,31	0,26	1,54	0,24	0,44	122,00	21,85	724,31
Abr.	0,32	0,27	1,52	0,26	0,57	119,57	21,68	710,47
Maio	0,21	0,27	1,49	0,25	0,00	116,12	21,01	683,61
Jun.	0,20	0,25	1,47	0,26	0,00	115,34	20,68	676,29

O início de um inverno mais frio do que em anos anteriores ainda não permitiu uma recuperação dos preços do bovino. Do lado da demanda, a concorrência de outras carnes consideradas "mais saudáveis" também atua contra os pecuaristas.

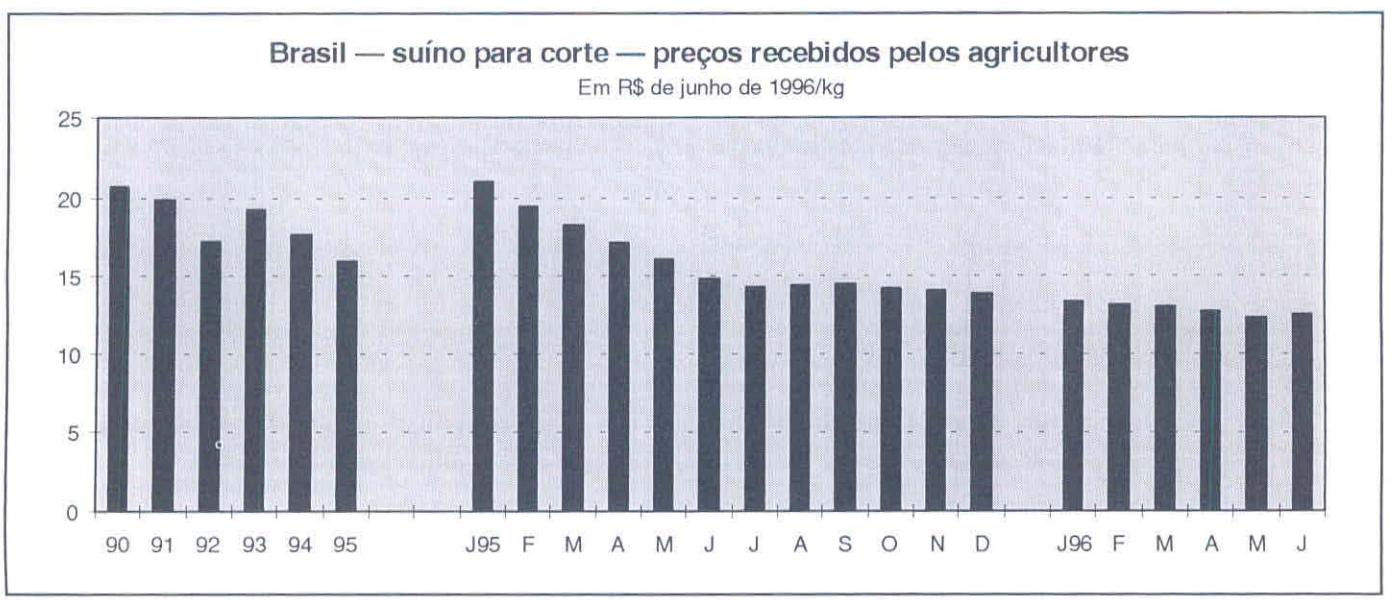


Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de junho de 1996/unidade)

Anos/Produtos	Vaca leiteira comum (cab.)	Suíno para corte (15kg)	Frango/galinha corte (kg)	Leite (l)	Lã (15kg)	Ovos (dúzia)	Mel de abelha (l)	Boi magro (cab.)
1990	518,92	20,99	1,52	0,36	31,41	0,94	3,53	322,85
1991	426,37	20,08	1,30	0,33	18,54	0,82	4,14	279,10
1992	363,96	17,40	1,14	0,31	29,37	0,80	2,67	259,88
1993	387,50	19,44	1,15	0,33	24,40	0,90	2,77	272,46
1994	473,75	17,89	1,10	0,29	28,94	0,84	3,22	304,73
1995	481,03	16,21	0,89	0,30	35,85	0,68	5,47	268,95
Jun. 94	447,89	16,61	1,03	0,28	26,67	0,85	3,04	297,36
Jul.	482,80	17,68	1,14	0,31	30,03	0,99	3,32	309,21
Ago.	517,07	17,66	1,12	0,31	29,71	0,96	3,50	320,22
Set.	530,23	18,78	1,03	0,32	32,17	0,87	3,59	323,42
Out.	562,83	19,96	1,07	0,32	35,65	0,77	3,81	339,74
Nov.	579,40	20,67	1,17	0,32	34,43	0,80	3,90	351,79
Dez.	599,72	21,79	1,21	0,32	35,69	0,81	4,18	346,74
Jan. 95	560,96	21,24	1,17	0,33	37,72	0,82	4,79	319,23
Fev.	546,60	19,69	1,04	0,31	35,91	0,78	4,99	318,83
Mar.	525,79	18,50	0,91	0,30	36,86	0,73	5,12	303,92
Abr.	541,84	17,37	0,86	0,31	36,41	0,70	5,22	284,79
Maio	493,21	16,23	0,86	0,32	37,12	0,68	5,51	271,00
Jun.	458,28	15,05	0,83	0,31	35,68	0,69	5,77	254,01
Jul.	453,16	14,50	0,84	0,30	36,09	0,65	5,77	248,62
Ago.	448,32	14,61	0,88	0,30	36,66	0,65	5,72	247,88
Set.	444,20	14,66	0,87	0,30	37,84	0,62	5,83	245,47
Out.	440,72	14,42	0,80	0,29	38,97	0,61	5,79	247,48
Nov.	433,00	14,23	0,81	0,29	31,98	0,62	5,72	245,20
Dez.	426,30	14,05	0,84	0,28	28,93	0,63	5,39	240,99
Jan. 96	411,36	13,56	0,83	0,27	27,79	0,64	5,45	227,06
Fev.	397,91	13,25	0,82	0,26	27,88	0,66	5,36	224,36
Mar.	391,28	13,15	0,82	0,26	28,05	0,73	5,41	223,45
Abr.	377,94	12,86	0,81	0,27	28,16	0,76	5,50	222,25
Maio	367,42	12,45	0,83	0,26	26,18	0,77	5,32	215,63
Jun.	364,80	12,66	0,84	0,27	27,06	0,82	5,24	213,32

Fonte dos dados primários, brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais.
Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas — IBRE/FGV.

Os preços na média do semestre são 27% inferiores aos vigentes em igual período do ano anterior. O início da temporada fria permitiu, em junho, a ligeira recuperação dos preços.



MARIA JOSÉ C. MONTEIRO

Securitizada a dívida do Proagro

Em fins de junho deste ano, foi publicado o Decreto nº 1.947 que trata da emissão de títulos do Tesouro para pagamento de dívidas do Proagro, outro passo para solucionar mais um dos problemas que vem afetando o setor rural. Outro decreto, o de nº 1.946, regulamenta o Pronaf de modo a ampliar seu papel de instrumento de política de crédito rural (criado pela Resolução nº 2.191, de 24-8-1995, do Banco Central do Brasil), tornando-o um meio de promover o desenvolvimento do segmento da agricultura familiar.

Diversas resoluções do Banco Central aqui divulgadas tratam do crédito rural, seja no que se refere a alongamento do prazo da renegociação de dívidas antigas, seja definindo o zoneamento agrícola para a próxima safra.

Decreto nº 1.946, de 28-6-1996: cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — Pronaf, e dá outras providências.

Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — Pronaf, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

Art. 2º O Pronaf assenta-se na estratégia da parceria entre os governos municipais, estaduais e federal, a iniciativa privada e os agricultores familiares e suas organizações.

§1º A aplicação de recursos do governo federal no Pronaf requer a adesão voluntária dos estados, dos municípios, da iniciativa privada e dos agricultores familiares às normas operacionais do programa e à efetivação de suas contrapartidas.

§2º As ações do programa orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

a) melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda;

b) proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente;

c) fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais;

d) adequar e implantar a infra-estrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos agricultores familiares, fortalecendo os serviços de apoio à implementação de seus projetos, à obtenção de financiamento em volume suficiente e oportuno dentro do calendário agrícola e o seu acesso e permanência no mercado, em condições competitivas;

e) atuar em função das demandas estabelecidas nos níveis municipal, estadual e federal pelos agricultores familiares e suas organizações;

f) agilizar os processos administrativos, de modo a permitir que os benefícios proporcionados pelo programa sejam rapidamente absorvidos pelos agricultores familiares e suas organizações;

g) buscar a participação dos agricultores familiares e de seus representantes nas decisões e iniciativas do programa;

h) promover parcerias entre os poderes públicos e o setor privado para o desenvolvimento das ações previstas, como forma de se obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados;

i) estimular e potencializar as experiências de desenvolvimento, que estejam sendo executadas pelos agricultores familiares e suas organizações, nas áreas de educação, formação, pesquisas e produção, entre outras.

Art. 3º Caberá ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento a coordenação do Pronaf, (...).

Art. 4º O Pronaf será constituído por organismos coparticipantes, cujas ações confluirão para os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural — CMDR, Conselhos Estaduais do Pronaf e Conselho Nacional do Pronaf.

§1º Integram a estrutura do Pronaf, no plano municipal, mediante adesão voluntária:

a) a prefeitura municipal, (...);

b) o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural — CMDR, o qual terá como membros, representantes do poder público, dos agricultores familiares e das entidades parceiras, inclusive das vinculadas à proteção do meio ambiente, (...);

c) os agricultores familiares, (...);

e) as entidades parceiras, públicas e privadas, que direta ou indiretamente desenvolvam ações relacionadas com o desenvolvimento rural e a proteção ambiental, (...).

§2º Integram a estrutura do Pronaf, no plano estadual, mediante adesão voluntária:

a) o governo estadual, (...);

b) o Conselho Estadual do Pronaf, o qual terá como membros representantes no âmbito estadual, do poder público, das organizações dos agricultores familiares e das entidades parceiras, inclusive das vinculadas à proteção do meio ambiente, (...);

c) a Secretaria Executiva Estadual do Pronaf, a ser chefiada por secretário executivo estadual designado pelo governo do estado, (...).

§3º Integram a estrutura do Pronaf, no plano nacional:

a) o governo federal, por intermédio do Conselho Nacional do Pronaf e sua Secretaria Executiva, que funcionarão no âmbito do Ministério da Agricultura e do Abastecimento;

b) o Conselho Nacional do Pronaf, (...);

c) a Secretaria Executiva Nacional do Pronaf, a ser exercida pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento e chefiada por um secretário executivo nacional designado pelo titular da pasta, (...);

d) as Delegacias Federais da Agricultura — DFA, (...);

e) os órgãos e entidades de âmbito nacional, públicos e privados, vinculados à agricultura e à proteção do meio ambiente, (...).

Art. 5º Integram o Conselho Nacional do Pronaf:

I — o secretário executivo do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, que será o seu presidente;

II — um representante do Ministério do Planejamento e Orçamento;

III — um representante do Ministério da Fazenda;

IV — um representante do Ministério do Trabalho;

V — um representante da Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento;

VI — um representante da Secretaria Executiva do Programa Comunidade Solidária.

§1º Poderão ainda integrar o Conselho Nacional do Pronaf um representante de cada entidade a seguir indicada:

a) Fórum dos Secretários Estaduais de Agricultura;

b) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — Contag;

c) Organização das Cooperativas Brasileiras — OCB;

d) Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural — Asbraer. (...).

Art. 6º O financiamento da produção dos agricultores familiares e de suas organizações será efetuado pelos agentes financeiros, no âmbito do Pronaf, segundo normas específicas a serem estabelecidas para esse fim nas instâncias competentes e de modo a atender adequadamente às características próprias desse segmento produtivo, contemplando, inclusive, a assistência técnica.

§1º Nos financiamentos de que trata este artigo, será dada prioridade ao investimento e ao custeio associado ao investimento de propostas de candidatos localizados em municípios nos quais já tenham sido instituídos os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural — CMDR, e os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural — PMDR, sem exclusão porém dos financiamentos para custeio isolado e, ainda, de candidatos localizados nos demais municípios, na medida das disponibilidades de recursos.

§2º As propostas de financiamento apresentadas pelos agricultores familiares e suas organizações prescindem do exame pelos conselhos do Pronaf e devem ser submetidas diretamente ao agente financeiro, a quem cabe analisá-las e defendê-las, observadas as regras e prioridades do programa.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Decreto nº 1.947, de 28-6-1996: dispõe sobre a emissão de Títulos do Tesouro Nacional destinados ao pagamento de dívidas do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), em cumprimento ao disposto nos arts. 1º, inciso VI, e 2º da Medida Provisória nº 1.504, de 13-6-1996, e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Tesouro Nacional autorizado a emitir títulos para o pagamento de dívidas vencidas do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), conforme previsto nos arts. 1º, inciso VI, e 2º da Medida Provisória nº 1.504, de 13-6-1996.

§1º São passíveis de pagamento as dívidas vencidas, assim entendidas aquelas referentes a indenizações e demais despesas deferidas até 14-6-1996, inclusive, decorrentes de enquadramentos efetuados no programa a partir de 15-8-1991, e registradas no Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen) pelas instituições financeiras agentes do Proagro.

§2º Os valores a serem pagos serão apurados com base nos encargos previstos na regulamentação do programa, segundo normas vigentes à época dos respectivos enquadramentos no Proagro.

§3º Os títulos serão emitidos, após celebração de contrato entre a instituição financeira agente do Proagro e a União Federal, com as seguintes características:

I — data de emissão: 15-6-1996;

II — valor unitário na data da emissão: R$1.000,00 (mil reais);

III — atualização: no dia 15 de cada mês incidirá sobre o saldo devedor do ativo o Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI), do mês anterior, divulgado pela Fundação Getulio Vargas. Em caso de utilização do ativo no Programa Nacional de Desestatização (PND), a incidência do referido índice dar-se-á *pro rata tempore* entre a última atualização e a data de sua utilização;

IV — juros remuneratórios: 6% a.a. (seis por cento ao ano);

V — prazo: oito anos com seis meses de carência para as parcelas de juros e de principal;

VI — possibilidades de utilização: comercialização no mercado secundário, resgates nas datas de pagamentos previstas neste artigo e utilização no PND; (...).

§5º Os valores securitizados, quando for o caso, deixarão de ser computados para efeito de cumprimento da exigibilidade de aplicação das respectivas fontes de recursos em financiamentos rurais, de forma escalonada a ser definida pelo Banco Central do Brasil, ouvida a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

Art. 2º Os pagamentos a que se refere este decreto serão precedidos de auditoria a ser coordenada pela Secretaria Federal de Controle. (...).

Art. 5º Na data da contabilização dos títulos recebidos do Tesouro Nacional, o valor correspondente às parcelas de crédito relativas às operações securitizadas, que tenham sido objeto de liquidação pelo produtor, deve ser ressarcido àquele beneficiário, em moeda corrente, pela instituição financeira agente do Proagro.

Parágrafo único. O valor de que trata este artigo deve ser atualizado, *pro rata tempore*, com base no IGP-DI acrescidos juros de seis por cento ao ano, a partir de 15-6-1996 até a data do efetivo ressarcimento.

Art. 6º As operações objeto da securitização continuam sujeitas à fiscalização do Banco Central do Brasil, nos termos do art. 5º, inciso III, do Decreto nº 175, de 10-7-1991. (...).

Art. 9º As dívidas vencidas do Proagro referentes aos recursos próprios dos beneficiários do programa e aos financiamentos concedidos pelas cooperativas de crédito rural e instituições financeiras em "regime especial", de que tratam a Lei nº 6.024, de 13-3-1974, e o Decreto-lei nº 2.321, de 25-2-1987, serão pagas em moeda corrente.

Parágrafo único. Cabe à Secretaria do Tesouro Nacional liberar os recurso necessários aos pagamentos previstos neste artigo, mediante solicitação do Banco Central do Brasil. (...).

Resolução nº 2.287, de 19-6-1996: dispõe sobre condições e procedimentos a serem observados na formalização das operações de alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que tratam a Lei nº 9.138, de 29-11-1995, e a Resolução nº 2.238, de 31-1-1996.

Art. 1º Admitir, relativamente aos cacauicultores com lavouras amparadas pelo Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana — cuja programação técnica aconselha práticas específicas para controle da "vassoura-de-bruxa" durante 4 (quatro) anos —, que as instituições financeiras do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) para fins de repactuação da dívida originária de crédito rural, de que tratam a Lei nº 9.138, de 29-11-1995, e a Resolução nº 2.238, de 31-1-1996, observem as características gerais do mencionado programa na definição dos prazos de alongamento das operações de responsabilidade desses cacauicultores.

Parágrafo único. A concessão de prazo, nos termos do art. 5º, §5º, inciso V, da Lei nº 9.138/95, não deve redundar em restrição à oferta de crédito para despesas de custeio de cacau, assistindo aos cacauicultores o direito a financiamentos agrícolas em condições de igualdade com os demais beneficiários do crédito rural, sob as condições gerais em vigor.

Resolução nº 2.293, de 28-6-1996: dispõe sobre a exigibilidade de aplicações em crédito rural (MCR 6-2).

Art. 1º Restabelecer a exigibilidade de aplicação em crédito rural de que trata o Manual de Crédito Rural (MCR 6-2) em 25% (vinte e cinco por cento) do saldo médio diário das rubricas contábeis de recursos à vista sujeitos ao recolhimento compulsório, observado o seguinte cronograma:

I — agosto 1996: 18% (dezoito por cento);

II — setembro 1996: 19% (dezenove por cento);

III — outubro 1996: 20% (vinte por cento);

IV — novembro 1996: 21% (vinte e um por cento);

V — dezembro 1996: 22% (vinte e dois por cento);

VI — janeiro 1997: 25% (vinte e cinco por cento).

Resolução nº 2.294, de 28 de junho de 1996: dispõe sobre zoneamento agrícola, safra de verão 1996/97, redução de alíquota de adicional do Proagro e ajustes complementares para o programa.

Art. 1º Adotar as seguintes condições especiais para efeitos de enquadramento no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) de operações de custeio de arroz, feijão, milho e soja, safra de verão 1996/97, conduzidas por produtores que, mediante cláusula contratual, optem por aplicar as recomendações técnicas referentes ao zoneamento agrícola implantado pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, contemplando novo cronograma de plantio, combinado com variedades de sementes e grau de aptidão dos solos nos municípios considerados habilitados, nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Tocantins.

I — redução das alíquotas de adicional do Proagro (MCR 7-3-2) aos seguintes percentuais:

a) arroz e feijão: de 11,7% (onze inteiros e sete décimos por cento) para 6,7% (seis inteiros e sete décimos por cento);

b) milho e soja: de 7% (sete por cento) para 3,9% (três inteiros e nove décimos por cento);

II — restrição das causas de coberturas do Proagro (MCR 7-5-2) aos seguintes eventos adversos:

a) granizo; b) tromba d'água; c) seca; d) vendaval;

III — forma de cultivo amparado: apenas lavoura de sequeiro não consorciada.

§1º Na impossibilidade da adoção das recomendações técnicas relativas ao zoneamento agrícola, por qualquer motivo, o beneficiário do programa fica sujeito às condições gerais do Proagro particularmente no que se refere a incidência de alíquotas normais e inadimplemento do adicional e causas de cobertura (MCR 7-3-2, 7-3-12, 7-3-13, 7-5-3-"d" e 7-5-3-"h"), ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§2º O beneficiário que deixar de cumprir as recomendações técnicas do zoneamento agrícola independentemente do motivo pode regularizar o adicional do Proagro mediante simples elevação da alíquota contratual para o percentual correspondente previsto no MCR 7-3-2, desde que formalizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do enquadramento da operação.

§3º O zoneamento agrícola para os demais estados da região Centro-Sul será divulgado oportunamente. (...).

Art. 3º Introduzir as seguintes alterações no regulamento do Proagro, independentemente das regras definidas no âmbito do zoneamento agrícola:

I — o enquadramento de cultura irrigada, em todo o território nacional, fica sujeito a:

a) cobertura de perdas decorrentes apenas de granizo, tromba d'água e vendaval;

b) alíquota de adicional reduzida de 4,7% (quatro inteiros e sete décimos por cento) para 1,7% (um inteiro e sete décimos por cento);

II — as operações vinculadas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), ao Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) e aos Fundos Constitucionais/"Programa da Terra", de que trata a Portaria Interministerial nº 218, de 27-8-1992, ficam sujeitas às seguintes condições:

a) alíquota única de adicional de 2% (dois por cento) para cultura de sequeiro, observado o disposto na alínea seguinte;

b) no caso de operação com lavoura e em município abrangido pelo zoneamento agrícola, a incidência da alíquota de 2% (dois por cento) fica condicionada a adesão ao referido zoneamento, formalizada nos termos do art. 1º, *caput*, desta resolução. (...);

IV — para os efeitos do Proagro, os encargos financeiros indenizáveis passam a ser computados a partir da data de aplicação dos recursos, segundo cronograma de utilização previsto no orçamento analítico, independentemente da época da liberação efetiva do crédito;

V — a receita do Proagro proveniente da arrecadação do adicional deve ser destinada, prioritariamente, ao pagamento de cobertura referente a recursos próprios dos beneficiários, enquadrados de conformidade com as regras vigentes.

Resolução nº 2.295, de 28-6-1996: dispõe sobre direcionamento dos recursos controlados do crédito rural, encargos financeiros e outras condições.

Art. 1º As operações contratadas a partir de 1-7-1996 ao amparo de recursos controlados do crédito rural destinam-se a financiamentos de despesas de custeio e a Empréstimos do Governo Federal Sem Opção de Venda (EGF/sov), concedidos diretamente a produtores ou repassados por suas cooperativas, e ficam sujeitas a taxa efetiva de juros de 12% a.a. (doze por cento ao ano).

Parágrafo único. Os recursos controlados oriundos da exigibilidade (MCR 6-2) podem ser aplicados também em créditos destinados a:

I — custeio, industrialização e comercialização de pescado, na forma disciplinada na Resolução nº 2.245, de 6-2-1996, exceto quanto à remuneração financeira;

II — cooperativas para:

a) aquisição de insumos para fornecimento a cooperados — fornecimento limitado ao equivalente a R$15.000,00 (quinze mil reais) por beneficiário —, independentemente de sua classificação;

b) integralização de cotas-partes na forma disciplinada nas Resoluções nº 2.185, de 26-7-1995, e nº 2.270 de 12-4-1996, inclusive quanto à remuneração financeira e cujo prazo para contratação fica prorrogado para 31-12-1996;

III — adiantamentos a produtores e a suas cooperativas, a título de pré-custeio, que deverão no prazo máximo de 90 (noventa) dias ser convertidos em custeio ou aquisição de insumos para fornecimento a cooperados — obedecidas as condições aplicáveis a esses créditos —, sob pena de desclassificação do rol de financiamentos rurais desde sua origem.

Art. 2º A liberação de recursos em créditos de custeio pode ser efetuada em uma única parcela.

Art. 3º As demais condições aplicáveis aos créditos com recursos controlados permanecem em vigor — exceto a possibilidade de equivalência em produto —, observado que:

I — no caso de atividades exploradas sucessivamente, cujos períodos de safra não são claramente definidos (hortigranjeiros, suinocultura, avicultura etc.), os limites estabelecidos para cada beneficiário devem ser considerados por períodos trimestrais (janeiro-março, abril-junho, julho-setembro e outubro-dezembro);

II — no caso de lavouras irrigadas e safrinha de milho e de sorgo na região Centro-Sul do país, pode ser concedido novo crédito ao produtor, independentemente do montante utilizado na safra de verão precedente.

Art. 4º As operações de crédito rural ao amparo de outras fontes de recursos não considerados como controlados, contratadas a partir de 1-7-1996, ficam sujeitas a encargos financeiros livremente pactuados entre as partes.

Parágrafo único. Excetuam-se das disposições deste artigo as operações formalizadas com base em recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou sujeitos a regulamentação própria.

Art. 5º A classificação do produtor ou da cooperativa fica dispensada, para todos os efeitos, nas operações com recursos obrigatórios (MCR 6-2), vinculados (MCR 6-3), da Caderneta de Poupança Rural (MCR6-4), livres (MCR6-8), do fundo de investimento "Extramercado" e administrados pelo BNDES.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo os créditos com recursos controlados, destinados a custeio rotativo, de que trata o art. 4º da Resolução nº 2.164, de 19-6-1995.

Art. 6º As operações com a parcela de recursos não controlados da Caderneta de Poupança Rural ficam sujeitas às disposições especiais estabelecidas no MCR 6-8-3 para aplicações com recursos livres. (...).

Art. 9º O art. 1º, § 2º, Resolução nº 2.108, de 12-9-1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§2º No mínimo 70% (setenta por cento) dos recursos provenientes da colocação de certificados de depósito bancário junto ao fundo de investimento de que trata o §1º deverão ser aplicados em operações de crédito rural." (...).

Art. 11 As aplicações com recursos administrados pelo BNDES destinadas ao financiamento de atividades agropecuárias e formalizadas com beneficiários do crédito rural por meio de contrato ou de instrumento de crédito previsto no Decreto-lei nº 167, de 14-2-1967, são consideradas como crédito rural, para todos os efeitos. (...).

Resolução nº 2.296, de 28-6-1996: altera condições aplicáveis aos financiamentos ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de que trata a Resolução nº 2.191, de 24-8-1995.

Art. 1º Os financiamentos ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), formalizados a partir da data da publicação desta resolução, ficam sujeitos aos seguintes encargos financeiros e limites:

I — encargos financeiros:

a) custeio: taxa efetiva de juros de 9% a.a. (nove por cento ao ano);

b) investimento: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de taxa efetiva de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano);

II — limites de financiamento:

a) custeio: R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por beneficiário;

b) investimento: R$15.000,00 (quinze mil reais) por beneficiário e R$75.000,00 (setenta e cinco mil reais) para crédito coletivo, observado o limite individual por beneficiário.

Parágrafo único. Nos créditos destinados a investimento, o mutuário fará jus a um rebate correspondente a 50% (cinqüenta por cento) do valor dos encargos devidos, por ocasião de seu efetivo pagamento.

Art. 2º As instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) interessadas em participar do Pronaf devem aplicar 20% (vinte por cento) dos recursos obrigatórios (MCR 6-2) em operações ao amparo do referido programa, (...).

Resolução nº 2.297, de 28-6-1996: estabelece encargos financeiros para operações de crédito rural contratadas com recursos das Operações Oficiais de Crédito.

Art. 1º Os financiamentos de crédito rural formalizados a partir de 15-1-1989, com recursos das Operações Oficiais de Crédito, ficam sujeitos, no primeiro semestre de 1996, à remuneração pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida das seguintes taxas efetivas de juros:

I — 6% a.a. (seis por cento ao ano), quando formalizados com miniprodutores;

II — 9% a.a. (nove por cento ao ano), quando formalizados com pequenos produtores ou com cooperativas do Grupo I;

III — 12,5% a.a. (doze inteiros e cinco décimos por cento ao ano), nos demais casos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos Empréstimos do Governo Federal (EGF) e às operações de custeio formalizados sob as condições previstas no art. 1º, da Resolução nº 2.164, de 19-6-1995, e aos financiamentos amparados por recursos:

I — de programas capitulados no MCR-8 e cujos encargos financeiros estejam estabelecidos em seus respectivos regulamentos;

II — especificamente destinados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para aplicações sob as condições previstas no art. 4º da Resolução nº 2.102, de 24-8-1994. (...).

Resolução nº 2.298, de 28-6-1996: estabelece encargos financeiros para operações de crédito agroindustrial contratadas com recursos das Operações Oficiais de Crédito.

Art. 1º Os financiamentos de crédito agroindustrial formalizados a partir de 15-1-1989, com recursos das Operações Oficiais de Crédito, ficam sujeitos, no primeiro semestre de 1996, à remuneração básica pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de taxa efetiva de juros de 9% a.a. (nove por cento ao ano).

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos financiamentos amparados por recursos do Programa Nacional de Assistência à Agroindústria (Pronagri) e do Programa Nacional de Desenvolvimento Agroindustrial (PNDA). (...).

Resolução nº 2.299, de 3-7-1996: dispõe sobre a concessão de Empréstimo do Governo Federal Sem Opção de Venda (EGF/sov), para produtos da safra 1996/97.

Art. 1º Admitir a concessão de Empréstimo do Governo Federal Sem Opção de Venda (EGF/sov) para derivados de uva da safra 1996/97, observadas as seguintes condições:

I — beneficiários:

a) cooperativas e indústrias, mediante a comprovação da aquisição da uva diretamente de produtores, à vista, por preço não inferior ao mínimo divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), sem deduções;

b) produtor ou grupo de produtores rurais, desde que apresentado contrato firmado com cooperativa ou indústria para processamento de sua produção de uva, na qual devem estar depositados os derivados de uva objeto da operação, sob efetivo acompanhamento e fiscalização da instituição financeira;

II — limites de crédito:

a) EGF/sov ao amparo de recursos controlados de crédito rural: até R$30.000,00 (trinta mil reais), por comprovação;

b) EGF/sov ao amparo de recursos não controlados do crédito rural: livremente ajustado entre financiado e financiador;

III — prazos e cronogramas de reembolso:

a) EGF/sov ao amparo de recursos controlados do crédito rural: vencimento em 31-12-1998, com amortizações mensais de 15% (quinze por cento) de maio a agosto, e de 10% (dez por cento) de setembro a dezembro de 1998;

b) EGF/sov ao amparo de recursos não controlados do crédito rural, vencimento em 31-12-1998, podendo ser estabelecidas amortizações intermediárias, a critério da instituição financeira;

IV — substituição de garantias: os produtos vinculados ao EGF podem ser substituídos por títulos representativos da venda desses bens, com prazo máximo de vencimento compatível com o do respectivo empréstimo.

Art. 2º Admitir a concessão de Empréstimo do Governo Federal Sem Opção de Venda (EGF/sov) a beneficiadores e indústrias, ao amparo de recursos controlados do crédito rural, contemplando os seguintes produtos da safra 1996/97: algodão, alho, amendoim, castanha de caju, cera de carnaúba, farinha de mandioca, fécula de mandioca, girassol, juta/malva, mamona e sisal.

§1º O montante de crédito da espécie ao amparo de recursos controlados fica limitado, a cada tomador, ao equivalente a 50% (cinqüenta por cento) de sua capacidade de transformação durante o período operacional (contratação e vencimento do EGF).

§2º A instituição financeira deve exigir comprovação do pagamento aos produtores rurais ou a suas cooperativas de, pelo menos, o valor do preço mínimo fixado para o respectivo produto.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

AGROANALYSIS

Publicidade:

Gerente comercial:
CARLOS HENRIQUE T. MIRANDA
E-mail: caique@fgvrj.br
Tel.: (021) 536-9269
Fax: (021) 536-9207

Rio de Janeiro:
LPA Comunicações Ltda.
LEOPOLDO P. AMORIM
Rua da Glória, 366 – 11º andar
CEP 20241-180
Tels.: (021) 252-8720
(021) 252-9074
Fax: (021) 221-5984

São Paulo:
Mix Midia Comunicações Ltda.
NILSON TRIVELLI
Caixa Postal 21.109
CEP 04698-970
Tel. e fax: (011) 524-1174

Brasília:
Letra & Arte Com. Repres. Ltda.
DEUSA RIBEIRO
SHIN – QI 8, CJ 3, Casa 17
Lago Norte
CEP 71520-230
Tel.: (061) 577-3874
Fax: (061) 273-4780

Região Sul (RS/SC/PR):
MILTON POMAR
Rua Romualdo de Barros, 280 — Carvoeira
Florianópolis — SC
CEP 88040-600
Tel.: (048) 234-5083
Fax: (048) 224-7490

FUNDAÇÃO Getulio Vargas
IBRE

Expectativas de aumento da produção de trigo

Segundo o IBGE, a safra brasileira de trigo deve recuperar-se este ano. Os primeiros números, relativos a 73% da área plantada, indicam que o plantio deverá ser 79% superior ao do ano passado, o que permitiria, em condições médias de rendimento agrícola, uma expansão de 86% na produção a ser obtida. A previsão não incorpora o Rio Grande do Sul, que planta mais tarde.

A recuperação se explica pelas condições oferecidas por um mercado mundial extremamente aquecido pela sensível retração dos estoques globais e por uma safra que, no Hemisfério Norte, se mostra conturbada por irregularidades climáticas. Por outro lado, mesmo que a produção de trigo dobrasse em 1996 relativamente ao ano anterior, ainda estaríamos longe das safras do período 1986-88, em torno de 5,7 milhões de toneladas.

Quanto às demais lavouras, os números confirmam o quadro que se vinha desenhando desde fins do ano passado: queda na produção da maior parte. Lamentavelmente, a conjuntura não permitiu que, na maioria dos casos, os preços subissem o suficiente para recuperar a renda obtida pelos produtores rurais. Se, no ano passado, a contrapartida das dificuldades enfrentadas pelos agricultores foi um consumidor favorecido por oferta ampla e preços baixos, neste ano tanto produtor quanto consumidor terão dias mais difíceis.

Produção anual das lavouras (em 1.000 t) e área (em 1.000 ha)

Discriminação	Área				Produção			
	Informantes	1995	1996	Var. %	Informantes	1995	1996	Var. %
Abacaxi*	91,71	39,39	42,46	7,79	91,36	835,28	978,55	17,15
Algodão em caroço		1.190,81	916,56	-23,03		1.450,04	1.177,82	-18,77
arbóreo	100,00	88,09	65,86	-25,24	100,00	9,59	10,41	8,57
herbáceo	99,87	1.102,72	850,70	-22,85	99,93	1.440,46	1.167,41	-18,96
Alho	65,19	8,31	7,70	-7,36	70,41	41,53	37,27	-10,26
Amendoim em casca		93,55	79,73	-14,77		168,55	149,74	-11,16
1ª safra	100,00	70,98	59,22	-16,58	100,00	136,09	120,35	-11,56
2ª safra	100,00	22,57	20,51	-9,10	100,00	32,47	29,38	-9,50
Arroz em casca	94,58	4.136,49	3.696,14	-10,65	96,94	10.877,15	9.619,94	-11,56
Aveia	69,29	111,40	107,36	-3,63	73,26	129,83	153,35	18,12
Banana**	90,80	466,79	473,21	1,38	87,97	499,76	504,08	0,86
Batata-inglesa		168,14	178,40	6,10		2.489,36	2.604,93	4,64
1ª safra	100,00	99,53	109,51	10,02	100,00	1.435,85	1.516,71	5,63
2ª safra	100,00	58,50	61,29	4,77	100,00	818,01	895,72	9,50
3ª safra	56,01	10,10	7,60	-24,75	55,66	235,50	192,50	-18,26
Cacau	92,50	682,37	677,68	-0,69	89,88	266,49	284,17	6,63
Café em coco	97,26	1.815,94	1.823,68	0,43	97,93	1.818,52	2.183,26	20,06
Cana-de-açúcar	99,84	4.558,34	4.599,42	0,90	99,86	303.132,52	306.370,18	1,07
Castanha de caju	100,00	647,50	663,07	2,40	100,00	164,16	187,37	14,14
Cebola	100,00	74,40	76,21	2,43	100,00	930,67	984,72	5,81
Centeio	38,35	1,02	0,94	-7,39	27,29	0,70	1,36	93,59
Cevada	35,40	24,59	23,22	-5,56	36,97	38,68	46,40	19,95
Coco-da-baía*	94,06	223,47	225,58	0,95	83,03	788,27	777,53	-1,36
Feijão em grão		4.798,48	4.911,59	2,36		2.725,67	2.816,13	3,32
1ª safra	100,00	2.622,60	2.723,06	3,83	100,00	1.386,07	1.368,77	-1,25
2ª safra	95,88	2.105,33	2.119,26	0,66	95,77	1.255,84	1.365,47	8,73
3ª safra	39,68	70,55	69,27	-1,81	33,64	83,75	81,89	-2,23
Fumo em folha	100,00	291,69	307,29	5,35	100,00	455,28	478,50	5,10
Guaraná	99,44	7,63	7,69	0,79	99,06	2,22	2,26	1,80
Laranja*	95,98	829,13	840,51	1,37	97,44	95.552,38	100.827,77	5,52
Maçã*	100,00	26,95	26,95	0,00	100,00	3.320,92	3.322,87	0,06
Malva (fibra)	1,55	0,09	0,05	-52,13	0,71	0,07	0,02	-77,46
Mamona	100,00	75,48	124,16	64,50	100,00	32,47	62,91	93,71
Mandioca	86,07	1.672,48	1.617,23	-3,30	85,91	21.747,72	20.901,24	-3,89
Milho em grão		13.668,11	13.131,55	-3,93		35.868,78	31.501,59	-12,18
1ª safra	97,63	12.024,08	11.370,27	-5,44	98,77	32.366,06	27.782,06	-14,16
2ª safra	100,00	1.644,03	1.761,29	7,13	100,00	3.502,72	3.719,54	6,19
Pimenta-do-reino	14,88	2,76	2,69	-2,54	17,52	5,90	5,92	0,34
Sisal (sisal)	100,00	152,64	151,38	-0,83	100,00	118,07	118,16	0,08
Soja em grão	100,00	11.657,58	10.649,41	-8,65	100,00	25.651,27	22.919,41	-10,65
Sorgo em grão	99,96	138,91	181,04	30,33	99,90	242,47	319,03	31,58
Tomate	99,70	61,34	63,14	2,93	99,94	2.696,68	2.854,56	5,85
Trigo em grão	72,81	723,68	1.155,40	59,66	78,19	1.199,62	2.240,69	86,78
Uva	100,00	60,59	59,72	-1,43	100,00	825,36	725,94	-12,05
Total		48.410,02	46.821,15	-3,28				

Fonte: IBGE. *Levantamento sistemático da produção agrícola*. Última previsão (maio de 1996).
A coluna "informantes" registra a participação das unidades da Federação que informaram a área e a produção de cada produto em relação ao total da área e da produção nacionais.
* Produção em milhões de frutos; ** produção em milhões de cachos.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Mercado externo

As previsões do mercado foram realizadas no dia 19 de julho e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de agosto de 1996.

Produtos / Preços	Média dos 1os futuros				Futuros												Tendência	Fatores ponderáveis
	Julho 1995	Junho 1996	1 a 18 julho 1996	14 a 18 julho 1996	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J		
Açúcar raw US¢/lb-peso	10,27	11,81	11,62	11,74				11,62					11,21		10,92		↘	Consumo mundial se mantém forte. Com os preços altos do milho, as indústrias substituem o xarope de frutose por açúcar. No entanto, os embarques brasileiros de açúcar devem retomar seu fluxo após o término da greve no porto de Santos.
Algodão 1-1/16" US¢/lb-peso	78,42	76,75	71,78	72,72	71,78			73,08		74,16			75,18		75,90		↘	Apesar da redução da área plantada nos EUA, o clima contribui para a recuperação da produtividade. Segundo o Icac, os estoques mundiais finais para agosto de 1996 deverão ter mais 1,16 milhão de toneladas que o observado em agosto de 1997.
Cacau Bahia US$/tonelada	1.253,00	1.369,00	1.325,00	1.329,00			1.395,00			1.426,00			1.447,00		1.462,00		↗	O mercado continua muito sensível e atento às perspectivas de evolução da próxima safra na Costa do Marfim. Assim como a seca, o excesso de chuva pode trazer graves problemas fitossanitários, reduzindo as projeções da safra que ainda está sendo formada.
Café contrato com Nova York US¢/lb-peso	139,93	128,29	120,87	116,52	120,87			113,18			108,38			105,72		104,93	↘	Cotações altamente influenciadas pelas condições climáticas no Brasil, quadro que deverá permanecer até o fim de agosto. A médio prazo, a oferta internacional aproxima-se da normalização, abrindo espaço para novas quedas de preços.

Fonte dos dados brutos: bolsas de Nova York e Chicago.

Mercado externo

Produtos / Preços	Média dos 1os futuros				Futuros												Tendência	Fatores ponderáveis
	Julho 1995	Junho 1996	1 a 18 julho 1996	14 a 18 julho 1996	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J		
Milho two yellow US¢/ bushel	285,70	470,51	523,83	509,65	523,83		406,23			363,19			368,65		371,79		↗	O mercado se encontra muito volátil devido à grande influência que as oscilações climáticas têm sobre o desenvolvimento da safra. A tendência de alta se respalda no aperto previsto para o balanço de oferta e demanda do novo ano-safra.
Soja-grão one yellow US¢/ bushel	620,56	774,84	797,27	819,40	797,27	793,85	777,10		763,94		771,13		776,60		778,08		↘	Fatores: chuvas na zona de produção dos EUA vêm beneficiando as lavouras, embora a situação continue instável e ainda haja uma grande indefinição do quadro do mercado no curto prazo.
Soja-farelo US$/ tonelada	177,47	239,88	249,33	255,52	249,33	247,49	245,48	241,91		240,22	240,38						→	A demanda continua firme mas sujeita às confirmações de compras de países africanos e asiáticos.
Suco de laranja US¢/lb-peso	99,66	122,18	118,67	112,58	118,67		115,57		114,06		113,93						→	A ausência de novos fatores vem mantendo uma certa calmaria neste mercado, que pouco tem sentido as manifestações dos produtores paulistas contra os preços pagos pela indústria à fruta recém-colhida.
Trigo soft red U$¢/ bushel	447,50	497,91	484,40	486,50	484,40		485,88			493,35			492,33		462,73		↗	Os estoques internacionais continuarão baixos por algum tempo e se discute quanto será necessário para sua recuperação.

Mercado interno

As previsões de mercado foram realizadas no dia 19 de julho e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de agosto de 1996. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para junho de 1996. Os preços de julho de 1996 são nominais.

Produtos \ Preços	Julho 1995	Junho 1996	1 a 18 julho 1996	14 a 18 julho 1996	Tendência	Fatores ponderáveis
Algodão tipo 6 – sul do Brasil – R$/15kg disponível	23,30	26,58	25,94	26,04	↗	Mercado em alta. Com o fim da colheita no Centro-Oeste, a perspectiva é de alta no mercado interno. Ademais, a Conab em seu último levantamento estimou uma quebra da produção de algodão em caroço em mais de 22%.
Arroz agulhinha R$/sc. 60kg	29,17	34,00	33,00	33,00	→	Até o fim de agosto o mercado deverá permanecer estável, pois a oferta ainda é grande e os estoques das indústrias, satisfatórios. Mesmo a prorrogação das dívidas de custeio não afeta os preços, pois os maquinistas sabem que os produtores têm de honrar seus compromissos a cada 30 dias.
Boi gordo R$/arroba	27,59	21,53	23,21	24,00	↗	Os fatores desta alta são o confinamento do boi, que caiu em relação ao ano passado; redução das importações, pois os preços da Argentina e Uruguai estão próximos dos preços domésticos, e aumento das exportações das aves e suínos.
Café tipo 6 R$/sc. 60kg	157,87	128,29	116,94	108,45	↘	A colheita surpreende em algumas regiões. Os produtores que conseguiram safras razoáveis em 1995 estão capitalizados, o que compensa a escassez de recursos para financiar a comercialização. A retomada dos leilões do estoque oficial certamente abrirá espaço para novas quedas de preços. Esse efeito poderá ser minimizado se, de fato, for estabelecido um calendário de leilões com quantidades pequenas e previamente conhecidas.

Fontes dos dados brutos: algodão e café — BM&F; arroz, feijão, milho e soja — Bolsa de Cereais de São Paulo; boi gordo — IEA-SP; e frango vivo — APA-SP.
Nota: Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

Mercado interno

Produtos / Preços	Julho 1995	Junho 1996	1 a 18 julho 1996	14 a 18 julho 1996	Tendência	Fatores ponderáveis
Feijão carioquinha especial R$/sc. 60kg	28,26	43,11	48,75	49,20	↘	Com a proximidade das colheitas de Alagoas, Bahia e Sergipe (do período da seca), e ainda do feijão irrigado de Goiás e Minas Gerais, o mercado trabalha com a expectativa de recuo nas cotações. O mercado em agosto e setembro deverá continuar bem-abastecido de remessas.
Frango vivo R$/kg	0,61	0,69	0,70	0,70	↗	A aproximação do final da colheita da segunda safra de milho e o ritmo contido, observado junto à produção de pintos de um dia, poderão manter os preços da ave no médio prazo.
Milho amarelo semiduro R$/60kg	7,96	8,79	8,90	9,05	↗	Quebras localizadas na colheita da segunda safra, aliadas à recente reavaliação da colheita 1995/96 realizada pela Conab (11% abaixo da precedente) fazem prever avanços nas cotações, que o governo tentará combater com novos leilões de seus estoques.
Soja-grão industrial R$/60kg	11,96	14,03	14,47	14,95	↗	A necessidade das indústrias de recompor suas reservas puxa as cotações do grão. O mercado interno continuará influenciado pelo comportamento das exportações, cotadas em Chicago.

Organização:
ELIANA CONDE B. VIGLIO

Países do Golfo importam mais alimentos

Movidas pelas receitas do petróleo, as economias dos países do Golfo da Pérsia vêm-se transformando rapidamente, modernizando-se segundo critérios ocidentais na área dos alimentos e montando empresas que reexportam até para a Índia e a Ásia Central.

Os cinco países árabes do Golfo da Pérsia (Barein, Kuweit, Omã, Qatar e União dos Emirados Árabes) notabilizaram-se pela combinação de população crescente, alta renda *per capita*, políticas comerciais liberais e produção agrícola limitada, o que oferece excelentes oportunidades para produtos de alta qualidade — segundo a revista norte-americana *AgExporter*, editada pelo Foreign Agriculture Service, do Departamento de Agricultura dos EUA, USDA,[1] em seu número de março.

A União dos Emirados Árabes responde pela metade das importações do Golfo de produtos de origem agrícola dos EUA, tendo adquirido US$110 milhões em 1994. Compra carnes de aves, nozes em geral, principalmente amêndoas, óleos vegetais, frutas frescas — com destaque para as maçãs — e processadas, verduras e ovos. As vendas norte-americanas deverão aumentar entre 15 e 20% ao ano.

O país é o principal centro de reembarque e distribuição da região, atingindo seus vizinhos, o subcontinente indiano, a África e, cada vez mais, vários países da ex-União Soviética. Sua população é afluente, com renda *per capita* de US$17.900, indústria turística em ascensão (12 novos hotéis cinco estrelas serão inaugurados em breve) e seu setor de alimentos é altamente competitivo, com empresas que se expandem até a Ásia Central, com destaque para o fato de que não há tarifas de importação sobre os alimentos.

O segundo maior mercado importador é o do Kuweit que, no primeiro semestre de 1995, comprou 66% mais alimentos dos EUA do que no mesmo período do ano anterior, despendendo US$33 milhões em trigo, frutas processadas e verduras, óleo de milho e carne de frango. O maior potencial de expansão fica por conta de ovos, queijos, alface fresca, cenouras, maçãs, legumes secos, aperitivos e bebidas. À medida que o país se recupera dos efeitos da guerra e a população aumenta, melhoram as perspectivas das importações. A boa infra-estrutura de estocagem a frio tem levado a maior interesse por frutas e verduras frescas.

No Kuweit, a renda *per capita* é de US$14.500, também não se cobram impostos na importação de alimentos e vêm-se expandindo redes de supermercados ao estilo ocidental, além do novo setor de *fast food*, dominado por franquias norte-americanas. Outro aspecto interessante é que as cooperativas de consumo respondem por algo entre 70 e 80% das vendas totais no varejo.

O terceiro maior mercado importador é o de Barein (US$21 milhões em 1994). Cerca de 40% de suas compras, em 1994, foram de óleo de milho. No primeiro semestre do ano passado, último dado disponível, as importações de alimentos subiram 45% e a liderança na pauta coube à cerveja, seguida pelo óleo de milho e pela carne de frango.

As características locais incluem uma renda *per capita* um pouco mais baixa do que a dos vizinhos anteriormente citados (US$8.400). É um arquipélago de 35 ilhas, primeiro país da região que encontrou e exportou petróleo, mas cujas reservas acabarão provavelmente no ano 2000, o que tem resultado em crise econômica e tensão política. Possui alguma regulamentação sobre as compras de alimentos no exterior e tarifas baixas, de 5%. Poucas grandes empresas controlam as importações, e as principais são igualmente importantes varejistas. Também ali se encontra um número significativo de franquias norte-americanas de *fast food*, com a diferença de que o país abriga uma grande comunidade de norte-americanos.

Os dois menores mercados dos EUA são os de Omã e Qatar, locais onde se verifica maior concorrência de outros países. As vendas norte-americanas são compostas em 70% por matérias-primas para bebidas e carne de frango. Omã é o país mais extenso e menos desenvolvido dos cinco, mas controla o estreito de

[1] O subtítulo de fantasia da revista é *The monthly magazine for food and agriculture exporters* (A revista mensal para os exportadores de alimentos e produtos agrícolas), visando informar aos exportadores possíveis oportunidades comerciais e nichos de mercado.

Ormuz, por onde passam 2/3 do fluxo mundial de petróleo. Em Qatar, os naturais do país são apenas 25% da população, 90% dos quais vivendo na capital. Os dois países estão planejando a diversificação de suas economias, para fazerem face ao esgotamento do petróleo.

Não enfrentam fornecedores estrangeiros de alimentos em nenhum dos países competidores locais, mas há concorrência entre exportadores da União Européia, Austrália, Ásia e, crescentemente, da Arábia Saudita e da África do Sul.

Os principais concorrentes na área de frutas frescas, verduras e legumes e algumas nozes são Irã, Líbano, Jordânia, Índia, Chile e Turquia. No que se refere à avicultura, os maiores competidores dos EUA são o Brasil, Dinamarca e França; nos laticínios são a Nova Zelândia, Holanda, Dinamarca, Austrália e França; em produtos cárneos, Austrália, Índia, Nova Zelândia e vários países europeus.

Produtos de baixa qualidade e preço inferior, originários da Itália, Grécia, Chipre, Malta, Cingapura, Malásia e China, estão ganhando terreno em alguns setores, notadamente frutas enlatadas e verduras.

Os subsídios europeus são outro obstáculo. No entanto, os EUA têm-se socorrido das vendas sob o Export Enhancement Program para frangos inteiros e ovos. Nestes últimos, a presença norte-americana passou de apenas 1%, em 1990, para 30% em 1994. Registre-se que um contêiner leva de 15 a 18 dias para ir da Europa ao Golfo. A partir dos EUA, são necessárias de quatro a cinco semanas, com fretes mais elevados. Além da proximidade, há laços históricos, especialmente com a Grã-Bretanha, de onde provém grande contingente de expatriados que vivem no Golfo. É curioso que subsidiárias de companhias norte-americanas, como a Kraft, Kellog's, Heinz, Campbell's, Del Monte, Sara Lee e California Garden competem ali com suas próprias matrizes.

Em todo o Golfo, o padrão de vida tem melhorado rapidamente, com exposição mais acentuada aos alimentos de tipo ocidental, maior proporção de jovens na população, maior número de mulheres no mercado de trabalho e solteiros. Tudo isso incrementa a demanda de alimentos de conveniência, o que torna mais populares os pratos congelados.

Todos os produtos alimentícios embalados destinados ao Golfo devem apresentar rótulos em árabe. Rotulagem bilíngüe, como árabe/inglês, por exemplo, também é aceitável. De fato, esta última modalidade é recomendada, em razão do grande número de expatriados de língua inglesa que residem nesses países. O texto deve conter o nome do produto e sua marca, país de origem, fabricante, peso líquido, data de fabricação e período de validade, ingredientes e aditivos, se houver. O sistema métrico é obrigatório. Exceto em Barein e Omã, adesivos em árabe são aceitos, desde que contenham todas as informações solicitadas e não contradigam, nem cubram, as informações do rótulo original. Faixas sobrepostas com datas de fabricação e validade não são permitidas. Produtos com validade de seis meses ou mais precisam citar apenas o mês e o ano. Contudo, as exigências quanto à validade permanecem erráticas. Assim, a União dos Emirados Árabes não exige o rótulo em árabe, mas Qatar começou a aplicar severamente esta regra. Em Barein, alimentos "étnicos" e pequenas quantidades de produtos não passam pela exigência.

Os aditivos, corantes e conservantes aprovados pelo Codex Alimentarius são aceitos em todos os países. Nos produtos animais, as gorduras e óleos precisam citar a origem e ter um certificado de sanidade. Carnes de aves e bovina têm de vir acompanhadas de um certificado de abate *halal* (islâmico) emitido por um centro islâmico reconhecido do país de origem. Produtos irradiados são proibidos e a importação de carne suína e derivados de porco é permitida em Barein, Omã e na União dos Emirados Árabes, mas proibida no Kuweit e Qatar. As bebidas alcoólicas têm importações proibidas no Kuweit e restritas nos demais países. Estes as limitam a poucos importadores licenciados e a propaganda é estritamente proibida.

É importante observar que tem aumentado o número de empresas regionais processadoras e empacotadoras, o que assegura boas perspectivas para as importações de produtos intermediários, como óleos vegetais, legumes, adoçantes, amendoins, bases para bebidas e pó para sorvetes. Há uma tendência à valorização de alimentos saudáveis, que já estão disponíveis em locais separados nos supermercados, acompanhando um movimento mundial, igualmente perceptível no Brasil.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

NÃO CIRCULA

Milho — o futuro que se aproxima



OSCAR OSVALDO FRICK

Uma cooperativa de produtores agrícolas poderia utilizar sua estrutura de armazenagem para obter melhores preços de comercialização dos grãos, esperando para vender após a colheita. Alguns cálculos simples e uma venda a futuro evitariam que a operação fosse apenas uma aposta na subida dos preços, como as freqüentemente realizadas por agricultores. Comparar o custo de produção de milho em uma região com as cotações do mercado futuro ajudaria a descobrir bons negócios, mesmo que ali nunca se chegue aos preços desse mercado. Exemplo: em Rio Verde (GO), o custo de produção é de aproximadamente R$6,10 (ou R$7,40/sc na condição CIF Campinas). Se em janeiro o vencimento julho do mercado futuro apontar R$7,70/sc para o milho colocado em Campinas (SP), pode-se ter boa rentabilidade vendendo futuro para esse mês e aproveitar o preço elevado, e não esperar até o vencimento, em julho, para entregar o milho na bolsa. Se em junho surgir a oportunidade de vender o grão localmente, inclusive abaixo dos preços habituais — seja a R$6,00/sc —, basta completar a operação comprando no mercado futuro uma quantidade equivalente à vendida no início. Próximo ao vencimento, os preços futuros refletirão com maior precisão a situação da colheita e dos estoques. A diferença entre os preços terá estreitado, com o preço futuro caindo para R$7,45/sc. Este *hedge* para carregar o estoque minimizando o risco de oscilação de preços renderia R$0,25, que, somados ao preço local, dariam R$6,25/sc. Se a operação não tivesse sido feita, seguramente os produtores assistiriam esperançosos à alta de preços, em janeiro/março e à queda abrupta a partir de maio.

Exemplo de uma cobertura (*hedge* ou seguro de preço) daria um produtor em dezembro fixando um preço de venda para a safra. O consumidor de milho também pode utilizar o mecanismo ou até pactuar com bastante antecedência suas operações do mercado físico a serem realizadas com base nos preços futuros da bolsa (por exemplo, R$0,10 abaixo do vencimento novembro). Suas necessidades coincidem com as dos produtos, tornando possível a transferência de risco, objetivo que é o fundamento dos mercados futuros.

A idéia é que seja possível assumir, a um preço conveniente, a posição contrária à que se tem no mercado disponível. Se o preço do produto varia (aumenta ou diminui), ganha-se em um mercado e se perde a diferença em outro, obtendo-se sempre o preço desejado. Para que o mecanismo funcione, as bolsas de futuros organizam mercados sobre produtos padronizados quanto a quantidade, qualidade, forma de cotação e data de vencimento. Nesse caso se realizam contratos definidos para diferentes meses do ano.

Todos os dias se compara o preço de fechamento desse dia com o preço do dia anterior, apurando-se o ajuste diário. A contraparte recebe diariamente o valor dos ajustes. Quem compra a futuro porque está buscando um preço de R$8,00/sc poderá ganhar R$1,50/sc no mercado futuro se o preço subir para R$9,50/sc; mas como simultaneamente paga R$9,50/sc no mercado à vista, o preço líquido total será R$8,00/sc (preço operado antes no mercado futuro). Se os preços caírem, conseguirá comprar a R$7,60/sc no mercado à vista e terá acumulado perdas no mercado futuro de R$0,40/sc (comprou futuro a R$8,00/sc e encerrou por R$7,60/sc), mais uma vez chegando ao preço líquido almejado no início de R$8,00/sc.

O mercado futuro pode ser entendido como um "mercado alternativo onde se pode assumir a posição contrária à que se tem no mercado à vista". Qualquer diferença de preços nesses dois mercados provocará arbitragem. Este fato é fundamental para possibilitar as operações de fixação de preço, mas ao mesmo tempo permite ver que o *hedge* dispensa a entrega em bolsa.

Iniciada uma operação de *hedge*, uma venda, pode-se encerrá-la de duas formas: entregando a commodity no contrato futuro ou pela reversão da posição, no vencimento, ao preço da commodity no mercado físico. No primeiro caso, a soma dos ajustes diários mais o preço recebido por ocasião da entrega permitem obter um preço líquido igual ao pactuado na abertura da posição a futuro. Resultado semelhante seria obtido se, no vencimento do contrato futuro, se encerrasse a posição pelo preço no mercado à vista. A soma dos ajustes diários da operação a futuro mais o preço pago/recebido na transação à vista garantiriam o preço fixado no início da operação. Se é factível chegar ao mesmo resultado por dois caminhos, prova-se que a liquidação por entrega se torna dispensável nos contratos futuros, e portanto pode ser limitada a casos de acordo mútuo. Falta apenas mostrar a todos os participantes um referencial de preços do mercado à vista que seja inquestionavelmente aceito no mercado.

No Brasil, a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) tem criado contratos futuros de commodities agropecuárias tendo como norma a liquidação financeira com um indicador de preços do mercado à vista apurado por alguma instituição de pesquisa. Em 1996, a BM&F prepara o lançamento do seu contrato de milho referendado por um indicador do preço disponível cuja metodologia está sendo criada pela Fundação Getulio Vargas. O financiamento aos produtores agrícolas através de instrumentos como a CPR e CMG poderá ser facilitado, pois nos pregões da bolsa os preços futuros serão o parâmetro necessário à definição das transações.

Doutor em economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e, atualmente, economista sênior da Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F.

TELECONFERÊNC A

AS PERSPECTIVAS DO MERCADO PARA A PRÓXIMA SAFRA

A Federação da Agricultura do Estado do Paraná — FAEP promove uma teleconferência sobre as perspectivas do mercado para a próxima safra brasileira de algodão, feijão, milho, soja e trigo. O evento está agendado para o próximo dia 19 de agosto às 14 horas pela TV Exclusiva via Embratel, na freqüência 3930 que corresponde ao canal 11 na polarização horizontal que poderá ser acessado de qualquer ponto do território nacional, por antena parabólica.

A Equipe *Agroanalysis* participará com análises atualizadas sobre as previsões de oferta, demanda e preços nos mercados interno e externo, tendências dos plantios nos principais países produtores e efeitos prováveis da política mundial de redução dos subsídios aos produtores, informações indispensáveis para a tomada de decisão para o plantio da safra 1996/97 da região Centro-Sul que se aproxima.

ALGODÃO

FEIJÃO

MILHO

SOJA

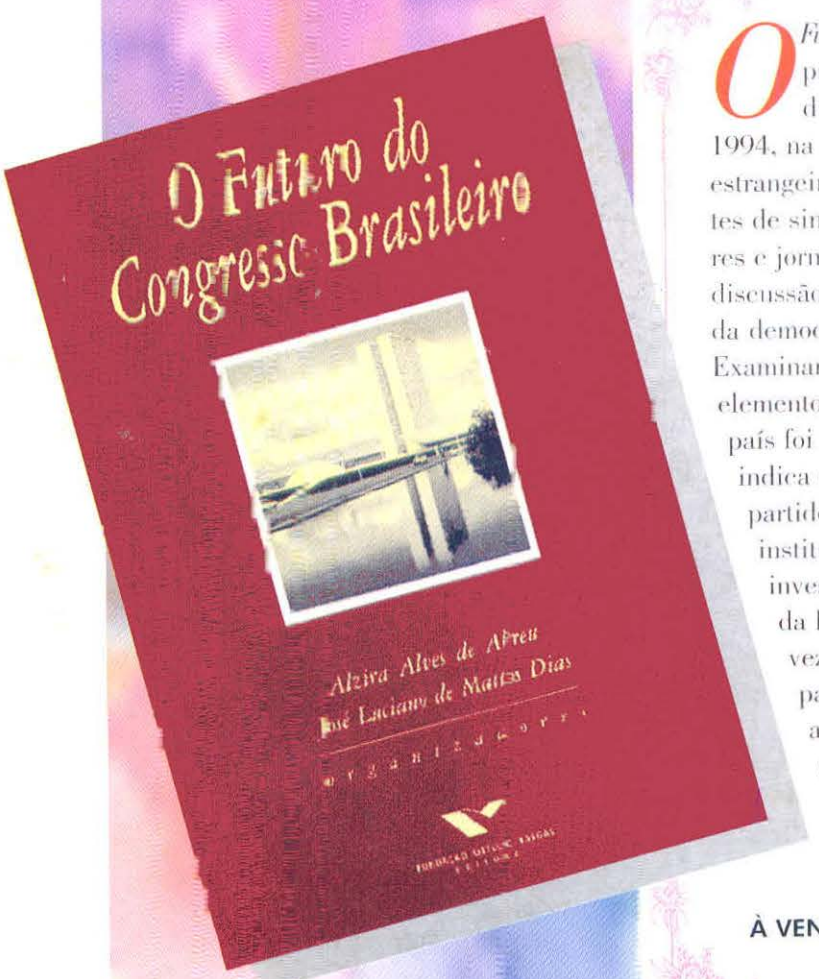
TRIGO

INFORMAÇÕES PELO FAX: (041) 323-2124

FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná

AGROANALYSIS

O CONGRESSO QUE SEMPRE QUISEMOS TER...



O Futuro do Congresso Brasileiro publica as palestras proferidas durante seminário que reuniu em 1994, na FGV, especialistas brasileiros e estrangeiros, parlamentares, representantes de sindicatos patronais de trabalhadores e jornalistas políticos, para uma ampla discussão sobre esta instituição-símbolo da democracia brasileira.

Examinar o papel do Congresso como elemento dinâmico da modernização do país foi o objetivo do seminário, e a obra indica que, devido à multiplicidade de partidos e a conseqüente fraqueza institucional, é necessário um maior investimento na qualificação técnica da burocracia da Instituição, uma vez que essa burocracia dificulta o papel que o Poder Legislativo tem a desempenhar na formulação, controle e implementação de políticas públicas.

À VENDA NAS LIVRARIAS DA FGV